

FOLHA DE LONDRINA

ABORTO DE ANENCÉFALOS

**Magistrado relembra decisão
e defende posição do STF**

29 ABR 2012

POLEMICA JURÍDICA

Presidente do TJ é pioneiro em autorizar aborto

**Decisão ocorreu há 20 anos, em Londrina;
autorização do magistrado teve
repercussão em todo o País**



ENTREVISTA

Miguel Kfoury Neto
Presidente do Tribunal
de Justiça do Paraná

CONTINUA

Marian Trigueiros
Reportagem Local

No último dia 13 de abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que grávidas de anencéfalos poderão interromper a gestação sem que o ato seja considerado crime de aborto. Hoje o Código Penal prevê duas hipóteses para autorização legal de antecipação do parto: quando há risco de morte da mãe ou gravidez decorrente de estupro. Dessa forma, o STF julgou que o feto anencéfalo é um natimorto - não tem vida extrauterina - e portanto a medida não pode ser considerada crime.

Ao longo desses anos, vários juízes pelo País têm autorizado a interrupção da gestação. Mas foi há quase 20 anos, em dezembro de 1992, que o atual presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador Miguel Kfoury Neto, autorizou, pela primeira vez na história do Direito Penal no Brasil, um aborto de anencéfalo em Londrina.

A gestação era de um feto de 20 semanas, cuja mulher não queria seguir adiante com a gravidez de um bebê sem cérebro, situação comprovada por exames e laudos médicos. Essa foi a primeira e única sentença relacionada a essa matéria que o juiz proferiu em sua carreira.

Como foi tomar a decisão de autorizar o aborto de um feto anencéfalo?

Quando tomei a decisão era juiz substituto da 2ª Vara Criminal em Londrina. O pedido do aborto entrou e proferi a sentença logo depois, em 19 de dezembro de 1992. Para tomar a decisão, perguntei à mãe se ela tinha certeza de que não queria

ter a criança. Ela me respondeu que não gostaria de passar a mesma situação de uma parente, cuja criança morreu 20 minutos depois de nascer. Quem sou eu? Como juiz eu iria impor a essa mulher (a obrigação de) ter um filho que iria morrer? Eu confesso que decidi muito mais pelo bom-senso e pela equidade que deve orientar um juiz, já que se tratava de uma decisão contra a lei.

Em que foi baseada sua decisão, já que não havia jurisprudência?

O pedido chegou com laudo assinado por três médicos do Hospital Universitário (HU) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), acompanhado de ultrassonografia mostrando que a mulher tinha um feto sem cérebro. Olhei aquilo e mandei para o Ministério Público (MP), até porque havia apenas duas hipóteses em que a lei autoriza abortos terapêuticos. Além disso, não havia uma disposição no Código Penal - como já existe em alguns países - que permita a interrupção em caso de inviabilidade de vida fora do útero. Me utilizei ainda de um artigo de um desembargador de São Paulo, que se referia ao aborto de anencéfalo como aborto eugenésico, apesar de ser um termo pesado por ter sido utilizado na história como argumento de purificar a raça.

Como foi a reação dos magistrados e da população?

Recebi uma manifestação de um professor de medicina da Universidade Federal Fluminense (UFF) dizendo que o que eu tinha feito não era uma autorização de in-

terrupção de gravidez, mas a autorização de um homicídio. Outro médico escreveu um artigo, que saiu no jornal do Conselho Federal de Medicina (CFM), dizendo: "A quadrilha dos acima da lei", se referindo ao juiz, ao promotor e ao advogado que requereu o pedido de aborto. Estranhamente, em Londrina, não houve reação contrária da Igreja. Entim, houve reações diversas, como a de leitores, principalmente fundados em convicção religiosa, de que a vida humana não poderia ser tirada. Mas não se trata de uma vida humana, porque este está fadado à morte fora do ventre da mãe.

O senhor acredita que o Brasil está maduro para essa decisão do STF, já que observamos ainda muita interferência, sobretudo, religiosa nos mais variados temas de repercussão nacional?

Eu acho que o País está maduro, principalmente as nossas instituições, a começar pelo Judiciário. É um ato de autoritarismo impor à gestante que tenha o bebê sabendo que o feto vai morrer logo após o nascimento. Eu defendo, portanto, que a decisão seja exclusivamente da mulher. Qualquer interferência externa, a que título for - judicial ou religiosa - é um ato autoritário; que repugna a mentalidade de um povo livre.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

29 ABR 2012

Para o senhor, vivemos num Estado laico?

Sou cristão, acredito em milagres e sou crente da existência de Deus. Porém, o juiz não pode levar para decisão suas convicções religiosas. Se isso constituir uma objeção de consciência, impedindo-me de julgar com isenção, então devo passar a outra pessoa, pois o juiz deve decidir isento de qualquer prejulgamento. Não tenho dúvida de que o Estado é laico e sempre vai ser. Mas as pessoas que integram a nação sempre vão ter suas convicções.

Qual sua opinião sobre a tese de que o Judiciário não poderia interferir no Legislativo? Pessoas dizem que não votaram nos juízes e sim nos parlamentares.

Isso caracteriza o que chamamos hoje de "ativismo judicial", quando o Judiciário interfiere naquilo que os demais poderes deixaram de fazer, principalmente, no Legislativo. Por exemplo: nossa Constituição permite a greve do servidor público, só que remete a regulamentação da greve a uma lei complementar e regulamentadora. Essa lei, contudo, nunca foi editada. Quem se omitiu? O Legislativo que a população elegeu. Onde há a omissão legislativa, às vezes, o Poder Judiciário é chamado a suprir essa lacuna, essa omissão. Outros países, como o caso da Suprema Corte norte-americana, já adotam disposições que se transformam em lei não escrita.

Considerando sua decisão há duas décadas, a posição do STF foi tardia? Abre precedentes para outros tipos de aborto?

Eu quero deixar bem claro que sou contra o aborto. O que eu autorizei foi o aborto em um caso específico de inviabilidade de vida fora do ventre da mãe. Dá a impressão que a mãe quer interromper a gestação para não ter um filho doente. Mas não é isso. Uma criança com Síndrome de Down tem anomalia, mas ela pode viver fora do útero. No Congresso, a pressão religiosa vai ser muito mais sentida, pois os deputados e senadores dependem dos votos. E se contrariarem as bases não se reelegem. Agora, entendendo a abertura do Supremo e uma maneira de olhar diferente para a questão. Em outros países há possibilidade de interrupção de gravidez sem nenhuma indicação. Até três meses quem manda é a mulher. Então, acredito que está havendo um amadurecimento de nossas instituições.

O senhor em algum momento se arrependeu de sua decisão?

De jeito nenhum. O juiz pensa muito para decidir. É claro que em algumas decisões fico imaginando que poderia ter feito diferente, mas naquele momento histórico aquela era a melhor decisão. Mantenho a minha sentença e aplaudo a decisão do STF.

" Não se trata de vida humana, porque está fadado à morte fora do ventre da mãe "

" Naquele momento histórico aquela era a melhor decisão "

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Condenado pelo TJ

29 ABR 2012

Valdemar Pagliaci, ex-prefeito de Santa Amélia (Norte Pioneiro), foi condenado pela prática de ato de improbidade administrativa. Ele teria deixado de publicar informações sobre despesas com publicidade relativas aos anos de 2001 e 2002. Pagliaci deverá pagar uma multa correspondente a 10 vezes o valor de sua última remuneração relativa ao cargo. A decisão é da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que reformou em parte (apenas para reduzir o valor da multa) o despacho de primeiro grau.

INFORME

Alvo do MP

O Ministério Público (MP) estadual entrou com uma ação civil pública, por ato de improbidade administrativa, contra o prefeito de Pérola do Oeste (Sudoeste), Edsom Luiz Bagetti, e os sócios responsáveis por três empresas de veículos de Francisco Beltrão. O promotor de Justiça Murilo Cezar Soares e Silva relata que, entre 2007 e 2008, teria sido simulado procedimento licitatório e execução contratual para consertos de ambulância que já teriam sido realizados no ano de 2006.

INFORME

E-mails falsos

O Ministério Público (MP) do Paraná e o Ministério Público Federal (MPF) fazem um alerta sobre a circulação de um falso e-mail que faz uma intimação para comparecimento em audiência. O conteúdo da mensagem induz o usuário a clicar em um link. "Ao clicar no link, um programa que invade o computador e captura informações pessoais, como senhas de contas bancárias e de cartões de crédito, é automaticamente instalado na máquina", explica a nota. "O MP Estadual e o Federal esclareceram que não utilizam mensagens eletrônicas para fazer qualquer tipo de intimação ou notificação e orienta que os falsos e-mails sejam apagados imediatamente, sem que sejam abertos."

Até 9 de maio

O prazo para alistamento, transferência e revisão do título eleitoral termina no próximo dia 9 de maio. O mesmo prazo vale para os eleitores idosos e com dificuldade de locomoção para solicitarem transferência para seções de fácil acesso. Para solicitar o serviço, é preciso comparecer ao fórum ou cartório eleitoral do município com os seguintes documentos: documento oficial de identidade (com foto e filiação); comprovante de residência em nome do eleitor ou de familiar (recente, se alistamento, de três meses atrás, em caso de transferência) e título antigo (se houver, em caso de transferência ou revisão). Para homens que vão tirar o primeiro título de eleitor é necessário apresentar o comprovante de alistamento militar.

29 ABR 2012

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Ex teme calote em divórcio com o 'dono' do PR

A socialite paulista Maria Christina Mendes Caldeira mostra que ex-mulher é mesmo para sempre: ela entrou com liminar na Justiça para garantir 50% dos bens na partilha do seu rumoroso divórcio do deputado Valdemar da Costa Neto (SP), 'dono' do PR. Maria Christina pediu à Receita Federal que rastreie aplicações, móveis e imóveis, contas bancárias e declaração de renda dos últimos cinco anos.

INFORME

Mulher do governador...

A mulher do governador do Piauí, Wilson Martins (PSB), foi eleita conselheira do Tribunal de Contas do Estado, órgão fiscalizador do uso de verbas públicas pelos agentes políticos. Formada em enfermagem e em direito, Lilian Martins, 55, é deputada estadual pelo PSB e ocupava até então a Secretaria da Saúde do Estado. Ela se elegeu com os votos de 25 dos 29 deputados estaduais presentes. Ao todo, 14 candidatas disputavam a vaga.

...como conselheira

O Ministério Público contestou a eleição. Segundo o MP, o edital não cumpriu requisitos previstos na Constituição, como exigência de "notório saber jurídico" e ao menos dez anos de função pública. A primeira-dama disse que está preparada para o posto. "A minha história me credencia para o cargo no TC."

Perguntinha

Quando é que conselheiros de tribunais de Contas sem vínculo político vão começar a ser eleitos?

29 ABR 2012

FOLHA DE LONDRINA

Guerra fiscal é objeto de proposta no STF

Ministro Gilmar Mendes apresentou projeto estabelecendo que benefícios fiscais concedidos por Estados são inconstitucionais

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes apresentou proposta estabelecendo que é inconstitucional a concessão de qualquer benefício fiscal relativo ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sem a aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). No Paraná, o secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Hauly, afirmou que apoia a proposta de estabelecer uma Súmula Vinculante para acabar com a guerra fiscal entre os Estados.

O texto proposto pelo ministro foi colocado em consulta pública e traz a seguinte redação: "Qualquer isenção, incentivo, redução de alíquota ou de base de cálculo, crédito presumido, dispensa de pagamento ou outro benefício fiscal relativo ao ICMS, concedido sem prévia aprovação em convênio celebrado no âmbito do Confaz, é inconstitucional."

Segundo a Agência Estadual de Notícias, Hauly considerou que a proposta restabelece o equilíbrio de competição entre os estados. "Precisamos nos mobilizar para que a Súmula seja aprovada o quanto antes, devido aos seus enormes benefícios, pois seu efeito é geral", argumentou.

Qualquer pessoa poderá participar do debate sobre a Proposta de Súmula Vinculante nº 69 que está disponível no site do STF (www.stf.jus.br). A consulta começou no último dia 24 de abril e fica disponível por 20 dias.

Guerra dos portos

Hauly também avaliou como positiva a decisão dos senadores em aprovar o substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao Projeto de Resolução do Senado nº 72/2010, que unificou em 4% as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos importados, que passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013.

O secretário considerou que a medida trará benefícios a todo o País. "Apesar de ser uma medida tardia, temos de considerar que o fim da guerra dos portos trará benefícios às empresas nacionais, aos trabalhadores, porque dá garantia de emprego para o Brasil", acentuou.

Com a aprovação do substitutivo, fica decretado o fim das alíquotas diferenciadas para os produtos importados, que funcionavam como subsídios. Com isso, será possível reduzir as vantagens competitivas dos produtos importados sobre os nacionais. Pela tributação atual

o importado é tributado em 18% de ICMS, sendo 12% no estado brasileiro onde foi desembarcado - estado de origem - e 6% no estado onde será vendido ao consumidor - estado de destino.

No entanto, alguns estados de origem, com o objetivo de atrair as importadoras e ampliar a movimentação de seus portos, concedem a estas empresas um subsídio, o "crédito presumido", que devolve 75% do valor do imposto pago. Assim, a alíquota de 12% cai para 3%. Isso também funciona como taxa de câmbio favorecida, pois o ICMS pago pelo produto importado fica em 9%: 3% no estado de origem e 6% no estado de destino.

Com esse subsídio, o produto importado entra no Brasil em condições mais favoráveis do que o produto nacional, que paga os 18% da alíquota inicial de ICMS, o que é prejudicial à produção nacional e contribui para a desindustrialização do País.

29 ABR 2012

FOLHA DE LONDRINA

Demóstenes quadruplica patrimônio em 4 meses

Logo após ter sido
reeleito senador, político
comprou apartamento
de R\$ 1,2 milhão

Brasília - Quatro meses depois das eleições de 2010, o patrimônio do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) praticamente quadruplicou. O parlamentar comprou do seu suplente, o empresário Wilder Morais, um apartamento em um dos prédios mais luxuosos de Goiânia (GO), no valor de R\$ 1,2 milhão. A transação imobiliária ocorreu três meses após a Construtora Orca, de propriedade de Wilder, comprar o imóvel de outra empresa goiana.

Em 2010, quando se reelegeu senador, Demóstenes declarou à Justiça Eleitoral um patrimônio de R\$ 374 mil. Na relação de bens apresentada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não havia nenhum imóvel. O parlamentar listou um carro de R\$ 102,4 mil e R\$ 63,3 mil em contas bancárias. Informou ainda ter duas aplicações financeiras que não chegavam a R\$ 10 mil.

Os valores apresentam uma pequena redução quando comparado ao que o parlamentar declarou ter em 2006, quando concorreu ao governo de Goiás. Na época, Demóstenes informou que morava em uma casa em um bairro de classe média de Goiânia, com a ex-mulher, Leda Torres. O valor estimado do imóvel era de R\$ 70 mil e a área de lazer vizinha ao sobrado, R\$ 65 mil.

A certidão do Cartório de Registro de Imóveis de Goiânia mostra que o senador pagou R\$ 400 mil à vista pelo apartamento de luxo. O restante teria sido financiado pelo Banco do Brasil. No entanto, o contrato de compra e venda não foi registrado.

INDIGNAÇÃO Mesmo debaixo de chuva, um grupo da sociedade civil realizou um abaixo assinado na manhã de ontem no Calçadão de Londrina com o objetivo de protestar contra a imunidade parlamentar. Uma banda animou o protesto. De acordo com Adão Brasilino, um dos coordenadores da manifestação, as assinaturas serão enviadas para Brasília. "Queremos que seja criado um projeto de lei que garanta o fim da imunidade para crimes comuns", disse. Até o final da manhã, cerca de 200 pessoas haviam assinado o documento. (Michelle Aligler/Reportagem Local)

28 ABR 2012

FOLHA DE LONDRINA

Homicídios parados têm desfecho

Mutirão do júri termina com espera de famílias de vítimas e réus

FIM DA ANGÚSTIA

Mutirão do Júri no Fórum de Londrina, em cumprimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça, julgou esta semana pelo menos 30 processos de homicídios. Alguns crimes aguardavam desfecho há mais de uma década.

Londrina - Mais de 11 após a morte do mecânico Adão Mondeck, o acusado de ter provocado propositalmente o acidente que o vitimou, Irton Menino dos Santos, foi condenado a 17 anos e seis meses por homicídio doloso qualificado e tentativa de homicídio contra o filho da vítima. A condenação saiu somente esta semana. O processo, que estava parado havia mais de uma década, foi um dos contemplados pelo Mutirão do Júri, realizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), para tentar atingir a meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O objetivo do mutirão foi diminuir ao máximo a quantidade de processos antigos relativos a crimes contra a vida, que aguardavam decisão judicial até hoje. Somente em Londrina, 27 processos foram julgados, trazendo um alento aos familiares das vítimas e, ao mesmo tempo, aos réus que, durante esse período, tiveram suas vidas indefinidas por ausência de uma decisão. "Não ficamos felizes pela decisão em si, pois estamos aqui porque nosso pai morreu. Mas a sentença nos traz um alívio. É a certeza de que essa história, finalmente, teve um fim", desabafa Elza Mondeck Walichek, filha de Mondeck, após o pronunciamento da juíza Elizabeth Khater.

Antes da decisão, porém, juntamente com ela, outros seis irmãos, acompanhados dos filhos, ocupavam parte de uma ala na sala de julgamento. A todo momento, terços e medalhas nas mãos se revezavam com lenços para enxugar as lágrimas enquanto a promotora fazia a acusação. "Por favor, meu Deus, nos ajude", murmurava, com a cabeça baixa e as mãos nos olhos, uma das filhas.

Adão Mondeck morreu depois que a caminhonete dele foi atingida pelo caminhão conduzido por Santos. A ação teria sido motivada por retaliação após um desentendimento entre os dois. O veículo do mecânico capotou e rolou ribanceira abaixo.

Enquanto isso, do outro lado da sala, esposa e filhas de Irton Santos ficavam cada vez

mais aflitos e nervosos ao decorrer do julgamento. "É como se eu estivesse num velório de uma pessoa viva, só esperando a hora de enterrar", conta a esposa do acusado, Irene Bernardes Santos. A filha também não se continha e dizia que o pai era inocente. "Não sei como isso vai terminar. Mas durante boa parte da minha vida vi meu pai sofrer com essa acusação", conta a jovem, hoje, com 25 anos.

Provedor da família, de acordo com a esposa de Santos, ele não parou de trabalhar como caminhoneiro, mas os últimos dez anos foram os mais difíceis. "Nunca sofremos represália por essa acusação, porque as pessoas nos conhecem e sabem que somos batalhadores. Mas quem não sabe de nossa história pode nos julgar de forma errada", diz.

CONTINUA

28 ABR 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Apesar da emoção à flor da pele dos familiares de ambas as partes, o réu praticamente não demonstrou reação. Até mesmo após a leitura da sentença, na qual a juíza ordenou sua prisão preventiva, Santos manteve-se aparentemente tranquilo, ainda que tenha se recusado a conversar com a Reportagem.

Diferentemente de sua filha, que saiu da sala aos prantos com a possibilidade de ver o pai saindo algemado. A decisão da magistrada, entretanto, foi diferente. E Santos pôde, então, apesar da condenação, ir embora com a família e aguardar em liberdade os trâmites do processo. Além da pena pelo acidente, ele já havia sido condenado em dezembro de 2011, por outro homicídio e responde em liberdade até o caso ser transitado em julgado.

CONTINUA

Famílias sofrem com demora

CONTINUAÇÃO

Londrina - "Ele nunca mais foi o mesmo. Esses dez anos foram uma tortura", diz Antonio Gomes Pereira, sobre a acusação de homicídio doloso a qual o filho respondia. Em março de 2002, Fabio Aparecido Gomes Pereira deu um tiro no colega de trabalho quando ambos estavam de vigia em uma fazenda no Patrimônio Regina (Zona Sul de Londrina). Ele alega que o disparo foi acidental. A promotoria, no entanto, argumentava que as provas eram muito frágeis para essa conclusão.

Quase toda a família estava presente no julgamento. Todos aguardavam a decisão que poderia mudar o rumo da vida deles, principalmente do acusado. "Eu sinto a morte do rapaz como se tivesse sido do meu filho; sofremos junto com a família. Ele está aqui com a gente, mas emocionalmente não conseguiu se recuperar", revela o pai. Célia Martins Pereira, esposa de Fabio, conta ainda que o marido nunca mais quis trabalhar como vigia.

Do outro lado, sozinha, a viúva Luzia das Graças Oliveira Almeida diz que acredita na justiça divina. "Não sei se foi apenas um acidente mesmo. Depois de todo esse tempo, entreguei nas mãos de Deus." Hoje, com 40 anos, Luzia lembra que foram anos angustiantes à espera do julgamento. "Fiquei sozinha com três crianças pequenas. Trabalhava de diarista, mas quem sustentava a casa era meu marido. A decisão não vai mudar nossa vida. Porém, vou ficar mais tranquila."

Os filhos preferiram não acompanhar o julgamento. Segundo ela, não queriam reviver a história de novo. O réu foi condenado a um ano por homicídio culposo, a ser cumprido em regime aberto.

28 ABR 2012

FOLHA DE LONDRINA

27 casos foram julgados em Londrina

Londrina - Em uma semana de mutirão, a expectativa do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) era julgar 200 processos dos 1.524 homicídios parados em todo Estado nas 157 comarcas. Somente na de Londrina, 30 processos foram colocados em pauta, sendo que apenas dois foram remarcados e um prescrito; o restante teve decisão judicial.

Elizabeth Khater, juíza do Tribunal do Júri, assumiu a 1ª Vara Criminal em junho de 2008, quando havia 426 processos parados. Em junho de 2011, conseguiu diminuir para 197 casos de homicídios anteriores a 2007. O TJ vai anunciar o balanço oficial do Estado na próxima semana.

Segundo ela, o mutirão foi importante para terminar de colocar a "casa em ordem". "Só restaram 12 processos antigos de antes de 2007 para serem julgados. E todos estão agendados para o mês de maio", afirma. Os dois casos do

mutirão também já foram redesignados para maio. Com isso, os crimes ocorridos depois desta data terão maior atenção para receberem, definitivamente, uma decisão. "Estamos em busca de dar uma resposta para as famílias das vítimas e, também, dos réus, que precisam tocar suas vidas adiante."

De acordo com a juíza, no primeiro caso em que julgou durante o mutirão, chegou a se emocionar com o depoimento do réu. "Ele foi absolvido após dez anos de espera por uma decisão. Em razão do homicídio, que foi em legítima defesa, ele me disse que sua vida se desestruturou: rompeu com a família e ainda 'ganhou' um câncer que está em fase terminal. Só pude dizer para reformar seus projetos e tente viver da melhor forma. Espero que mais casos assim não aconteçam", contou ao público, ao final de mais um julgamento.

Em todo o País, chega a 31.562 a quantidade de ações ajuizadas até 2007 e que ainda aguardam uma decisão. Somente 4.321 foram julgadas até fevereiro, representando apenas 12,04% do total de 35.883.

28 ABR 2012

FOLHA DE LONDRINA

Novo modelo de gestão de execução penal

Curitiba - Com a assinatura do Pacto Movimento Mãos Amigas pela Paz, o Paraná deu ontem o primeiro passo para implantação de um novo modelo de gestão da execução penal. O documento foi assinado pelo governador Beto Richa e representantes dos poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR). O objetivo é operacionalizar ações conjuntas visando o aprimoramento do Sistema Penal e o respeito à dignidade do cidadão.

"Esse pacto visa aprimorar a gestão do sistema penal e ampliar um leque de medidas que garantam a dignidade humana, sobretudo dos excluídos e encarcerados", afirmou a secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), Maria Tereza Uille Gomes. Ela acredita que medida permitirá resolver, em definitivo, o problema da superlotação das Delegacias de Polícia, bem como investir para que todos os condenados tenham acesso à escolarização e profissionalização e, assim, reduzir a reincidência e os índices de violência.

Entre as principais ações do pacto está a implementação do Sistema Integrado de Informações, unindo dados do Tribunal de Justiça do Paraná com os das Secretarias de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) e da Segurança Pública (Sesp). Ele também prevê a criação da Central de Vagas do Sistema Penal do Paraná, do Fundo Penitenciário Estadual e da Central de Alvará Eletrônico.

O pacto também busca reforçar dois programas da Seju já em andamento. Um é o Programa de Ampliação, Reforma e Construção dos Estabelecimentos Penais - ARC/Cidadania, que visa a construção, ampliação e reforma de unidades penais, a fim de solucionar o déficit carcerário no Paraná, reduzindo o problema histórico das superlotações de delegacias de polícia.

Outro é o Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI/Cidadania, cuja meta é transformar as unidades penais em escolas, focando a educação presencial ou a distância e estimulando a leitura como forma de remição de pena.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PR), José Lúcio Glomb, disse que a medida representa avanços na diminuição da superlotação das cadeias e delegacias e na reinserção dos ex-detentos na sociedade.

FOLHA DE LONDRINA

A política de cotas

• A melhoria do ensino público pode significar o fim de qualquer reserva de vagas e o acesso igualitário ao ensino superior •

28 ABR 2012

Em decisão unânime, os ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram que as cotas raciais nas universidades são constitucionais. O julgamento realizado na última quinta-feira foi resultado de uma ação do partido Democratas que afirmava haver discriminação racial na política de cotas adotada pela Universidade de Brasília. Com a decisão, o STF deu aval para que não só a UnB como também as demais universidades públicas do País continuem reservando vagas em seus vestibulares para negros e índios.

No entender dos ministros do Supremo, a adoção de cotas nos processos seletivos é "necessária para diminuir as desigualdades entre brancos e negros" e serviria para "compensar uma dívida do passado, resultante de séculos de escravidão no Brasil". Pelo que se pôde depreender dessa decisão do Supremo, a realidade social excludente do país foi determinante para a derrota da ação proposta pelo DEM.

De fato, apesar da ascensão da nova classe C e do acesso à moradia e serviços, o país peca ao não investir maciçamente em educação. O sucateamento da escola pública - da infraestrutura básica da sala de aula aos baixos salários e falta de capacitação dos professores - não permite

que alunos - sejam brancos, negros ou índios - tenham uma base educacional sólida para enfrentar a concorrência de estudantes de instituições particulares. O resultado é que há anos boa parte das vagas nos melhores cursos de universidades públicas fica nas mãos de quem tem mais posses. Salvo raríssimas exceções.

Os ministros frisaram que essa política afirmativa deve ter um prazo para acabar. "As ações afirmativas não são a melhor opção, mas são uma etapa", afirmou a ministra Cármen Lúcia.

É isso que a sociedade brasileira espera: que os governos (municipal, estadual e federal) voltem suas atenções para o caos da base educacional e, de fato, invistam o que for necessário em infraestrutura escolar e valorizem os professores, tanto com bons salários como com a urgente capacitação.

Se o país desfruta de boa posição econômica que possibilita a geração de emprego e renda - o que explica a rápida ascensão social de grande contingente de excluídos - faz-se necessário canalizar recursos a esse setor vital que é a educação. A melhoria do ensino público pode significar o fim de qualquer reserva de vagas e o acesso igualitário - princípio básico da Constituição - ao ensino superior.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

28 ABR 2012

STF libera

O Supremo Tribunal Federal autorizou ontem o envio do inquérito que investiga o senador Demóstenes Torres (GO) à CPI do Cachoeira. As informações vão ser compartilhadas com o Conselho de Ética do Senado e com a comissão de sindicância da Câmara que investiga o suposto envolvimento de deputados com o empresário Carlinhos Cachoeira. Com o envio do inquérito, os parlamentares passam a ter acesso à íntegra das Operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, que apontaram o elo entre Cachoeira, parlamentares e os negócios conduzidos pelo empresário. A decisão, tomada pelo ministro Ricardo Lewandowski, determina que os membros das três comissões mantenham os dados em sigilo, uma vez que o inquérito tramita em segredo de Justiça.

FOLHA DE S. PAULO

WALTER CENEVIVA

Sete meses na vida do STF

Ayres Britto põe fé que a votação do caso do mensalão terminará antes do fim de seu mandato

28 ABR 2012

O PRESIDENTE do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Ayres Britto, ao se empossar no cargo, fez análise da situação da Justiça em nosso país e, nela, da posição do Poder Judiciário. Inspirou-se em verso de T. S. Elliot, no qual o poeta recomenda a sua alma que fique tranquila e espere, "até que as trevas sejam luz".

No Brasil da comunicação instantânea, o direito nacional se preocupa hoje com o resultado do julgamento do chamado processo do mensalão no STF. Parece ter pela frente uma série de possíveis armadilhas, políticas e não políticas, quanto a seu resultado. Seus termos já foram bem colocados no minucioso relatório do ministro Joaquim Barbosa, que comentei, há meses, nesta coluna.

Será complementado, em breve, pelo ministro Ricardo Lewandowski, cujo trabalho preferi referir como o de um relator. Dois motivos me sugeriram o abandono da técnica: o fato de Lewandowski ter a tarefa de complementar dados na individualização da conduta dos acusados no caso e o longo prazo entre o enunciado de Joaquim Barbosa e o pronunciamento final do STF. A maioria do povo precisa receber as informações a serem acrescentadas para situar o julgamento histórico. Ayres Britto põe fé que a votação será terminada bem antes do fim de seu mandato, em sete meses, quando ele será substituído por Joaquim Barbosa.

É natural que o atual presidente do STF queira ligar sua passagem pelo cargo a isso, conseguindo que das trevas resulte a luz, apesar do curto tempo de que dispõe. Quer ele, que também é poeta, com a luz, que a chegada ao fim seja marcada pela satisfação plena da Justiça. Esperemos que a fala presidencial seja profética nesse caso tormentoso, destinado a fazer história em nosso país.

Além da preocupação com a urgência, Ayres Britto foi feliz ao dizer que se observada a Carta Magna e obedecidas as leis, estará garantido o cumprimento dos deveres do Judiciário em face das "prioridades temáticas" do país. No quadro atual da nação, nota-se em muitos segmentos da administração pública a carga de referências desairosas a próceres da política. Aliás, a prática democrática tem sido prejudicada, mesmo no Judiciário.

Nesse campo, vozes da magistratura têm manifestado queixas vigorosas contra veículos de comunicação e contra o CNJ (Conselho Nacional de Justiça). O presidente do STF reconhece, porém, que os meios de comunicação têm dado cooperação eficiente para apontar erros e deficiências de órgãos públicos e de seus administradores, no cumprimento de seu papel essencial, mesmo quando haja desvios na fidelidade à realidade dos fatos — a prática da democracia terminará corrigindo defeitos. É uma necessidade imperiosa do resguardo dos interesses nacionais, pois a democracia se enlaça intimamente à liberdade de imprensa e, mais ainda, "romper esse cordão umbilical é matar as duas: a imprensa e a democracia". As repercussões da crítica certamente contribuíram, por exemplo, na reação positiva do Tribunal de Justiça de São Paulo. Por isso mesmo tem particular relevo acentuar esse ângulo na palavra do presidente do Supremo, uma vez que o Judiciário nem sempre tem compreendido a atuação dos órgãos de imprensa, em suas variadas formas de contato com o público. Voltarei, ainda uma vez, ao assunto.

STF enviará à CPI inquérito policial sobre Demóstenes

Conselho de Ética terá acesso às informações

O Supremo Tribunal Federal autorizou ontem o envio do inquérito que investiga o senador Demóstenes Torres (GO) à CPI do Cachoeira.

As informações vão ser compartilhadas com o Conselho de Ética do Senado e com a comissão de sindicância da Câmara que investiga o suposto envolvimento de deputados com o empresário Carlinhos Cachoeira.

Com o envio do inquérito, os parlamentares passam a ter acesso à íntegra das Operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, que apontaram o elo entre Cachoeira, parlamentares e os negócios conduzidos pelo empresário.

A decisão, tomada pelo ministro Ricardo Lewandowski, determina que os membros das três comissões mantenham os dados em sigilo, uma vez que o inquérito tramita em segredo de Justiça.

Presidente da CPI, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que pedirá a cópia do inquérito depois de amanhã.

Dos 167 requerimentos protocolados na CPI, nenhum convoca os deputados Sandes Júnior (PP-GO), Rubens Otoni (PT-GO), Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) e Stephan Necessian (PPS-RJ), investigados por suspeita de ligação com Cachoeira. A convocação de Demóstenes é solicitada em quatro pedidos.

Trecho do inquérito da Polícia Federal sobre o esquema de Carlinhos Cachoeira mostra um diálogo ocorrido em julho do ano passado entre Demóstenes Torres (GO) e Gleyb Ferreira, auxiliar direto do empresário, no qual o senador fornece o endereço do seu apartamento funcional em Brasília para receber uma encomenda.

"Tô com um negocinho para entregar, queria ver com o senhor onde quer que eu eu leve", diz Gleyb.

Demóstenes dá as coordenadas da residência do Senado e agenda o encontro: "Vem lá pelas 15h".

Segundo a PF, o "negocinho" tratado na conversa eram R\$ 20 mil que chegariam às mãos do senador.

Toga 1 O inquérito mostra articulações com o Judiciário. Demóstenes falou com ministros do STJ sobre processos de interesse de Cachoeira. Em telefonema, o senador tranquiliza o amigo sobre um julgamento: "Aquele ministro que nós pedimos votou com a gente; o outro votou contra. Então tá um a um".

Toga 2 O inquérito afirma que o ministro Guilherme Caputo, do TST (Tribunal Superior do Trabalho), queria patrocínio de empresas do grupo para eventos. Gilmar Mendes e José Toffoli, do STF, são citados em alguns diálogos.

MÔNICA BERGAMO ZÍPER ABERTO

O empresário do jogo Carlinhos Cachoeira afirmou não apenas à mulher, Andressa Mendonça, mas também a advogados e a amigos que o visitam que "está louco" para falar.

EU TE CONHEÇO

Um de seus interlocutores diz ter entendido que Cachoeira quer, antes de mais nada, passar "recados" a seus críticos. Mas sem, a princípio, revelações bombásticas e comprometedoras.

DE OUTROS CARNAVAIS

O mesmo interlocutor afirma que Cachoeira caiu na gargalhada ao ver a lista de parlamentares que fazem parte da CPI que o investigará. Afirmou estar curioso para saber as perguntas que alguns integrantes, que conhece, farão no dia em que ele for depor na comissão.

DIETA FORÇADA

E Andressa, que namora Cachoeira há nove meses, emagreceu dois quilos nesses dois meses em que ele está preso. Mas não deixou de fazer ginástica duas vezes por semana, em casa. E de ir ao salão de beleza.

ALIANÇAS

Os dois, que haviam planejado se casar em março, mantêm os planos de oficializar a união. Ela disse a Cachoeira que ele precisa "sair logo da cadeia para casar", pois já está se sentindo "enrolada". Pensam numa cerimônia em casa. Ela é evangélica e ele, católico.

TERRA DO JOGO

No ano passado, os dois fizeram viagem romântica para Las Vegas. Assistiram a um show de Celine Dion e a um musical sobre os Beatles.

28 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

PM que estuda é insubordinado, diz Richa

Governador do Paraná afirma em entrevista que policiais com nível superior "muitas vezes" não aceitam ordens

Projeto do governo exclui a exigência de lei que entraria em vigor e causa protestos de associação de policiais

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Em resposta a críticas sobre o fim da exigência de diploma universitário para ingresso na Polícia Militar do Paraná, o governador Beto Richa (PSDB) disse que um policial com curso superior "muitas vezes não aceita cumprir ordens de um oficial ou um superior".

A declaração foi dada em entrevista à rádio CBN Curitiba, anteontem.

Richa disse que a exigência do diploma para entrar na PM "demonstrou não ser uma boa iniciativa", porque "desestimula os jovens que querem entrar na polícia [...] e não têm curso superior".

A lei, aprovada pela Assembleia em 2010, até hoje não foi colocada em prática.

"Outra questão é a de insubordinação, também. Uma pessoa com curso superior muitas vezes não aceita cumprir ordens de um oficial ou um superior", disse Richa.

A exigência de curso superior aprovada pelos deputados exigia diploma de direito para o ingresso na PM e de engenharia para admissão no Corpo de Bombeiros.

O mesmo texto criou benefícios para os policiais. Mas nada disso foi cumprido, pois o texto aprovado dependia de regulamentação.

Na quarta, o governo enviou à Assembleia projetos para regulamentar a lei, mas um deles derruba a exigência do diploma superior.

Entidades que representam os policiais do Estado criticaram a mudança.

"O governo está propondo mudar a lei. Agora ele quer derrubar o que construímos?", diz o presidente da Associação dos Policiais, Cabos e Soldados Militares do Paraná, Laudenir Dotta.

O governo diz que o tema "deverá ser regulamentado posteriormente".

Hoje, em seu Twitter, Richa disse que suas declarações foram descontextualizadas. "Eu disse é que retiramos a exigência do diploma para dar oportunidade aos mais jovens que ainda não concluíram o curso superior. São pessoas preparadas para a função mas que não atendem a escolaridade exigida."

28 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Primeira-dama do Piauí é eleita conselheira do TCE

Órgão fiscaliza utilização de verbas públicas; Promotoria contesta eleição

A mulher do governador do Piauí, Wilson Martins (PSB), foi eleita ontem conselheira do Tribunal de Contas do Estado, órgão fiscalizador do uso de verbas públicas pelos agentes políticos.

Formada em enfermagem e em direito, Lillian Martins, 55, é deputada estadual pelo PSB e ocupava até ontem a Secretaria da Saúde do Estado. Ela se elegeu com os votos de 25 dos 29 deputados presentes à sessão de ontem.

Ao todo, 14 candidatos disputavam a vaga. O Ministério Público contestou a eleição. Segundo a Promotoria, o edital não cumpriu requisitos previstos na Constituição, como exigência de "notório saber jurídico" e ao menos dez anos de função pública.

A primeira-dama disse que está preparada para o posto. "A minha história me credencia para o cargo no TCE."

Em 2006, polêmica semelhante ocorreu quando o então governador de Minas, Aécio Neves (PSDB), indicou a mulher do seu vice para conselheira do TCE. Adriene Andrade foi eleita e hoje é vice-presidente do tribunal.

28 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO EUA mantêm Maluf na lista de procurados pela polícia

Justiça de Nova York rejeitou o pedido do deputado, que nega ter contas no exterior

A Justiça de Nova York negou pedido do deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) e de seu filho Flávio para que eles fossem retirados da lista internacional de procurados pela polícia, conhecida como difusão vermelha.

A decisão da corte norte-americana, informada ontem pelo jornal "O Estado de S. Paulo", recusou também o encerramento da ação criminal em andamento contra Maluf em Nova York.

O deputado é acusado de manter contas no exterior abastecidas com dinheiro resultante de atos de corrupção em sua gestão na Prefeitura de São Paulo de 1993 a 1996.

A defesa de Maluf apontou várias irregularidades formais no processo da Justiça norte-americana para tentar acabar com a ação criminal, mas todas as alegações foram rebatidas pela corte.

Segundo o promotor de Justiça Silvío Marques, a decisão reforça as ações de improbidade em curso contra o deputado do PP no Brasil.

A assessoria de Maluf afirmou que ele não iria se manifestar sobre a decisão e que o deputado "não tem e nunca teve contas no exterior".

28 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

A TRAIÇÃO SEGUNDO A JUSTIÇA

Sentença sobre caso envolvendo
triângulo amoroso
em Minas dá dicas sobre como
despistar uma mulher
enquanto estiver com a outra



CONTINUA

28 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Uma ação na Justiça mineira envolvendo um triângulo amoroso e briga entre mulheres com direito a "unhadas e puxões de cabelo" ganhou uma sentença inusitada.

Nela, o juiz Carlos Roberto Loiola, de Divinópolis, Minas, deu dicas ao homem disputado pelas duas mulheres sobre como agir para "despistar" as companheiras.

"Quando tiver na casa de uma e a outra ligar para ele, ao invés de falar a verdade, recomendo que diga que está na pescaria com os amigos. Evita briga, litígio, quiproquó e não tem importância nenhuma. Isso não é crime."

A decisão foi publicada no mês passado, fruto de uma ação movida por uma das mulheres envolvidas na disputa amorosa. Ela pedia indenização por danos morais por ter "levado uma surra" da rival.

O conselho dado ao alvo da disputa amorosa, diz o juiz, faz parte de uma estratégia para evitar outra briga, desta vez mais séria, entre as duas.

"Quantas vezes você não diz pequenas mentiras para pacificar o ambiente na sua casa?", disse Loiola à **Folha**.

Na sentença, ele ironiza o fato de Luiz (nome fictício) ter admitido para a namorada que estava na casa da rival — foi aí que ela foi até lá e a confusão entre as duas começou.

"Tão disputado que é pelas duas moças, que nem se lembrou de contar uma mentirinha dessas que a gente sabe que os outros contam nessas horas só pra enganar as namoradas. Talvez porque hoje isso nem mais seja preciso, como era no meu tempo de pescarias. Novas Leis de mercado", afirma a decisão.

A audiência que reuniu o trio perante o juiz ganhou contornos de novela, segundo o relato da sentença.

"Na AI] [audiência] sobrou espinho pontiagudo e venenoso pra tudo que é lado, menos pro lado do Luiz, que veio sorridente, feliz da vida, senhor das moças. Os olhos das duas se encheram de alegria e esfuziante contentamento com a chegada dele na sala."

O juiz relata ainda que teve que "intervir" e lembrar que "não era 'programa do Ratinho'" quando as duas quase discutiram na hora do rapaz responder se tinha algo sério com alguma delas.

"Aí o Luiz se sentiu mesmo o rei da cocada, mais desejado que bombom brigadeiro em festa de criança."

No fim das contas, a Justiça concluiu que a mulher que apanhou merecia ser indenizada — R\$ 3.000, menos do que o previsto inicialmente (R\$ 4.000), porque ela chamou a rival de "esse trem" na audiência. "Ela também não é santa não", observa a sentença escrita por Loiola.

O juiz também concedeu assistência judiciária gratuita para as duas, justificando: "Elas são pobres mesmo, em todos os aspectos. E ainda têm que brigar até por homem. Coitadas..."

LEIA MAIS

Veja trechos da sentença de Minas

"Briga de mulher por causa de homem. Invasão de domicílio. Surra com muitas escoriações, unhadas, socos, puxões de cabelo e ameaças posteriores. Fato provado nos mínimos detalhezinhos sórdidos" (resumo do caso, pelo juiz)

"Na AI] [audiência] sobrou espinho pontiagudo e venenoso prá tudo que é lado, menos pro Luiz", que veio sorridente, feliz da vida, senhor das moças. Os olhos das duas se encheram de alegria e esfuziante contentamento com a chegada dele"

"Aí o Luiz* se sentiu mesmo o rei da cocada, mais desejado que bombom brigadeiro em festa de criança"

"Ele nem prá dizer que estava numa pescaria com os amigos! Foi logo entregando que estava com a rival. Éta sujeito despreocupado!"

"Quando tiver na casa de uma e a outra ligar para ele, ao invés de falar a verdade, recomendo que ele diga que está na pescaria com os amigos. Pode passar depois comprar uns lambarizinhos congelados (...) e levar para a outra. Ela vai acreditar que ele estava mesmo na pescaria."

*nomes fictícios

FOLHA DE S. PAULO

Justiça já 29 ABR 2012

condena jovens

envolvidos

em bullying

Adolescentes tiveram de prestar serviços à comunidade como punição

Acusações são de agressão, injúria e difamação; cresce envolvimento de alunos de classe média alta

“Você escolheu apanhar.” “Toma cuidado ao andar em ‘Higi’.” As frases foram escritas por jovens de 12 a 15 anos e extraídas de mensagens em celulares ou murais de redes sociais como o Twitter.

Mas também constam de uma representação por ato infracional em andamento numa das varas de Infância e Juventude da capital, apresentada pela mãe de uma adolescente de 14 anos que diz ter sido alvo de ofensas e ameaças feitas pelas colegas.

Casos de bullying —seja virtual como este ou os em que ataques são feitos pessoalmente— têm chegado à Justiça e resultado na condenação de adolescentes.

Em 2011, a Justiça recebeu seis denúncias do tipo. Em duas delas, jovens foram condenados a prestar serviços comunitários. Os outros quatro estão em andamento na Promotoria de Infância.

As ações são resultado de um convênio do Ministério Público Estadual com as se-

cretarias municipal e estadual de Educação para receber as denúncias diretamente.

Como bullying não é crime, os registros são de agressão, ameaça, injúria (imputar fato ofensivo à reputação) e difamação (ofensa).

Antes disso, pais de crianças que se sentiam ofendidas ou eram agredidas por colegas registravam queixas em delegacias que depois eram encaminhadas à Vara de Infância, o que tornava o processo mais demorado.

Os promotores Thales de Oliveira e Mario Bruno Neto apresentaram em 2011 um projeto para transformar o bullying em crime.

De acordo com a ideia discutida dentro do Ministério Público, expor alguém a constrangimento público, escárnio ou degradação física e moral resultaria em prisão (de um a quatro anos).

Se o autor for menor, o ato infracional poderia acabar em internação na Fundação Casa (antiga Febem).

Caso o delito seja cometido por meios virtuais —o chamado cyberbullying— a pena poderia aumentar.

Iniciativas semelhantes já foram apresentados no Congresso Nacional.

As autoras das frases acima são jovens de classe média alta, moradoras de bairros nobres da zona oeste paulistana —o “Higi” é uma gíria para Higienópolis—, todas alunas de colégios particulares da cidade cujas mensalidades beiram os R\$ 2.000.

Segundo o promotor Oliveira, esse perfil de adolescentes é cada vez mais comum nas denúncias. “Já tivemos processos envolvendo jovens de classe média alta, mas as escolas ainda tem resistência em reconhecer os casos de bullying”, disse.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

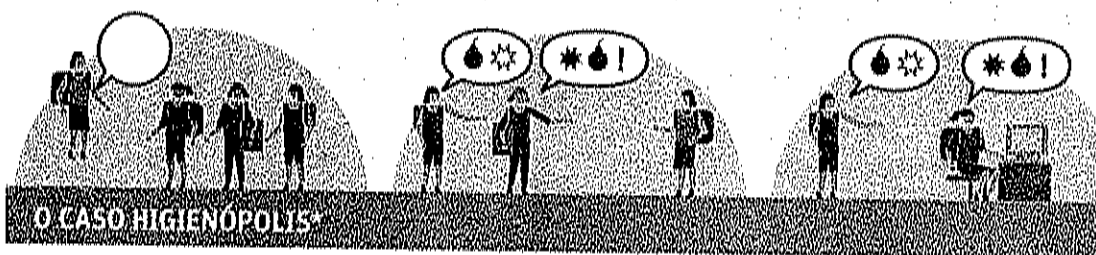
29 ABR 2012

BULLYING NA JUSTIÇA
Promotoria recebe diretamente as denúncias



ANTES

As denúncias só podiam ser feitas na delegacia, que enviava o caso à Promotoria, o que tornava o processo mais longo



O CASO HIGIENÓPOLIS

2010

Joana**, estudante do Mackenzie então com 12 anos inicia amizade com jovens de Higienópolis, todas alunas de outros colégios tradicionais

2011

Julho

Ela passa a ser ofendida após "ficar" com o ex-namorado de uma delas. Ofensas e acusações de roubo são postadas nas redes sociais

Agosto

Em depressão, ela sai do colégio. Vai para outra unidade, onde, diz, era perseguida. Sua conta no Twitter foi "hackeada", segundo a mãe



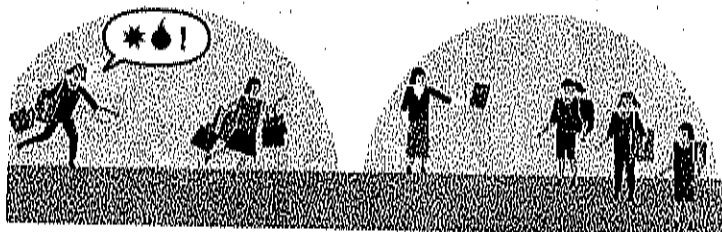
EM 2011

Sets processos foram abertos diretamente na Promotoria e concluídos. A Folha apurou que pelo menos em dois deles houve condenação



PROCESSO

Se o promotor levar o caso adiante, o jovem é julgado pelas eventuais agressões e ameaças



2012

Fevereiro

Joana é xingada dentro do shopping Pátio Higienópolis e seguida até o prédio onde funciona o escritório de advocacia da mãe

Abril

Mãe entra com representação criminal contra sete jovens. Justiça abre procedimento para apurar ato infracional



PENAS

Quando condenado, o jovem infrator geralmente é punido com prestação de serviços à comunidade

*Segundo o Ministério Público e depoimentos da família da jovem
**nome fictício

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Advogada 29 ABR 2012 pede punição para sete jovens

Representação por calúnia foi apresentada em Vara da Infância após garota de 14 anos ser alvo de ofensas de colegas

Ação pede retratação no Twitter e no Facebook, além de prestação de serviços em hospitais públicos da capital

Ao acessar o Twitter e as mensagens no celular, a jovem Joana (nome fictício), 14, se deparou com ofensas e acusações de ter roubado uma peça de roupa de uma colega da turma.

Estudante do colégio Mackenzie, ela mudou de escola. Mesmo assim, repetiu de ano em outra unidade. Hoje, tem aulas num colégio em outro bairro de São Paulo.

Dizendo-se cansada de ver a filha chorando e com medo, a mãe dela, a advogada A., 48, entrou com uma representação por calúnia (imputar falsamente a alguém um crime) contra sete jovens.

A mãe espera retratações das garotas nas redes sociais. Também pede ao juiz que as meninas prestem serviços comunitários em hospitais. Segundo a família, as jovens cometeram bullying durante sete meses contra a jovem.

'BONDE DO BLACK BERRY'

Em julho de 2011, após um desentendimento por causa de um rapaz com quem ela havia "ficado", as garotas começaram a atacá-la, segundo a própria jovem.

Joana disse que as colegas a atacavam porque o garoto era ex-namorado de uma jovem da turma. Depois, passaram a acusá-la de se apropriar de roupas das amigas.

Iniciada a rixa, as acusações passaram a ser publicadas no Twitter e mandadas pelo BBM (programa de mensagens instantâneas em celular).

Amigos da vítima apelidaram as jovens de "bonde do Black Berry" e "Meninas Más de Higienópolis".

Segundo A., o perfil da filha no Twitter ganhou textos com conotação sexual que não foram escritos por ela. Para a família, a conta da garota foi alvo de hacker.

A mãe disse que, a partir de janeiro, Joana se viu proibida de circular por Higienópolis, a ponto de ser perseguida dentro do shopping do bairro.

"Vi minha filha em depressão e com medo de sair de casa", conta. "Por causa disso tudo, tive que trocá-la de escola e colocá-la na terapia", afirmou.

29 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

CACHOEIRAGATE/ENTREVISTA

ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO

Ministros do STF precisam de coragem para anular tudo

ADVOGADO QUE REPRESENTA SENADOR DEMÓSTENES E GOVERNADOR PERILLO DIZ QUE PROVAS OBTIDAS PELA PROCURADORIA SÃO ILEGAIS

O advogado Antonio Carlos de Almeida Castro diz que a Polícia Federal produziu provas ilegais contra o senador Demóstenes Torres (ex-DEM-GO) e o governador Marconi Perillo (PSDB-GO) nos inquéritos que levaram o empresário Carlos Cachoeira à prisão em fevereiro.

Kakay, como o advogado é mais conhecido, foi contratado para defender Demóstenes e Perillo. Ele afirma que os dois só poderiam ter sido investigados com autorização dos tribunais superiores em que têm foro privilegiado.

Segundo o advogado, ao usar as escutas telefônicas feitas pela PF como elementos para pedir a abertura de investigações contra eles, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, deu um "presente" à defesa.

Folha - Por que o senhor defende que as provas sejam anuladas?

Antonio Carlos de Almeida Castro - Já em 2008, na Operação Vegas, o senador [Demóstenes] falava com frequência

com Cachoeira. Na Operação Monte Carlo [segunda investigação sobre o caso, de 2010 a 2011], eles continuaram a gravar o senador por centenas de vezes. Você pode ser contrário ao foro de prerrogativa, mas desde que exista pela previsão constitucional você tem que ter a certeza de que ele será aplicado.

Mas há jurisprudência sobre o chamado "encontro fortuito" de provas. Quando alguém com foro privilegiado é flagrado conversando com um investigado sem foro, a prova é válida.

Encontro fortuito não pode ser um diálogo que perdure durante um ano e meio, dois anos. Se fosse direito de família, teria estabilidade [a relação entre Demóstenes e Cachoeira]. É inacreditável o que aconteceu.

O juiz deveria ter pedido autorização ao STF assim que percebeu o envolvimento de um senador?

Tem uma decisão da PF e do Ministério Público de Goiás que diz que eles não pode-

riam mandar para o Supremo porque não iria dar em nada. Ou seja, eles reconhecem que não declinaram a competência para o Supremo porque acreditavam, na visão míope deles, que o Supremo protegeria o senador da República. É um acinte.

E quanto às demais provas produzidas pelo inquérito?

Só tem uma única prova produzida, que são as interceptações telefônicas. Isso é o mais grave. A pessoa mais importante do processo constitucional brasileiro é o policial que fica escutando as conversas e aí faz um resuminho e dá interpretações absurdas dos fatos.

O vazamento das informações ajuda a anular as provas?

Hoje o Supremo anular tudo é um desgaste muito grande. Tem que ter independência e coragem para anular um procedimento que há 40 dias você tem um vazamento diário na imprensa.

CONTÍNUA

FOLHA DE S. PAULO

29 ABR 2012

CONTINUAÇÃO

Qual a explicação de Demóstenes para a relação dele com o Cachoeira?

Todas as pessoas de Goiás conviviam com o Cachoeira. Hoje você vê crítico de obra pronta. "Ah, você não poderia falar no Nextel." Ele não sabia que tinha o clube Nextel. A ele foi dado um telefone com facilidade pra falar [com Cachoeira] e ele aceitou.

Tem momentos que ele faz favores a Cachoeira. Ele poderia ter feito isso para outras pessoas?

Eu acho que se você for pegar a conversa de boa parte de deputados e senadores com empresários e apoiadores, evidentemente você vai conversar sobre projetos específicos. Ou você acha que um senador da República não conversa sobre uma determinada obra importante para o seu Estado com empresário? Claro, evidente. Qual o problema? O Perillo não tinha relação com Cachoeira.

O procurador Roberto Gurgel aceitou as "provas fortuitas" e pediu abertura de inquérito.

Há uma incoerência do Gurgel que é gritante. Ele disse que não tocou para frente [a Operação Vegas] porque não tinha nada para ser investigado. Ele tinha então que ter determinado o arquivamento imediato. No entanto, quando fez a representação há dois meses usou elementos da Vegas. Fizeram o que para a defesa é um presente.

Você acha que um senador da República não conversa sobre uma determinada obra importante para o seu Estado com empresário? Claro, evidente. Qual o problema?

A pessoa mais importante do processo constitucional brasileiro é o policial que fica escutando as conversas e dá interpretações absurdas dos fatos

29 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Cachoeira bancou lote de vinho raro para Demóstenes

'Mete o pau aí. Para muitos é o melhor vinho do mundo, de todos os tempos', diz senador em diálogo gravado

Investigações da Polícia Federal indicam ainda concessão de presentes e viagens a servidores e políticos de Goiás

Caronas em jatinhos, presentes do exterior e vinhos de milhares de dólares faziam parte do arsenal que o empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, usava na troca de favores com políticos e servidores, afirma a Polícia Federal.

A íntegra do inquérito que tramita no STF (Supremo Tribunal Federal) e áudios da Operação Monte Carlo mostram que em agosto de 2011 Cachoeira e seu assessor Gleyb Ferreira da Cruz conversam sobre um vinho Cheval Blanc, safra 1947.

A bebida, que já teve uma garrafa especial leiloadada por mais de R\$ 500 mil, seria comprada para o senador Demóstenes Torres (ex-DEMGO), ao custo de até US\$ 2.950 a unidade.

A diferença de preço se daria por causa de algumas "imperfeições" nas garrafas.

Numa ligação a Gleyb, Demóstenes autoriza a Cachoeira a encomendar cinco garrafas: "Mete o pau aí. Para muitos é o melhor vinho do mundo, de todos os tempos". É completa: "Passa o cartão do nosso amigo aí, depois a gente vê".

Gleyb então informa a Geovani Pereira da Silva, contador do grupo de Cachoeira, que comprou cinco garrafas para o "professor" —que a PF diz ser Demóstenes.

Eles comemoram o negócio dizendo que as cinco unidades saíram por menos de US\$ 14 mil.

Ao comentar que cada garrafa da safra custaria R\$ 30 mil no Brasil, demonstram surpresa. "O quê que é isso? Esse povo deve estar louco", diz um deles. "Sem noção, né?", responde o outro.

Em páginas da internet, o Cheval Blanc, safra 1947, é citado como um dos vinhos mais desejados e mais falsificados do mundo.

O inquérito afirma que o grupo de Cachoeira também ofereceu a Demóstenes caronas em jatinhos.

Os advogados de Demóstenes e Cachoeira não comentam questões pontuais do inquérito e sustentam que as gravações da PF são ilegais.

LAS VEGAS

Outra que recebeu favores foi Eliane Pinheiro, então chefe de gabinete do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). Cachoeira pediu que assessores a levassem ao aeroporto, onde embarcaria para Las Vegas com Geraldo Messias (PP), prefeito de Águas Lindas (GO).

Após a viagem, o prefeito agradece a Cachoeira. "Sou fiel a você no pouco e no muito. O que você mandar fazer você tem que pensar duas vezes porque é ordem, tá certo?", diz Messias.

Eliane também agradece: "Meu lugar é Las Vegas."

Segundo a PF, Cachoeira também trazia presentes do exterior para Eliane.

Em maio do ano passado, ele avisou a Eliane que estava indo para os Estados Unidos e brinca, pedindo para a ex-chefe de gabinete não querer geladeira, fogão, sofá. Eliane responde: "Eu vou pensar aqui, um bem especial, igual ao que você me trouxe da outra vez".

Messias e Eliane não foram localizados.

ANDRESSA MENDONÇA

O Carlinhos que eu conheço faz caridade

companheira do empresário, que, segundo ela disse em entrevista à Folha, virou bode expiatório



FOLHA DE S. PAULO

JANIO DE FREITAS

Coisa de profissional

Na política brasileira,
Carlinhos Cachoeira tem
hoje força incomparável;
está muito além da PF

29 ABR 2012

CPI MISTA de Senado e Câmara, Conselho de Ética do Senado e a agitação pré-campanha eleitoral das eleições municipais — é uma salada experimental bastante criativa, embora de sabor incerto, que será preparada em maio para servir-se em junho, quando as pré-candidaturas e as já candidaturas estarão fumegando.

Tal entrelaçamento, por si só, torna possíveis dois rumos: a CPI ou o conselho ou ambos se esvaziam em poucas semanas, ou, em direção oposta, se entrelaçam em um processo capaz de efeitos muito além dos presumidos.

Dentre os fatores que decidirão entre um sentido e outro, Carlos Augusto Ramos, ou Carlinhos Cachoeira, tem a primazia absoluta.

Na política brasileira, Carlinhos Cachoeira tem hoje força incomparável. As gravações e a investigação (da qual não se tem notícia) feitas pela Polícia Federal são capazes de produzir muitos abalos.

A depender, primeiro, de até onde sejam liberadas; depois, de até onde sejam utilizadas. Nunca se tem certeza de uma coisa nem a influência necessária para a outra (nesta última carência, o caso Renan Calheiros e suas vaquinhas milagrosas é exemplar).

Mas Carlinhos Cachoeira está muito além da Polícia Federal.

Quem se dá ao cuidado de comprar telefones com pretensa proteção contra gravações, e os distribui para uso com seus interlocutores especiais, não é amador. Carlinhos Cachoeira é profissional.

Suas providências para contar com o auxílio da Receita Federal e da Infraero, ao voltar dos Estados Unidos a Brasília, são sugestivas, tratando-se de alguém afeito a telefones protegidos, câmeras, microfones e gravadores imperceptíveis, e outras últimas gerações.

E afeito já experimentado. O vídeo que Carlinhos Cachoeira divulgou no começo do governo Lula, com Waldomiro Diniz lhe pedindo comissão, foi feito bem antes. Tem mais de dez anos. O que indica precauções profissionais muito anteriores ao uso recente de telefones Nextel.

A dedução lógica é a de que esse profissional não deixou, jamais, de registrar, por algum ou por todos os modos possíveis, cada palavra e cada ato capaz de desestimular, se necessário lembrá-lo, uma simples recusa, quanto mais a insensatez de uma hostilidade.

Companheiros, sócios, amigos, muito bem agraciados com favores, presentes e recompensas aos serviços e às boas relações.

Aos contatos novos, a simpática abertura de relacionamento, sempre à disposição. É muita gente, foram muitos serviços e negócios, foram muitas recompensas. Mas profissional sabe o que é a vida e não dispensa as maneiras de acautelarse contra suas armadilhas.

Ou alguém pensaria que os temores e os medos que mal se disfarçam, em Brasília e em vários Estados, com relação à CPI e em todos os pisos da política e dos negócios sombrios, são uma epidemia de transtornos psicológicos?

Carlinhos Cachoeira nem precisaria mostrar muito. Não é certo nem sequer que mostre alguma coisa porque pode ter ainda a esperança de amparos e saídas que o salvem do futuro amargo. Esperança inútil, tudo indica. E talvez o caminho oposto é que o levasse à solução menos onerosa. Embora a menos desejada por todas as partes da salada de agitações: a delação premiada, ou algo assim.

29 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DOS LEITORES

Cotas raciais

Em relação ao editorial "Cotas raciais, um erro" ("Opinião", 27/4), penso eu que erro não está na decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), que julgou constitucional o sistema de cotas raciais para o ingresso em universidades públicas. O erro está em querer imitar, sem críticas, instituições norte-americanas, feitas para outra realidade político-social. Nos EUA, os "não brancos" eram odiados pela maioria, diferentemente da situação brasileira. Aqui, ainda que se possa falar em preconceito, não se pode falar em ódio racial.

ADHEMAR MACIEL (Belo Horizonte, MG)

Enquanto os ministros do STF passaram horas desfiando um discurso pueril, piegas e ilógico, por vezes resvalando na conversa de bar, o editorial "Cotas raciais, um erro" foi objetivo, preciso e racional, elucidando a questão em poucas linhas.

TIETRI DOS SANTOS CLEMENTE FILHO
(São Paulo, SP)

Em relação ao editorial sobre cotas, vamos ser menos emocionais com a questão e analisar os resultados concretos. A julgar pelo teor dos votos dos membros do STF (que, obviamente, precisam ser lidos e relidos), as manifestações oficiais da *Folha* —o editorial "Cotas raciais, um erro" e texto de Hélio Schwartsman ("O véu da ignorância", "Opinião", 27/4)— são "lamentos", sem argumentação válida.

LAURO BRITO DE ALMEIDA (Curitiba, PR)

Mais uma decisão política do STF. E por unanimidade. Se a Constituição diz que todos são iguais perante a lei, o Supremo está nos dizendo que uns são mais iguais do que outros.

O problema central do Brasil não é o racismo, mas, sim, a situação social.

ANIBAL FILLIP (Santos, SP)

A definição dos que merecem ser agraciados com cotas deveria seguir critérios mais objetivos. Muitos afrodescendentes podem ser de famílias abastadas e receber o benefício da cota, enquanto um branco pobre tem que "ralar" para vencer a barreira do grupo que não faz parte da exceção.

O QUE ELE DISSE LUIZ FUX

Viva a nação afrodescendente

ministro do STF, ao defender o sistema de cotas raciais nas universidades, aprovado por unanimidade pelo órgão.

GASPARI

NA MOSCA

Há dois meses um ministro do STF arriscou um palpite: o Supremo poderá declarar constitucionais as cotas nas universidades públicas por unanimidade. Parecia otimismo.

FOLHA DE S. PAULO

ARI FRIEDENBACH

Na Febem, maior para efeitos sexuais

Internos terão visita íntima.
Fora o lazer descabido, agora
mais bebês sem estrutura?
Alguém quis saber o que os
pais das visitantes pensam?

30 ABR 2012

Para efeitos sexuais, vamos tratar os adolescentes infratores internados na Fundação Casa, a antiga Febem, como adultos?

Eles terão direito à visita íntima, desde que comprovem ter união estável —namoro ou casamento. Isso é o que determina a nova lei federal (12.564) que regula as visitas íntimas aos adolescentes.

Para a presidente da Fundação Casa, Berenice Giannella, a liberação da visita íntima para o adolescente é parte do processo de ressocialização. "A visita íntima contribui com o retorno sócio, com o vínculo familiar que deve ser mantido dentro da Fundação."

Vínculo familiar? Isso não deve ser confundido com as necessidades fisiológicas dos jovens internos.

Nosso legislador, ao possibilitar tal permissividade, não se perguntou em algum momento se os pais de uma jovem, menor de idade, concorda que a seu filha vá à Fundação Casa para um encontro sexual com seu namorado?

Qualquer um de nós que tenha — ou, no meu caso, que teve— um filha seguramente não está de acordo com os nossos "pensadores".

O Estado faz uma concessão absurda aos menores infratores, não apenas por permitir que internos da Fundação Casa obtenham tal direito impensável, bem como por criar mais um enorme problema para o próprio Estado, possibilitando não apenas um "lazer" descabido, mas também a concepção de bebês sem qualquer estrutura familiar, algo muito mais grave.

Não me parece razoável o Estado patrocinar relações sexuais entre jo-

vens sem qualquer estrutura socioeconômica, estimulando a formação de mais famílias desestruturadas.

Ressocialização não se faz através de medidas de liberdade "mal" assistida, de saídas provisórias (Dia das Mães, Natal etc.), abrindo as portas de nossos presídios e instituições para permitir a saída às ruas de pessoas de extrema periculosidade.

Seria muito mais eficaz se nossas instituições fizessem um trabalho efetivo com as famílias dos internos, objetivando a melhora dessas relações, em vez de patrocinar a gravidez de jovens adolescentes.

Além disso, a pretensão do legislador e dos "especialistas" de tratar o menor como adulto para efeitos de suas necessidades fisiológicas deveria ser, então, estendido para a responsabilização do menor por seus crimes (atos infracionais).

É razoável o que dizem os "especialistas" e legisladores quando entendem ser uma relação estável que um adolescente de 14 anos tenha uma namorada?

Se um menor de idade desejar casar, a legislação determina que ele tem de ser emancipado.

Então pergunto: não seria o caso desse menor de idade, que para poder fazer sexo se diz casado ou em união estável, ser emancipado e, portanto, responder criminalmente como maior de idade?

Por que nosso legislador insiste em usar dois pesos e duas medidas?

Eu entendo que o jovem infrator que declara ter uma relação estável, que tem até filhos com a sua companheira, possa desfrutar do direito de ter relações sexuais dentro da Fundação Casa.

O que propomos é justamente que o menor que se comporta como adulto para manter uma relação estável e também para cometer crimes gravíssimos seja tratado como efetivamente é. Um adulto responsável pelos seus atos. Seja para o bem ou para o mal!

ARI FRIEDENBACH, 51, é advogado e pai de Lianna, assassinada por um menor de idade em 2003

FOLHA DE S. PAULO

MELCHIADES FILHO

Dura lex 30 ABR 2012

BRASÍLIA - A CPI do Cachoeira oferece oportunidade não só de investigar a fundo as relações entre políticos, empresários e o crime organizado, mas também de aprovar melhores leis de combate à corrupção.

Já surgiu uma ideia interessante na comissão de juristas escalada pelo Senado para revisar o Código Penal: classificar como crime o enriquecimento do servidor incompatível com sua renda declarada.

Pela proposta, a polícia não precisaria mais provar em detalhes como se deu a roubança. Bastaria constatar que o político (ou o juiz, o delegado etc.) acumulou patrimônio ou passou a usufruir de bens acima de suas possibilidades.

A medida não secaria de vez os propinodutos. Mas, como precisou o ministro Gilson Dipp (STJ), daria ao Estado um instrumento para agir com rapidez. O sujeito pensaria duas vezes antes de se fixar em Paris, emborcar vinhos exclusivos, colecionar carros importados...

A comissão de juristas tem feito outras sugestões arrojadas, como a ampliação dos casos em que aborto e eutanásia seriam permitidos. Estão quase todas fadadas à derrota, dada a composição do Congresso.

Fossem tempos normais, também iniciativas contra a corrupção acabariam na fila-que-não-anda. Os pilantras sabem como ninguém emperrar o trabalho parlamentar.

A CPI do Cachoeira, porém, quebra esse quadro de estupor. O escândalo é grande demais para ser abafado — ainda que o PT, justo quem mais lucrou politicamente com as revelações até aqui, opere para restringir o escopo da investigação.

Dipp e seus colegas deveriam tirar proveito e surfar a onda da Ficha Limpa, influenciando na redação do texto propositivo da CPI. Vale incluir outros bons projetos em tramitação no Congresso, como o que prevê punição também para quem corrompe (e não apenas para o corrompido), e fechar um pacote bem antes do recesso de julho.

30 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DOS LEITORES

Cotas raciais

Sobre as cotas de ingresso em universidades públicas, aprovadas pelo STF, o que deveria ser discutido é a questão de renda, e não a de raça. Como fica, por exemplo, um branco que está nas mesmas condições de pobreza de um negro? Na mesma escola pública e nas mesmas condições precárias de estudo? Qual é a lógica e a visão de nossos magistrados sobre tais questionamentos?

HILTON ELLERY GIRÃO BARROSO (São Paulo, SP)

Talvez o tema do racismo tenha passado, no plano nacional, a um reconhecimento maior. Talvez nas conversas sobre isso haja uma sensação que remonta aos primórdios de uma histórica injustiça social contra os negros no Brasil. A decisão do STF pelas cotas em universidades públicas e sua repercussão promovem um "desconforto geral", que não é ruim, pois traz frutos.

MIRIANNE DE SOUZA COSTA (Campo Grande, MS)

É demagógica a seleção universitária pelo sistema de cotas. É fantasiar a realidade educacional e profissional. É "tapar o sol com a peneira", pois alunos que não tiveram educação fundamental de qualidade não farão bom proveito do ensino universitário. É confundir escolaridade com formação, que tem alcance infinitamente maior. É incutir na cabeça dos cotistas que, ao terminarem seus cursos, conseguirão ótimos empregos e que, se não conseguirem, estarão sendo vítimas de preconceito. Trata-se, portanto, de uma inversão total de raciocínio.

CLÉA CORREA (São Paulo, SP)

Caso Cachoeira

Houve quase unanimidade sobre a força da opinião pública na apreciação da Lei da Ficha Limpa pelo STF. No decorrer dos próximos meses, teremos a comprovação ou não dessa força no comportamento da CPI do Cachoeira e no possível julgamento do mensalão. Saberemos se haverá a confirmação de que a Justiça será reabilitada perante o povo e se a CPI serve ao país ou só a políticos e partidos. Oxalá ouçamos os gritos da opinião pública.

FÁBIO FIGUEIREDO (São Paulo, SP)

Difícil imaginar que o senador Demóstenes Torres (ex-DEM), envolvido em gravíssimas denúncias de corrupção, ainda esteja a circular no plenário do Senado Federal, usando sua influência e suas prerrogativas. Demóstenes Torres já deveria estar afastado do Congresso Nacional.

ADILSON CARVALHO DE ALMEIDA (São Paulo, SP)

PAINEL

Mãozinha Antes de assumir a presidência do STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Carlos Ayres Brito ofereceu ao colega Ricardo Lewandowski mais auxiliares para a tarefa de revisar o processo do mensalão. Ministros da corte apostam que o relatório será entregue em maio.

MÔNICA BERGAMO

É COISA NOSTRA

Os 20 anos de morte do juiz Giovanni Falcone, que combateu a máfia italiana e foi assassinado por ela em 1992, será lembrado com o lançamento no Brasil do livro "Coisas da Cosa Nostra". A Rocco publicará em maio a obra, que reúne 20 entrevistas do magistrado à jornalista Marcelle Padovani.

REGISTRO QUILOMBOLA

Enquanto o Supremo Tribunal Federal discute o reconhecimento de terras quilombolas, uma associação de descendentes de escravos procurou a Defensoria Pública de São Paulo para tentar reaver uma área de 69 hectares na cidade de Registro (188 km da capital).

REGISTRO 2

A entidade tenta derrubar uma decisão de 2005 da Justiça que concedeu usucapião desse espaço a um casal de agricultores.

30 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condena homem a indenizar noiva após desistir de casamento

DE SÃO PAULO - A Justiça condenou um homem a pagar mais de R\$ 36 mil a ex-noiva por ter desistido do casamento apenas três dias antes da cerimônia. Ele recorreu da decisão, mas a indenização foi mantida pelo TJ (Tribunal de Justiça).

Segundo o TJ, ele afirmou que não queria a festa de casamento, que teria sido imposta pelos pais da noiva.

Para a Justiça, o noivo poderia ter cancelado a festa antes da distribuição dos convites. Segundo o TJ, ele vivia com a ex-noiva havia cerca de nove anos e eles têm duas filhas.

TJ pagará a cada juiz até R\$ 37 mil em retroativos

Valor é referente a cinco anos de vale-alimentação. Benefício foi garantido em 2009, mas será pago a partir de 2007

Chico Marés

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) decidiu retroagir o pagamento de auxílio-alimentação para todos os magistrados da Justiça estadual. Juízes e desembargadores poderão receber R\$ 630 por mês trabalhado a partir de 2007. Ainda não se sabe quanto isso deve custar aos cofres públicos. O benefício será pago em parcelas, de acordo com a disponibilidade orçamentária do órgão. Para magistrados que estão no tribunal desde 2007, o pagamento será de R\$ 37,8 mil.

O benefício foi instituído em agosto do ano passado, após resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que reconhecia o direito dos magistrados de receber essa ajuda de custo. Na época, foi determinado que o auxílio seria retroativo apenas até o início do mês de agosto.

Entretanto, neste mês, os magistrados decidiram aumentar a retroatividade do benefício. Segundo a resolução 39, publicada no Diário da Justiça 848, do dia 20 de abril, ele se torna retroativo até 19

de maio de 2004. Como, por lei, há um prazo de cinco anos de prescrição para a requisição de pagamentos da fazenda pública, apenas os benefícios a partir de 2007 poderão ser pagos.

Segundo o presidente do TJ, Miguel Kfourri Neto, esse benefício pode ser retroativo porque a ação que motivou a criação do auxílio-alimentação pelo CNJ foi ajuizada em 2009. Como o prazo de retroatividade é de cinco anos, o benefício poderia ser retroativo até 2004, mas os pagamentos só podem ser feitos a partir de 2007. Para quem entrou na magistratura depois de 2007, os pagamentos serão feitos a partir da nomeação.

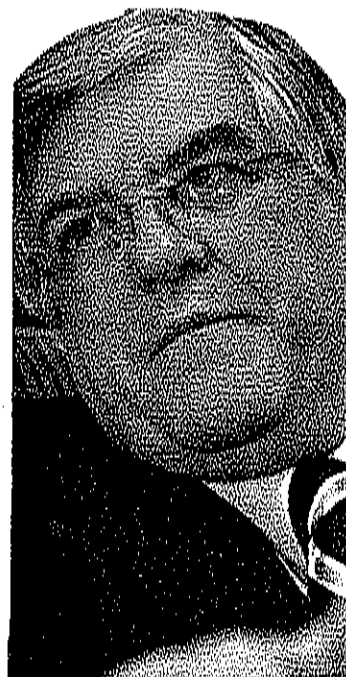
Kfourri afirma ainda que isso não foi estabelecido em um primeiro momento porque o Conselho da Justiça Federal (CJF) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) decidiram que esse benefício deveria ser retroativo depois da criação do auxílio. O desembargador afirma ainda que outros tribunais, incluindo 24 tribunais regionais do trabalho, cinco tribunais regionais federais e outros tribunais estaduais já instituíram o benefício.

Simetria

O benefício foi instituído em agosto do ano passado após o CNJ entender que, por simetria, os magistrados deveriam receber esse benefício — uma vez que os procuradores da

República também recebem. O auxílio-alimentação é de R\$ 630 por mês — R\$ 8 acima do salário mínimo brasileiro. O salário para um juiz substituto, o mais baixo do TJ, é de R\$ 19.643,95. Já um desembargador ganha, em salário, R\$ 24.117,62.

Para Kfourri, é natural que os magistrados do Paraná recebam este benefício. "Se toda a magistratura do Brasil recebeu, por que a gente não deve receber? É um direito nosso", afirma.



Miguel Kfourri: presidente defende benefício.

28 ABR 2012

GAZETA DO POVO

» SUPREMO

Lewandowski libera dados de inquérito à CPMI

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski autorizou ontem a liberação do inquérito que investiga o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) à CPMI do Cachoeira. As informações, que são sigilosas, poderão ser compartilhadas também com o Conselho de Ética do Senado e a Comissão de Sindicância da Câmara dos Deputados que investiga o mesmo assunto.

Lewandowski fez no despacho uma ressalva de que os dados não podem ser vazados à imprensa ou a outras pessoas que não compõe a comissão, porque estão sob sigilo judicial. O presidente da CPMI, Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que pedirá a cópia do inquérito na segunda-feira.

Dos 167 requerimentos protocolados na CPI, nenhum convoca os deputados Sandes Júnior (PP-GO), Rubens Otoni (PT-GO), Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) e Stephan Nercessian (PPS-RJ), investigados por suspeita de ligação com Cachoeira. A convocação de Demóstenes é solicitada em quatro pedidos.

Conselho de Ética

Relator do processo contra Demóstenes no Conselho de Ética, o senador Humberto Costa (PT-PE) afirmou, na quinta-feira, que não usará informações dos autos das operações Vegas e Monte Carlo em seu parecer, temendo a invalidação, pelo STF, das gravações das conversas telefônicas entre o senador goiano e o bicheiro Carlinhos Cachoeira.

"Não é recomendável que eu faça uso dessas informações, porque há questionamento sobre a validade das provas. Não vou contaminar meu relatório com essas informações", disse Costa, que vai apresentar um relatório preliminar no dia 3.

Nesse parecer, ele dirá se há ou não indícios para dar prosseguimento ao processo por quebra de decoro parlamentar contra Demóstenes. O relatório será votado no dia 8.

O pedido de invalidação dos grampos é a principal linha de defesa de Demóstenes. Ele argumenta que a PF não pediu autorização ao STF para monitorá-lo e ele tem direito a foro privilegiado. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) rebatem, dizendo que o senador não era o foco das investigações.



Ministro ordenou que os dados sejam mantidos em sigilo.

Julgamento do mensalão deve começar em junho

respondem pelas acusações feitas pelo Ministério Público em 2007, referentes ao mensalão. Algumas penas podem já ter prescrito.

Presidente do STF pretende fazer sessões nas férias de meio de ano para concluir caso, se for necessário.

Ayres Britto promete isenção

O julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) deve começar em junho. A informação foi repassada ontem pelo presidente do tribunal, Carlos Ayres Britto, ao presidente da Associação Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst), Flávio Pansieri. O ministro também disse que o voto do revisor do processo, Ricardo Lewandowski, deve ser concluído até o final de maio.

"A ideia é começar o segundo semestre, quando chega o período eleitoral, sem o mensalão na pauta", disse Pansieri. Na segunda-feira passada, a ABDConst enviou um ofício a Ayres Britto sugerindo que o julgamento fosse realizado durante as férias do tribunal, em julho. A resposta veio por um telefonema, no qual o ministro disse que proposta era "interessante e oportuna".

Segundo Pansieri, a expectativa é que o mensalão seja julgado em aproximada-

mente seis sessões. O presidente do STF adiantou que, caso não exista tempo hábil para o encerramento antes de julho, vai consultar os colegas sobre a possibilidade de marcar reuniões extraordinárias nas férias. O mais provável é que o início ocorra no final de junho, mas que algumas sessões fiquem para julho.

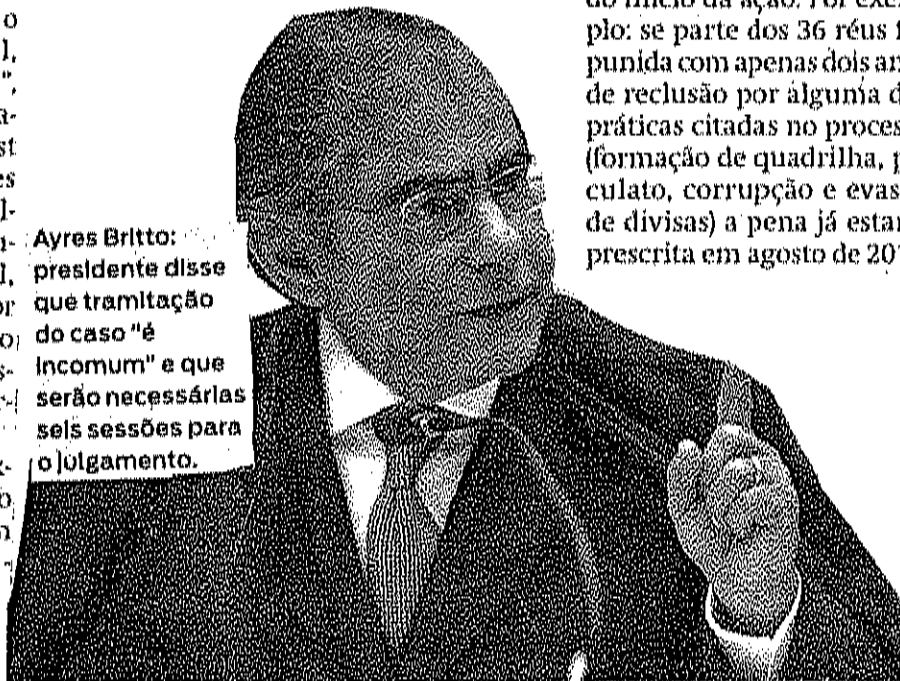
Pansieri também conversou pessoalmente com Ayres Britto durante sua posse como presidente do Supremo, no último dia 19. "Ele disse que vai tentar fazer com que seus sete meses de gestão valham por sete anos", citou o advogado. O primeiro passo foi a votação que

determinou, nesta semana, a constitucionalidade do sistema de cotas raciais nas universidades brasileiras.

Em entrevistas recentes, Ayres Britto tem repetido que o julgamento do mensalão será "incomum" e os ministros estão atentos à possibilidade de prescrição das penas devido ao tempo transcorrido desde os acontecimentos em questão. Também tem assegurado, no entanto, que a "tramitação peculiar" não vai impedir a "isenção" dos ministros.

De acordo com o Código de Processo Penal, a prescrição está ligada à duração do caso, que tem como data inicial o recebimento da denúncia, em agosto de 2007. Pelas regras, uma condenação a prisão por dois anos prescreve em quatro anos a partir do início da ação. Por exemplo: se parte dos 36 réus for punida com apenas dois anos de reclusão por alguma das práticas citadas no processo (formação de quadrilha, peculato, corrupção e evasão de divisas) a pena já estaria prescrita em agosto de 2011.

Ayres Britto: presidente disse que tramitação do caso "é incomum" e que serão necessárias seis sessões para o julgamento.



GAZETA DO POVO

» RESSOCIALIZAÇÃO

Richa assina pacto para reforma penitenciária

Rodrigo Batista e Derek Kubaski, especiais para a Gazeta do Povo

28 ABR 2012

O governador Beto Richa assinou ontem um pacto para iniciar a reforma no sistema penitenciário do Paraná. O Pacto Movimento Mãos Amigas pela Paz tem como um dos objetivos firmar parcerias entre o poder público e a comunidade para a criação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs). O objetivo é proporcionar a ressocialização do presidiário.

O modelo paranaense será focado em detentos que cumprem penas em regime semiaberto e que sejam considerados de menor risco. Essas Apacs serão criadas em diversas regiões do estado. Cada uma terá um prédio com setores para educação, saúde, trabalho e alojamento para os detentos. Segundo o governador Beto Richa, o novo sistema pretende tratar com mais respeito os presidiários e diminuir a superlotação das penitenciárias. "Precisamos tirar esses cidadãos da vulnerabilidade em que vivem".

Esse novo sistema já é aplicado, há cerca de dez anos, em Minas Gerais. O secretário da Defesa Social no estado mineiro, Rômulo Carvalho Ferraz, explica que com a implantação das Apacs o índice de reincidência dos detentos é "muito menor" (cerca de 10% de detentos) do que o de presos do sistema penitenciário tradicional. "São os próprios detentos, como voluntários, que gerenciam a segurança na penitenciária", explica.

Problemas

Apesar de animado com a implantação do projeto no Paraná, o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, que coordena o programa Novos Rumos — que gerencia as associações mineiras —, faz um alerta. "É um erro selecionar presos de menor periculosidade para as unidades do projeto. O acesso deve ser universal. O nosso critério é o presidiário já ter cumprido parte da pena no sistema convencional com bom comportamento. Geralmente, os presos com maiores penas são os mais interessados em participar", ressalta.

A professora de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Priscilla Placha Sá, acredita que a implantação das Apacs no Paraná tem caráter paliativo. Segundo ela, o foco é a diminuição da superlotação dos presídios, deixando de lado outros aspectos importantes. "A solução não está na transferência da responsabilidade para particulares. Há outras maneiras de envolver a comunidade na gestão do sistema prisional", diz. Segundo ela, o foco precisa estar também em políticas públicas que possibilitem a prevenção ao crime.

28 ABR 2012

GAZETA DO POVO

Richa diz que declaração sobre PMs foi mal interpretada

Governador falou na quinta-feira que "pessoa com curso superior muitas vezes não aceita cumprir ordens de um superior"

Após a polêmica declaração sobre a formação superior de policiais militares — o que geraria insubordinação —, o governador do Paraná, Beto Richa, apresentou um novo discurso. Ontem, Richa comentou que foi mal interpretado e que o objetivo, na verdade, era evitar preconceito contra quem quer entrar na Polícia Militar mesmo sem ter o diploma de graduação.

A declaração polêmica do governador foi dada em entrevista à rádio CBN na quinta-feira. Naquela oportunidade, o chefe do Executivo disse que "uma pessoa com curso superior muitas vezes não aceita cumprir ordens de um oficial ou um superior, uma patente maior". As palavras do governador foram uma resposta às associações que representam os policiais e que pediam a exigência de curso superior para a categoria. O governador disse que suas palavras foram descontextualizadas. Segundo ele, o objetivo era evitar que houvesse preconceito e restrição com aqueles que não possuem gradu-

ação. Richa disse ainda que a não exigência de curso de graduação partiu de um corpo técnico do estado que fez estudos sobre o assunto e que pesquisas feitas em dois estados que têm essa exigência revelaram que o sistema não deu certo, sem citar quais seriam esses estados.

O governador não entrou em detalhes sobre a referência à insubordinação, mas afirmou que vai estimular dentro da corporação que os policiais passem pelo curso de bacharel em Segurança Pública da Academia Militar do Guatupê.

Versão dos PMs

A declaração do governador gerou insatisfação entre os policiais. O presidente da Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares (Amai), coronel Eliseu Furquim, afirmou que Richa foi "infantil" na declaração. "Os que apoiam essa postura são os que ainda têm medo de progredir", completou.

O presidente da Associação da Classe Policial do Paraná (Ascepol), cabo Carlos Lima, disse que a visão do governador desestimula os membros da corporação. "Os policiais sentem que o governador os quer 'burros' com essa declaração". Lima afirmou que cerca de 40% dos que ingressam na corporação já têm graduação.

As associações vão pedir, na próxima quarta-feira, o apoio dos deputados estaduais para que haja um repúdio formal à declaração de Richa. À noite, os policiais devem realizar uma mobilização em frente do Palácio Iguatçu.

Capacitação

Carlos Lima afirmou que o objetivo da exigência de qualificação superior para PMs é garantir mais capacidade para gerir as situações com a população. "Precisamos de policiais melhores para dar qualidade de vida à população", diz.

A preparação para o serviço de segurança nas ruas, entretanto, não é algo garantido com o diploma de curso superior, de acordo com o coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), professor Pedro Bodê. "Não pode ser qualquer curso. É preciso avaliar qual graduação seria mais adequada", afirma.

Para o coordenador de pós-graduação em Segurança Pública do Unicuriitiba, Algacir Mikialovski, o diploma agrega qualificação ao profissional. "Esse é um processo pelo qual passou a Polícia Federal e que foi muito positivo", diz.

28 ABR 2012

GAZETA DO POVO

Verba publicitária beneficiou funcionário de João do Suco

Humberto Schwabe, que trabalhou para o atual presidente da Câmara, é ligado a empresa que recebeu recursos do Legislativo municipal

Katia Breinhartt, Karlos Kohlbach, James Alberti e Gabriel Tabatchek

Overeador João Luiz Cordeiro (PSDB), o João do Suco, assumiu a presidência da Câmara Municipal de Curitiba em março deste ano afirmando ter a intenção de romper com a gestão do ex-presidente João Cláudio Derosso (PSDB), marcada pelo escândalo de gastos com publicidade. Mas documentos obtidos pela Gazeta do Povo e pela RPC TV revelam que o esquema de notas fiscais de publicidade da Casa também beneficiou um funcionário que trabalhou no gabinete do atual presidente.

Humberto Seco Schwabe foi assessor parlamentar no gabinete da liderança do PSDB durante um ano — de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2011. Nesse período, era João Luiz Cordeiro o líder dos tucanos na Câmara. Além do trabalho político, Schwabe é diretor e editor geral do jornal Gazeta

do Bairro — publicação editada pela empresa Neide Ferreira Seco Schwabe ME. Neide é mulher de Schwabe.

O contrato social da empresa mostra que ela é a dona da empresa. Mas, na prática, Humberto Schwabe também comanda a empresa. É ele mesmo quem admite. "Eu sou o proprietário aqui junto com a minha esposa. Nós tocamos o jornal", disse Schwabe sem saber que estava sendo gravado.

O jornal Gazeta do Bairro recebeu por meio da empresa Neide Ferreira Seco Schwabe ME pelo menos R\$ 75 mil para prestar serviço para a Câmara de Curitiba entre os anos de 2006 e 2011. Em parte desse período, Schwabe era funcionário do Legislativo municipal, lotado no gabinete da liderança do PSDB. O pagamento afronta a Lei de Licitações. Pela legislação, um servidor não pode prestar serviços privados à instituição pública em que trabalha. A vedação se aplica também as contratações e subcontratações.

Isso quer dizer que a empresa Neide Ferreira Seco Schwabe não poderia receber recursos da Câmara no mesmo período em que Humberto Schwabe era funcionário comissionado. Os documentos a que a reportagem teve acesso, porém, mostram que a empresa foi subcontratada

pela Visão Publicidade e pela Oficina da Notícia — as duas agências que venceram licitação aberta pela Câmara para fazer a propaganda da Casa a um custo de R\$ 34 milhões por cinco anos.

Relação antiga

A relação entre Cordeiro e a família Schwabe é antiga. "Nós temos um trabalho lá no Pinheirinho que não é de hoje. É de muito tempo que a gente vem fazendo o trabalho. Então antes mesmo de eu ser vereador, eu já tinha mensagens e proposta de trabalhos divulgados naquele jornal [a Gazeta do Bairro]", afirma o atual presidente da Câmara.

Depois de ser exonerado da liderança do PSDB, Schwabe foi novamente contratado para cargo em comissão na Câmara. Em dezembro do ano passado, Schwabe foi nomeado para trabalhar diretamente com Cordeiro, no gabinete do parlamentar — sendo exonerado em abril de 2012.

"Agora sou presidente, é um outro momento da Casa, por isso ele foi exonerado", justificou o vereador. No mesmo dia em que Schwabe foi demitido, a filha dele, Fabiele Seco Schwabe Slompo, foi contratada para trabalhar no gabinete do vereador tucano.

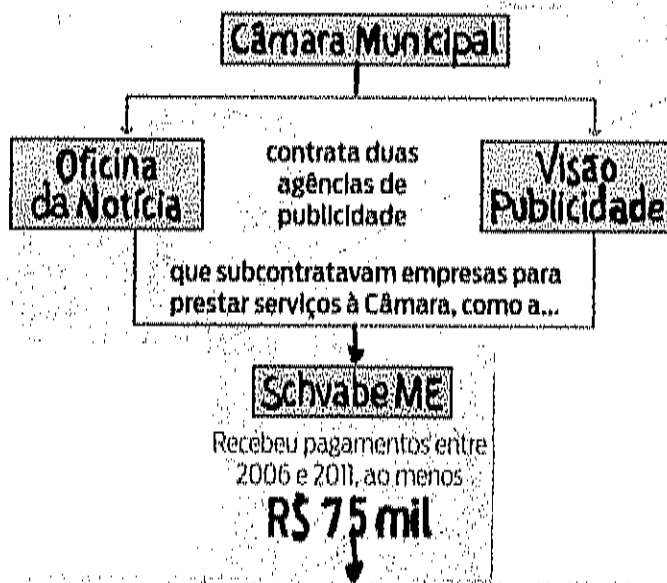
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ALTO ESCALÃO

28 ABR 2012

Empresa ligada a funcionário do atual presidente da Câmara Municipal de Curitiba, João Luiz Cordelro (PSDB), recebeu recursos de publicidade do Legislativo.



Neide Ferreira Seco Schwabe

esposa de **Humberto Schwabe**, que assinou recibos pela empresa da mulher e era funcionário da **Câmara Municipal**. Trabalhou na liderança do PSDB em 2010. Em 2011 esteve lotado no gabinete do vereador **João Luiz Cordelro**.

CONTINUA

Cordeiro nega irregularidade em contrato

O presidente da Câmara de Curitiba, vereador João Luiz Cordeiro (PSDB), defendeu o ex-funcionário Humberto Schwabe. O parlamentar afirmou que não vê conflitos no fato de Schwabe ter sido servidor da Câmara e no mesmo período ter recebido, mesmo que indiretamente, recursos do Legislativo para divulgar a Casa. "Se ele cumpriu o papel de fazer o trabalho que foi solicitado, fez a nota, fez o documento e recebeu, acho que aí não tem problema. Teria problema sim se ele não tivesse cumprido o papel dele de produzir aquilo que ficou proposto dentro do jornal", disse.

Schwabe destaca que a proprietária do jornal

SOCIEDADE CIVIL

OAB diz que envolvidos têm de devolver dinheiro

A devolução dos recursos usados irregularmente e a punição dos envolvidos é o que defende o presidente da seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), José Lúcio Glomb, sobre as denúncias de gastos ilegais de verbas de publicidade da Câmara Municipal de Curitiba. "É muito importante que se mexa no bolso dos envolvidos, que restituam as importâncias, além de outros tipos de penalidades", declarou. Ele garantiu que a OAB está acompanhando a apuração dos fatos e que, se não houver a investigação adequada, a entidade vai tomar providências. Para Glomb, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado precisam ser mais atuantes e consistentes para inibir atos ilícitos como os mostrados na série "Negócio Fechado", divulgada

Gazeta do Bairro é a esposa, Neide, e que, muito antes de o vereador ser eleito, já tinha verba de publicidade do Legislativo municipal. Ele disse ainda que deixou de trabalhar no jornal durante o período em que esteve na Câmara, apesar de reconhecer que continuou sendo o jornalista responsável pela publicação e que não se afastou totalmente do veículo.

Sem problema

Para o ex-funcionário, não há incompatibilidade alguma no fato de a empresa da família ter recebido recursos públicos no mesmo período em que ele esteve lotado na Câmara, uma vez que o serviço contratado foi efetivamente prestado. "Não vejo nada de errado", diz. Para Schwabe, a contratação da filha no gabinete de João Cordeiro nada tem a ver com a saída dele do cargo.

nesta semana pela **Gazeta do Povo** e pela RPC TV. Dois fatores estariam, no entendimento de Glomb, ligados intimamente aos escândalos relacionados à Câmara. "A crença da impunidade prevalece. Chegou nesse ponto porque em muitas instituições públicas houve tolerância por muito tempo sem que houvesse os necessários mecanismos de transparência", pondera. Outro ponto questionável é o volume de recursos — na ordem de R\$ 34 milhões em cinco anos — aplicados em publicidade pelo Legislativo municipal. "Não vejo necessidade de aplicar essa verba toda. Normalmente, essa propaganda serve apenas para enaltecer os feitos das pessoas que estão na Câmara, atrelados a interesses eleitorais. Acredito que deveria haver muita moderação porque esse dinheiro poderia ser aplicado em outras áreas", diz.

Polícia Civil e Receita vão investigar a Casa

O Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (Nurce), ligado à Polícia Civil, vai apurar as denúncias envolvendo a aplicação da verba de publicidade da Câmara. Os policiais buscam identificar possíveis crimes de peculato, falsidade ideológica, crime contra as finanças públicas, sonegação fiscal e até formação de quadrilha. O pedido de investigação pelo Nurce partiu do Ministério Público.

Entre os documentos que serão solicitados à Câmara está a ficha cadastral de todos os funcionários desde 2006. Os investigadores avaliam também a possibilidade de solicitar à Justiça a quebra do sigilo fiscal e tributário dos suspeitos, sejam eles parlamentares ou não. O eventual enriquecimento ilícito será averiguado.

Crimes fiscais

A Receita Federal também vai investigar a Câmara Municipal. O foco da Receita serão possíveis crimes fiscais envolvendo a execução do contrato de publicidade da Casa. O delegado da Receita em Curitiba, Arthur Cezar Cazella, afirmou ontem que vai destacar um auditor para analisar o caso denunciado pela **Gazeta do Povo** e pela RPC TV.

O trabalho da Receita Federal deve ficar concentrado na suspeita de emissão de notas fiscais falsas apresentadas para comprovar o serviço prestado. "Vamos juntar todo esse material, pesquisar o que tem [dessas empresas] no nosso sistema informatizado para montar um dossiê para aí decidirmos se abrimos ou não uma investigação", contou Cazella.

A cota racial só disfarça o problema

28 ABR 2012

O simples critério racial tende a provocar uma perigosa distorção. Diferencia os brasileiros pela cor da pele e não pelos méritos do conhecimento

Em julgamento histórico, por unanimidade de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou na última quinta-feira como constitucional a política de cotas raciais como um dos critérios para ingresso nas universidades. A decisão se deu em razão de questionamentos quanto à legalidade do modelo, assim como à forma tão pouco científica com que as instituições aferem a ascendência étnica dos candidatos. Entretanto, deve-se aduzir à decisão do STF comentários que vão além dos limites jurídicos para adentrar em aspectos que dizem respeito a outras políticas públicas de inclusão.

É inegável que, em um país em que subsistem profundas desigualdades, é essencial que o Estado promova processos de inclusão. É de sua obrigação criar oportunidades também àqueles que, por diferentes motivos, não conseguem se aproximar do ideal de igualdade preconizado pela Constituição e são condenados a permanecer nos estamentos periféricos da sociedade. Exatamente neste ponto cabe uma ressalva com relação à decisão do STF: não apenas a população negra seria credora de políticas públicas compensatórias, devendo ser incluídos nesse rol outros segmentos, como o dos indígenas.

Que fique claro não se tratar de olvidar a tragédia que foi a escravidão no país, a dívida social decorrente dessa chaga, nem o subjacente preconceito racial que, muito embora dissimulado, lamentavelmente teima em existir. Por outro lado, não há como deixar de mencionar o positivo processo de miscigenação ocorrido, que permitiu fazer do Brasil uma sociedade multirracial sem a intolerância vista em outras plagas. Sob este prisma, mais importante nos parece ser a adoção de medidas para reduzir as profundas disparidades sociais que segregam milhões de brasileiros, impedindo-os de ter acesso a uma vida digna, af incluídos não apenas os afrodescendentes.

A universidade, não há como negar, é um símbolo de status e porta de entrada para descortinar a perspectiva de uma vida socialmente diferenciada. Condição que, por princípio, é um direito de todos.

Entretanto, é necessário que busquemos nas origens da desigualdade outros fatores que nos levam obrigatoriamente a relativizar a ênfase na questão racial do modelo brasileiro. E o mais importante desses fatores está exatamente no campo da educação pública. Sabemos todos o quanto é ainda sofrível a qualidade do ensino público no Brasil — testes internacionais de leitura e matemática evidenciam nosso atraso no setor.

Tais problemas não atingem exclusivamente as crianças e jovens negros ou pardos, mas também os alunos brancos que, em razão de sua condição socioeconômica, são igualmente excluídos da oportunidade de frequentar o ensino básico privado, que oferece educação de melhor qualidade. Independentemente da origem étnica, o filtro que os impede de ingressar nas universidades públicas, muitas delas excelentes — consequentemente mais concorridas e mais exigentes nos processos de seleção —, se concentra no baixo nível educacional da escola pública.

O simples critério racial tende a provocar uma perigosa distorção. Diferencia os brasileiros pela cor da pele e não pelos méritos do conhecimento acumulado nos bancos escolares. Logo, talvez mais importante que estabelecer o impreciso regime de cotas raciais é o investimento que cabe ao governo fazer para melhorar a qualidade do ensino público básico, de tal modo que brancos e negros, ricos e pobres alcancem condições iguais de acesso aos níveis de graduação universitária.

Pensar em estabelecer cotas raciais sem ao mesmo tempo dar solução ao problema principal é o mesmo que eternizar a aplicação de um remédio apenas paliativo, que deveria ser encarado como transitório. Que se adote a cota racial como um passo, mas nunca como o único e permanente. Há outro passo urgente: a universalização do ensino de qualidade. Este, sim, é o canal para diminuir as desigualdades, diferentemente do outro, que acentua as diferenças baseado em ultrapassados, moderna e cientificamente inaceitáveis conceitos de raça.

GAZETA DO POVO 28 ABR 2012

» HIDRELÉTRICA

Belo Monte vai à Justiça para reduzir imposto

O Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) entrou na Justiça para reduzir os impostos pagos à prefeitura de Altamira (900 km de Belém), cidade que recebe toda a pressão urbana das obras da usina no oeste do Pará. Em Vitória do Xingu, município vizinho que concentra cerca de 90% da construção, a própria prefeitura permitiu a aprovação de lei, no final de 2011, para diminuir o imposto pago pelo consórcio.

A prefeitura de Altamira estima que deixará de arrecadar R\$ 23 milhões caso a mudança se efetue, enquanto Vitória do Xingu abriu mão de cerca de R\$ 240 milhões. Em ambos os casos, é uma redução à metade dos valores que seriam pagos em ISS (Imposto Sobre Serviços) até a conclusão da obra, em 2019.

Os ânimos na obra estão acirrados desde a última segunda-feira, quando começou uma greve dos 7 mil funcionários de Belo Monte. Ontem a greve foi mantida, mesmo depois que a Justiça do Trabalho a declarou ilegal. O Sintrapav (sindicato dos trabalhadores) afirma que vai recorrer da decisão. O CCBM e o Sintrapav participaram de reunião de conciliação e a Justiça do Trabalho deu prazo até quarta-feira para os operários retornarem ao trabalho. O sindicato pediu tempo para avisar todos os trabalhadores.

Infraestrutura

A possibilidade de perda de arrecadação preocupa Altamira. "Precisamos de recursos. Recebemos de 30 mil a 40 mil pessoas desde que a obra começou", disse Jô de Sales, assessor de finanças da cidade de 99 mil habitantes. Os novos habitantes, mesmo que temporários, pressionam os serviços públicos do município, que precisa garantir serviços mínimos a toda a população.

O consórcio quer abater do ISS a compra de materiais e a subcontratação de outras empresas para a obra. Diz que o imposto está sendo cobrado duas vezes — da companhia e das subcontratadas. Argumenta ainda que já há decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) a favor desse abatimento. Altamira defende a cobrança. Em Vitória do Xingu, a prefeitura diz que diminuiu o imposto não apenas para Belo Monte, mas para qualquer novo empreendimento, com o objetivo de atrair novas empresas e aumentar a arrecadação.

Outro ponto surgiu ontem na disputa. A prefeitura de Altamira acionou Belo Monte na Justiça pedindo a realização de obras prometidas no ano passado, uma espécie de contrapartida social à instalação do canteiro de obras. Entre elas está a reforma do hospital municipal, a instalação de clorodores na rede de água e a construção de quatro unidades de saúde. A Norte Energia, empresa responsável por Belo Monte, não comentou a ação.

R\$ **240**
MILHÕES EM ISS

é o valor de que abriu mão a prefeitura de Vitória do Xingu, município paraense que concentra 90% das obras da usina de Belo Monte, ao aprovar uma lei municipal que isenta do imposto do consórcio construtor.

29 ABR 2012

GAZETA DO POVO

Como solucionar a crise da Câmara

Especialistas sugerem cinco grupos de medidas para moralizar o Legislativo. Entre elas, voto consciente e participação da população

Sandro Moser

Denúncias de nepotismo, patrimonialismo, falta de transparência de um lado. Supostas licitações dirigidas, terceirizações ilícitas e tráfico de influência de outro. A realidade da Câmara de Curitiba exposta pela série de reportagens "Negócio Fechado" da Gazeta do Povo e da RVP TV mostrou que, para recuperar a credibilidade abalada, o Legislativo municipal vai precisar passar por mudanças profundas.

Na busca de soluções para a crise, a Gazeta do Povo consultou especialistas em administração pública. Eles apresentaram cinco grupos de medidas necessárias para moralizar a Casa: fortalecimento das instituições e fim da impunidade, transparência e clareza na apresentação de dados públicos, responsabilidade dos partidos e de órgãos de controle, voto consciente nas eleições, e participação ativa da população no debate público

A raiz do problema, na avaliação do professor de Ciências Políticas Ricardo Oliveira, da Universidade Federal do Paraná, está na atrasada cultura política local, caracterizada principalmente por patrimonialismo, falta de transparência e de probidade dos agentes públicos. De acordo com especialistas, para o combate ao

patrimonialismo a Câmara precisa operar de maneira mais racional com a máquina mais enxuta, funcionários concursados e regras bem definidas e transparentes. Os desvios de conduta, segundo eles, precisam ser punidos, com devolução dos recursos que foram indevidamente apropriados.

No que diz respeito à transparência, os especialistas afirmam que não basta que as informações estejam dispostas em páginas de internet. É preciso que elas estejam dispostas de forma clara e de fácil compreensão. Há, segundo eles, também a necessidade de que partidos políticos, assim como órgãos de controle — entre eles Ministério Público e Tribunal de Contas — assumam sua parte de responsabilidade. Partidos podem negar legenda a políticos envolvidos ou suspeitos de irregularidades. Órgãos de controle devem se empenhar na condução de investigações e auditorias.

Além de mudanças institucionais, há também a necessidade de alterações no comportamento do cidadão. Uma escolha mais criteriosa do eleitor nas urnas é imprescindível para que a sociedade tenha políticos comprometidos com o bem público. Além disso, o diretor do Observatório Social do Paraná, Sir Carvalho, acrescenta a necessidade de maior participação popular e controle da administração pública. Carvalho, assim como todos os demais especialistas, considera que ampliar a participação dos cidadãos é uma necessidade urgente. "O controle popular, da própria sociedade, será o fator decisivo para a grande mudança que ainda ocorrerá na administração pública brasileira."

GAZETA DO POVO

Os principais vícios da crise na Câmara Municipal...

29 ABR 2012



...dos agentes
públicos
...da sociedade

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

29 ABR 2012

Más práticas

O que diz a lei

1 Cultura do patrimonialismo

Prática própria dos períodos absolutistas sobrevive ainda hoje quando políticos ocupam a função pública como se fosse "propriedade privada", em detrimento dos interesses coletivos.

Servidores da Câmara comandavam uma rede de empresas que dava notas fiscais frias para justificar verbas de publicidade da Casa. Parlamentares que trabalham ou possuem veículos de comunicação também patrocinavam suas atividades com verbas públicas.

A legislação proíbe que funcionários da instituição pública que promove a licitação participem, direta ou indiretamente, da execução do trabalho. O artigo 9º da Lei de Licitações (nº 8.666/93) inclui também as subcontratações feitas a partir de uma licitação.

2 Falta de transparência

Todo e qualquer gasto público precisa ser divulgado à sociedade de forma clara e direta. O estímulo à transparência é um dos objetivos essenciais da moderna administração pública.

A documentação consultada pela série "Negócio Fechado" representa menos de 10% dos R\$ 34 milhões gastos com propaganda pelo Legislativo. A falta de transparência dos gastos dificulta o controle do uso de dinheiro público pela população ou pelos órgãos competentes.

Publicação em Diário Oficial do Estado e na Internet da íntegra de atos administrativos e contratos, a contratação e movimentação de servidores, o nome e local em que estão lotados, o cargo que ocupam e o salário que recebem. Administradores que descumprirem a lei respondem por improbidade administrativa.

3 Descompromisso com a probidade

Probidade é sinônimo de honestidade. Assim, ímprobo é o ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da administração cometido por agente público no exercício de função.

Vereadores que deveriam investigar denúncias de irregularidades nos contratos de publicidade da Câmara tiveram ligação com empresas ou funcionários que recebiam dinheiro do Legislativo Municipal.

A lei nº 8.429/92 conceitua a improbidade administrativa como qualquer ato que cause dano ao erário, enriquecimento ilícito ou que contrarie os princípios administrativos. A Constituição federal elenca em seu artigo 37, estes princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CONTINUA

29 ABR 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

4 Falta de critério na hora de votar

Os eleitores ainda são vistos como "clientes" e muitos vestem esta carapuça. O político se concentra em prover os interesses de indivíduos e em troca recebe os votos para manutenção do cargo.

Mesmo que na última eleição o índice de renovação da Câmara Municipal tenha sido quase de 50%, tanto novos vereadores quanto os veteranos participavam ou aceitavam a manutenção de um esquema de desvio de dinheiro público na Casa.

O voto no Brasil é direto, secreto e tem valor igual para todos os eleitores. É obrigatório aos maiores de 18 anos alfabetizados e portadores de títulos de eleitor. O voto é facultativo aos eleitores com mais de 70 anos e com idade entre 16 e 18 anos.

5 Participação popular pífia

Para a maioria dos cidadãos, a democracia se restringe ao período eleitoral e ao voto. Há, porém, mecanismos para incluir no cotidiano o debate político e monitoramento dos atos de seus representantes.

Mesmo após uma série de denúncias sobre irregularidades na Câmara ter vindo à tona desde o ano passado, a participação popular no controle das ações do legislativo continua insignificante, restrita a protestos isolados, muitas vezes de cunho partidário.

A Constituição prevê formas de participação popular direta. Além do voto, há também o caminho da democracia participativa com a realização de plebiscito, referendo e iniciativa popular. Além disso, a Constituição garante a liberdade para associação partidária, manifestação do pensamento e reunião para fins pacíficos.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O que fazer

29 ABR 2012

Fortalecimento das instituições e fim da impunidade

Servidores públicos não podem ocupar cargo remunerado e ao mesmo tempo fazer contratos entre suas empresas e o Estado. No caso dos desvios que sustentam a cultura do patrimonialismo, especialistas apontam duas saídas: a aplicação severa da legislação brasileira em esfera penal e administrativa que já prevê sanções como devolução do dinheiro desviado ao erário, perda de direitos políticos e até a prisão dos envolvidos. Outra é o fortalecimento das instituições que precisam operar de maneira mais racional com máquinas mais enxutas, funcionários concursados e regras mais bem definidas e transparentes

Transparência é essencial, mas não é tudo

A divulgação das ações governamentais trouxe avanços no controle social da administração, no fortalecimento da democracia e no desenvolvimento das noções de cidadania. Há críticas, porém, à forma como os dados são divulgados: muitas vezes não facilitam sua compreensão. Além disso, há o consenso que só a transparência não basta. "Um vidro transparente não resolve, apenas mostra o outro lado, que neste caso é uma cultura política desastrosa. A única forma de se alterar esta situação é trazer a sociedade para a prática política, algo difícil que exige esforço e mobilização, mas é cada vez mais urgente", disse Sir Carvalho.

Responsabilidade dos partidos e dos órgãos de controle

A questão também passa pelo fortalecimento dos órgãos fiscalizadores e também dos partidos políticos. A atuação dos tribunais de contas e do Ministério Público é criticada. A atuação dos órgãos de controle precisa ser rápida e eficiente. Já no que diz respeito aos partidos políticos, eles deveriam negar legenda a políticos envolvidos em irregularidades, mas muitas vezes não o fazem por conveniência e porque apostam na impunidade de seus quadros.

Escolha do eleitor é a mais importante

Somente a eleição de políticos comprometidos com a moralidade pública faz a diferença. Enquanto os agentes envolvidos no mau uso do dinheiro público continuarem a se reeleger, a possibilidade de mudança é zero. A Lei da Ficha Limpa, que estreia nas próximas eleições, é um avanço considerável. Porém, a conscientização da importância do voto é fundamental. Educação política nas escolas, o uso das redes sociais e de mecanismos disponíveis na internet para acompanhamento das atividades parlamentares, são exemplos de maneiras de catalisar esta conscientização e estimular o debate sobre o voto de qualidade.

Participação popular deve ir além do protesto

As marchas contra a corrupção que irromperam pelo país no ano passado foram importantes, porém especialistas avaliam que é preciso muito mais que sair às ruas nos feriados para coltir a cultura de corrupção no país. A crítica maior é sobre a ideia que seria preciso mais leis para acabar com os desvios. O sentimento é que a sociedade deveria se valer dos mecanismos de participação direta e participar mais ativamente das decisões administrativas. Uma sugestão é que entidades civis participem permanentemente das comissões de licitações da Câmara para poder fiscalizar **in loco** os gastos realizados por estas

CELSO NASCIMENTO

Coerência manda Richa retirar a PEC do diploma

O melhor que o governador Beto Richa tem a fazer é retirar da Assembleia Legislativa a proposta de emenda constitucional (PEC) em que suprime a exigência de diploma universitário para ingresso na Polícia Militar — requisito aprovado na Legislatura passada, em 2010, por unanimidade dos deputados. Dois motivos aconselham o governador a tomar esta iniciativa.

O primeiro deles, de ordem meramente política mas não menos importante, é o de não constrianger os deputados. Afinal, a maioria dos que lá estão hoje foi reeleita para a atual Legislatura, e portanto votou, em 2010, pela instituição da exigência. Aliás, até posou para fotos vestindo camisas de apoio à reivindicação da Polícia Militar de olho nos votos que sua participação em favor do aprimoramento profissional da corporação lhes renderia.

Esses mesmos deputados fazem parte hoje da majoritária bancada de apoio a Beto Richa. Seu comportamento, capitaneado pela liderança do deputado Ademar Troiano — que representa os interesses do Palácio Iguaçú no Legislativo — tem sido de obediência cega às ordens emanadas de cima. Agora, com a proposição da PEC de Beto Richa, esses deputados esquecerão o passado recente e votarão contra a decisão que eles mesmos apoiaram e, festivamente, em véspera de eleição, aprovaram em 2010? A menos que o governador queira pregar-lhes na testa o carimbo da incoerência.

O outro motivo para que Beto Richa mande recolher rapidamente a PEC funda-se nas declarações desastradas que deu logo após o primeiro protesto tornado público pela Amal, a associação que representa os milicianos. O presidente da entidade, coronel Elizeo Furquim, conforme registrou esta coluna na última quinta-feira, foi enfático: a proposta de Beto de eliminar a exigência de curso superior para ingresso na PM equivale a um "diploma do atraso" que o governo se confere.

O governador respondeu ao protesto no mesmo dia em entrevista à rádio CBN, justificando ser contra o diploma. Afirmou textualmente: "É uma questão de insubordinação: uma pessoa com curso superior muitas vezes não aceita cumprir ordens de um oficial, de um superior com patente maior." Traduzindo o que quis dizer Beto Richa: um soldado diplomado em Direito teria mais tendência a transgredir a disciplina militar. Logo, partindo de tal premissa, inferir-se que, na visão do governador, é melhor ter soldados menos intruídos, pois estes seriam mais obedientes!

Não seria, então, o caso de eliminar a exigência de diploma também para os oficiais? Ou, no extremo, fechar as universidades e a secretaria da Educação, já que são instituições formadoras de um povo questionador, inclinado a não concordar passivamente com seus governantes?

É claro que Beto Richa, bem formado Engenheiro Civil, não pensa assim. Em razão da herança de amor à democracia que recebeu, certamente sempre discordou (e discordará) da política de descaso que governos autoritários costumam dedicar à educação, da qual foi vítima o próprio Brasil.

Vai daí que talvez lhe reste, para manter a coerência, tomar a sábia atitude de retirar seu projeto de pauta. A menos que detenha ainda outros argumentos para convencer o povo das ruas de que é melhor ter uma polícia com baixa escolarização.

"Acho que ele foi infantil. Não é possível que o governador deseje que a Polícia Militar do Paraná não progrida."

Do presidente da Associação de Defesa dos Policiais Militares (Amal), coronel Elizeo Furquim, sobre a recusa do governador Beto Richa de exigir diploma de Direito como requisito de ingresso na PM.

29 ABR 2012

GAZETA DO POVO

STF e CPMI do Cachoeira são "tira-teima" do mensalão

Caso deverá ser julgado ainda neste semestre, após seis anos da aprovação do relatório das investigações dos Correios

André Gonçalves, correspondente

No mês de instauração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Cachoeira e às vésperas do julgamento do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a aprovação do relatório da CPMI dos Correios acaba de completar seis anos. As investigações que levaram ao indiciamento de 36 envolvidos no maior escândalo do governo Lula, porém, estão longe de ser página virada no Congresso Nacional. Protagonistas do episódio travam uma batalha de versões e dividem-se entre os que lutam para que o caso não seja esquecido e os que defendem que o esquema de pagamento a políticos por apoio legislativo nunca aconteceu.

A polêmica começou dentro do PT, quando o presidente nacional do partido, Rui Falcão, ligou as atuais denúncias relacionadas ao bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, ao episódio de 2005. "A bancada do PT na Câmara e no Senado

defende uma CPI para apurar esse escândalo dos autores da farsa do mensalão", disse o petista em um vídeo publicado em seu site. Na filmagem feita há duas semanas, ele diz que havia uma suposta "operação-abafa" para impedir as investigações das relações de Cachoeira com políticos como o senador Demóstenes Torres (ex-DEM-GO).

As declarações de Falcão dividiram até os petistas. "Não estamos com esse espírito do Rui Falcão. Nossa meta é investigar o que se passou com o Cachoeira, o que é uma situação bem diferente daquela [do mensalão]", diz o deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR). O paranaense é um dos poucos remanescentes da CPMI dos Correios agora escalado para a CPMI do Cachoeira.

Rosinha foi um dos parlamentares petistas que caíram no choro em agosto de 2005 após a confissão do publicitário Duda Mendonça de ter recebido R\$ 10 milhões em uma conta nas Bahamas via Marcos Valério, denunciado no STF como operador do mensalão. Hoje, no entanto, Rosinha não acredita no esquema.

"Não houve mensalão. Alguém acha que os deputados do PT recebiam para votar a favor do governo do próprio partido? O que existia era prática de caixa dois, que começou com o PSDB de Minas Gerais", afirma.

Também integrante das duas CPMIs, o deputado gaúcho Onyx Lorenzoni (DEM) diz que há um ar de "vendeta" (vingança) entre os petistas. "O que a CPMI dos Correios fez foi trazer uma luz sobre a metodologia de construção de maioria e o projeto de perpetuação de poder do governo Lula. Foi algo de efeito devastador e que eles não admitem", diz o parlamentar.

Já o relator da CPMI dos Correios, o paranaense Osmar Serraglio (PMDB), avalia que há um movimento para tentar fazer das investigações de Cachoeira um escândalo de proporções maiores às do mensalão. "Tem gente que segue a ideia de que um escândalo só sai da cabeça das pessoas quando aparece outro pior ainda. O problema é que não dá para apagar o passado", diz o peemedebista.

Para ele, o fim do ciclo será o julgamento do mensalão no STF, que deve ocorrer entre junho e julho, de acordo com o novo presidente do Supremo, Carlos Ayres Britto. "Tenho fé que o julgamento vai sair. Se isso não acontecer, será a quebra de um elo democrático importantíssimo: o Congresso investigou, o Ministério Público denunciou e agora só falta o STF cumprir o seu papel".

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

29 ABR 2012

COMEÇOU NOS CORREIOS

Relembre a ligação entre a CPMI dos Correios e o mensalão

Corrupção em vídeo

A CPMI dos Correios foi criada em 2005, com foco em um vídeo que mostra o ex-funcionário da estatal Maurício Marinho negociando propina. Na filmagem, ele fala que tem o aval do então deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Denúncias de Jefferson

Acusado, Jefferson dá uma entrevista na qual revela um esquema de pagamento de "mesada" feito pelo governo Lula a congressistas em troca de apoio. Nasce o termo mensalão.

Relatório

O material coletado pela CPMI dos Correios serve como base para a denúncia feita pelo Ministério Público Federal ao STF em 2007. Nela, o então procurador-geral Antonio

Fernando de Souza descreve o mensalão em núcleos.

Núcleo principal

Era encabeçado, segundo a denúncia, por José Dirceu. Tinha a intenção de garantir a permanência do PT no poder. Desviava recursos públicos de estatais para a compra de apoio dos congressistas e financiamento de campanhas.

Núcleo Publicitário

Conseguiu vantagens do governo federal para contratos com órgãos e empresas públicas. Tinha como cabeça Marcos Valério.

Núcleo Financeiro

Responsável pelo esquema de lavagem de dinheiro. Era encabeçado por Kátia Rabello e José Roberto Salgado (diretores do Banco Rural).

Núcleo Parlamentar

Incluía o denunciante Roberto Jefferson e outros 17 deputados.

"O que a CPMI dos Correios fez foi trazer uma luz sobre a metodologia de construção de maioria e o projeto de perpetuação de poder do governo Lula. Foi algo de efeito devastador e que eles não admitem."

Onyx Lorenzoni (DEM-RS), deputado federal.

Novos concursos estão em pauta em quatro tribunais

São Paulo, Paraná, Alagoas e Amazonas devem oferecer, até o segundo semestre, mais de 200 vagas, de nível médio a superior

■ Em, ao menos, quatro tribunais estaduais — São Paulo, Paraná, Alagoas e Amazonas — a abertura de novos concursos está prevista até o segundo semestre. Por aqui, os trâmites já estão mais acelerados. Até porque o cargo de assessor jurídico, principal destaque do edital previsto para o próximo mês, já existia na hierarquia da justiça paranaense. Embora a nomenclatura seja ligeiramente diferente, o assessor jurídico e o assistente judiciário detêm as mesmas responsabilidades e funções. Os salários, porém, são distintos. Enquanto no Paraná, os 20 aprovados para o cargo receberão R\$ 13.719,38 mensais, em São Paulo a remuneração, pelo menos por enquanto, consistirá em cerca de R\$ 3.500, pouco mais do que recebem atualmente os escreventes.

O TJ-PR abrirá, ainda, mais 24 vagas para profissionais com nível superior em outras especialidades. São elas arquiteto (1), administrador (10), bibliotecário (4), economista (7), jornalista (1) e médico (1). Para essas funções, a remuneração básica será de R\$ 7.392,58.

Em Alagoas, o edital deve ser divulgado no dia 2 de maio. Serão cerca de 150 vagas para os níveis médio e superior. Entre os cargos contemplados estarão os de técnico e analista judiciário. Os vencimentos praticados pelo TJ-AL para esses postos são de R\$ 2.496 e R\$ 3.816. No caso do analista judiciário especializado, isto é, aquele com formação em Direito, o salário chega a R\$ 5.789.

No Amazonas, um concurso para postos de nível médio e fundamental foi aberto e a previsão é que uma nova seleção ocorra nos próximos meses, para o preenchimento de mais de 300 vagas, entre juízes, analistas e técnicos judiciários.

Em São Paulo, um novo concurso é necessário para uma profunda reformulação do quadro funcional, mas ainda não tem data marcada. Com a aprovação de uma lei que criou o cargo de assistente judiciário — e foram abertas 2.199 posições em consequência disso — abrem-se novas oportunidades para concursos.

JUSTIÇA 2

Fazenda Nacional seleciona um total de 70 procuradores

■ A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que integra a Advocacia-Geral da União (AGU), publicou na última sexta-feira um novo edital de concurso para ocupar 70 vagas no cargo de procurador da fazenda nacional de 2ª categoria.

Deste total, quatro serão destinados a candidatos com deficiência. O salário previsto para a função é de R\$ 14.970,60, para jornadas de 40 horas semanais. Para participar da seleção, o candidato deverá ser bacharel em Direito e ter dois anos de prática forense. Os locais de lotação das vagas serão definidos e publicados até a data de convocação dos aprovados, segundo a organização.

A inscrição será aberta às 14 horas do dia 14 de maio e acontecerá no site www.esaf.fazenda.gov.br. O prazo segue até dia 27 do mesmo mês e a taxa de participação é de R\$ 130.

SALÁRIO DE R\$ 7,4 MIL

será oferecido pelo TJ-PR a vagas de ensino superior.

29 ABR 2012
GAZETA DO POVO

JURIL CARNASCIALI

O DESEMBARGADOR CELSO ROTOLIDE MACEDO é o novo
Cidadão Honorário de Curitiba. O título foi proposição do ve-
reador Tito Zeglin.

GAZETA DO POVO

ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO

29 ABR 2012

Celebrar e qualificar

O Estado brasileiro está bem aparelhado para, em seu papel constitucionalmente previsto de atuação, fomentar (mediante políticas públicas), fiscalizar (pelo Ministério do Trabalho) e melhorar as relações entre trabalho e capital (pela legislação e atuação do Ministério Público do Trabalho), assim como para conciliar e julgar os conflitos delas resultantes — papel da Justiça do Trabalho.

As leis que regem tais relações, consolidadas em 1943, têm se aperfeiçoado nesses quase 70 anos, adaptando-se às alterações sucessivas nas matrizes econômicas do Brasil — de produtor de alimentos *in natura* a potência do agronegócio plural; da manufatura elementar à diversificação industrial, passando por duas ondas de boom automobilístico. Acompanharam a extinção do caixeiro-viajante e viram chegar o e-commerce. Ajustaram-se à elevação do status residual do setor terciário para a condição de protagonista. Mercê do amadurecimento da sociedade, robusteceram-se direitos da classe trabalhadora, muitos dos quais alçados da CLT à índole constitucional.

A mutabilidade da economia extinguiu funções. Recente exposição no Espaço Memória do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná mostra-nos ferramentas e fotografias de ferroviários "guarda-freios", "foguistas" e "telegrafistas" — ofícios hoje extintos. Uma matéria do semanário inglês *The Economist* afirma vivermos a terceira revolução industrial — fenômeno que há de ser concomitante nos países desenvolvidos e emergentes. A reportagem relata que a EuroMold de Frankfurt, uma das maiores feiras de inovação industrial, já não apresenta moldes e protótipos feitos com tornos, brocas, prensas ou máquinas de modelagem, que tampouco são manejadas por homens de máquina. Os operadores das novas máquinas pos-tam-se diante de computadores e não se veem na exposição martelos ou chaves de fenda, pois os moldes são materializados em impressoras 3D.

Home working, teletrabalho e terceirização já não constituem novidade em praticamente nenhum país do mundo. Tantas inovações, diferentemente do que se pode imaginar, não têm reduzido o nível de emprego, mas exigem requalificação da força de trabalho, adaptando-a às novas funções, à mobilidade entre setores econômicos e às metodologias ditadas por avanços tecnológicos, tal qual aconteceu nas revoluções industriais precedentes e com a digitalização de serviços, abrindo vertentes variadas de emprego no campo da tecnologia de informação.

Como país de território continental e em desenvolvimento, ainda há mazelas a combater: resistem focos de trabalho em condições degradantes e análogos à escravidão, inclusive infantil, a contrastar com o progresso social nos níveis de renda e sua distribuição. Por outro lado, desde a virada do milênio, a criação de novos postos viveu inédito incremento, por causa do crescimento da economia em meio a um cenário internacional propício, apesar de duas crises financeiras. E é inegável o avanço verificado no percentual de ocupação da valorosa força de trabalho e na capacidade de preencher as vagas oferecidas de modo qualificado. Assim, para o trabalhador brasileiro, há muito o que comemorar neste 1.º de maio de 2012.

Rosemarie Diedrichs Pimpão é presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

29 ABR 2012

GAZETA DO POVO

STF prepara tiro de misericórdia na guerra dos portos

Apesar de a resolução 72/2010 ter limitado poder de fogo dos estados, só a votação de uma súmula vinculante vai colocar fim às rusgas causadas pelos descontos de ICMS

Fabiane Zíolla Menezes

Em consulta pública desde o dia 24 e até 13 de maio, uma súmula vinculante proposta pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes quer impedir a concessão de desconto tributário quando não houver autorização unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os 27 secretários estaduais de Fazenda. Apesar de a aprovação da resolução 72/2010 no Senado ter limitado o poder de fogo dos estados na chamada "guerra dos portos", é a súmula que realmente porá fim à questão e às rusgas causadas pelos descontos de ICMS — pode chegar a cem o número de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) sobre o tema à espera de decisão no Tribunal, ao menos duas contra o Paraná.

A proposta de súmula vinculante segue o entendimento

do STF em relação a 14 ações sobre o tema julgadas ainda em junho do ano passado. Elas provocaram mudanças na cobrança do ICMS inclusive no Paraná — que por sete anos, até outubro passado, concedeu descontos fiscais para atrair cargas importadas.

Entre as consequências da votação da súmula está a obrigação de um novo acordo pelo Confaz em relação à cobrança de ICMS como um todo no país. Algo de difícil execução, tendo em vista que a própria resolução 72 não seria necessária se o Conselho tivesse chegado a um consenso antes. "No dia seguinte [à aprovação da súmula], o Confaz terá de reescrever o ICMS [a Lei Complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir] e definir uma diretriz única de atuação dali para a frente. Decisões unilaterais estarão banidas", comenta o secretário estadual da Fazenda, Luiz Carlos Hauhy.

O inspetor-geral da Receita Estadual, Clovis Rogge, é ainda mais incisivo: "Se algum governador ou secretário quiser dar desconto à revelia da legislação será punido de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa". Segundo a lei, incorre em ato de improbidade qualquer dirigente que "conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares". As punições incluem ressarcimento

integral do prejuízo, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de cinco anos.

Aplicação

As novas regras reduzem a alíquota interestadual do ICMS para produtos importados das duas faixas atuais (12% e 7%) para 4% a partir de 2013 e valem para produtos que, após o trâmite aduaneiro, não passem por qualquer modificação industrial ou que mantenham conteúdo local inferior a 60% — esse quociente será calculado com base nas normas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ao menos até que o Confaz estabeleça um parâmetro específico.

"Ainda temos que nos debruçar sobre o tema para estimar o quanto poderemos perder ou ganhar com as novas regras."

Clovis Rogge, inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

29 ABR 2012

Paraná ainda não sabe se perde ou ganha

Os departamentos de tributação, fiscalização e arrecadação da Secretaria de Estado da Fazenda vão se reunir pela primeira vez para calcular as consequências do ICMS unificado para o estado na próxima quarta-feira.

Em 2011, o volume arrecadado a partir de importadores paranaenses — via Paranaguá ou não — foi de R\$ 38 bilhões, montante equivalente a um incremento de 47% no recolhimento do estado em relação ao ano anterior. Cerca 75% desse total — R\$ 28,5 bilhões — vem do setor industrial, considerando também as operações feitas via Paranaguá e com o benefício atual de 75% de crédito presumido. "Ainda temos que nos debruçar sobre o tema para estimar o quanto poderemos perder ou ganhar com as novas regras", explica o inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual, Clovis Rogge.

De antemão, sabe-se que a indústria pagará 1% a mais que hoje — pelas regras atuais, a importação de insumos e componentes para o setor recolhe 3% de ICMS. Por outro lado, comércio, que hoje paga 6%, pagará 2% a menos. "A bem da verdade, o impacto dependerá, em grande medida, do desempenho atividades econômicas do estado no ano que vem", resalta Rogge.

Ponto positivo

Além do Porto de Santos, apontado como o terminal que mais ganhará com o ICMS unificado por ser a principal porta de entrada direta de importados para o mercado consumidor do país, o de Paranaguá também pode ser beneficiado. O terminal paranaense tem uma vocação bem definida: cerca de dois terços da sua movimentação são do segmento de graneis. Ainda assim, há investimentos sendo feitos para a ampliação da capacidade de entrada de outros tipos de cargas — só o Terminal de Contêineres prevê investir R\$ 250 milhões neste ano.

"É muito difícil quantificar qualquer estimativa agora, até porque todos os portos ficaram em pé de igualdade em termos fiscais. Mas, preliminarmente, acredito que a eficiência logística e a proximidade com os grandes mercados consumidores [como São Paulo e Rio de Janeiro] passam a ter um peso maior. É uma mudança que não ocorrerá de uma hora para outra, levará algum tempo", avalia o superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Luiz Henrique Dividino.

VIZINHO

Santa Catarina prevê perda de arrecadação de R\$ 1,7 bilhão ao ano

O Porto de Imbituba, em Santa Catarina — onde a Santos Brasil, a mesma operadora do porto paulista, tem investido —, emitiu uma nota logo após a aprovação do ICMS unificado dizendo que o terminal deverá sofrer uma redução de cerca de 15% em sua movimentação total de mercadorias. Isso porque a medida atinge boa parte dos principais produtos que passarão por ali, como fertilizantes e grãos, trigo, cevada e outros. O governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, marcou para o próximo dia 7 uma reunião com portuários e empresas de logística para discutir maneiras de driblar o impacto da resolução 72. Entre as possíveis formas de abrandar o baque — que significará uma perda de arrecadação da ordem de R\$ 1,7 bilhão anual, segundo a Secretaria da Fazenda do estado — está a concessão de outros incentivos, como a redução do Imposto Sobre Serviços (ISS) pelos municípios.

CONTINUA

Estados lutam para pagar juro menor à União

A aprovação da resolução 72 abre espaço para uma intensa negociação entre estados e União para a troca do indexador das dívidas internas das unidades da Federação, que querem um alívio no peso de sua dívidas com a União — segundo o Tesouro Nacional, o estoque desses débitos passa de R\$ 400 bilhões.

São contas que foram refinanciadas pela União com os credores dos estados em 1997. Ao Paraná, o Banco Central emprestou R\$ 5,7 bilhões entre 1998 e 2000 para o saneamento dos débitos do Banestado. Na época da renegociação, o indexador escolhido para a correção das dívidas estaduais foi o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) — então em pouco mais de 7% — mais 6% a 9%, dependendo do estado.

Quinze anos depois, os estados lutam para trocar o IGP-DI por um indexador menos influenciado por fatores externos. O favorito é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais próximo da realidade do consumidor comum do país. A inclinação do governo federal é pela adoção da taxa básica de juros (Selic), que está longe de agradar a todos.

No ano passado, por exemplo, a taxa anualizada da Selic ficou em 11,62% — abaixo dos 21,32% pagos por quem tem dívida corrigida pelo IGP-DI mais 9%, mas acima dos 11,31% arcados pelos estados que pagam IGP-DI mais 6%. Mesmo ficando no teto da meta, o IPCA de 2011, de 6,5%, seria a opção mais suave.

Quando a lei de refinanciamento das dívidas estaduais foi aprovada, a taxa Selic estava perto de 30% ao ano, por isso não foi nem cogitada. O IGP-DI estava pouco acima de 7%. Entre pagar os juros altíssimos dos bancos e federalizar a dívida, a segunda opção foi bem mais atraente.

A mudança pelo IPCA, como queriam os estados, levaria a uma redução maior nas dívidas, de 38,5%. Enquanto o IGP-DI acumulou 245,7% de 1997 a março deste ano, o IPCA variou menos, 149,7%. No caso do Paraná, uma simulação da Secretaria de Estado da Fazenda com dados até fevereiro último, trocando o IGP-DI pelo IPCA, resulta em uma economia de R\$ 1 milhão mensais apenas em juros. A parcela mensal, por sua vez, cairia de R\$ 73,08 milhões para R\$ 71,5 milhões.

Além da troca do indexador, os estados também pedem a diminuição do comprometimento anual de suas receitas, hoje em cerca de 14%, para 9%; e a ampliação do tempo de amortização das dívidas, de dez para 20 anos.

COMO FUNCIONA

Veja como é feita a cobrança do ICMS sobre importados:

Quem paga

ICMS incide na entrada, no transporte e na venda do produto importado. O desconto dado por estados como Santa Catarina e Espírito Santo funciona como se o produto que entre por portos de um desses estados pagasse uma taxa de câmbio menor.

Alíquota

A alíquota média praticada no país para uma mercadoria importada é de 18%. As taxas interestaduais nominais — do estado de origem para o estado de destino — variam entre 7% e 12%.

Importado

Em uma simulação onde a taxa interestadual seja de 12% e o produto entre por um estado que conceda incentivo fiscal de 75% de crédito presumido, a mercadoria importada paga, na prática, apenas 3% de ICMS na entrada e segue para o estado de destino pagando mais 6%. Ao todo, pagará 9%.

Nacional

Um bem nacional paga os 12% de ICMS no estado de origem e segue para o destino pagando outros 6%. No fim das contas, pagará 18%. É como se a taxa de câmbio estivesse 9% mais baixa para o importado: em vez de R\$ 1,80, seria de R\$ 1,64.

GAZETA DO POVO

70% dos 29 ABR 2012 assassinatos de jornalistas ficam impunes

Nos últimos 20 anos, apenas seis crimes contra repórteres no Brasil foram parcial ou totalmente esclarecidos

■ Aproximadamente 70% dos assassinatos de jornalistas registrados no Brasil nos últimos 20 anos ficaram impunes, segundo levantamento da organização americana Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). O caso mais recente é o do repórter de política e blogueiro Décio Sá, baleado em um restaurante na última segunda-feira em São Luís (MA). Sá trabalhava no jornal O Estado do Maranhão.

O CPJ contabilizou 20 assassinatos de jornalistas entre 1992 e 2012 no Brasil, sendo que 14 não foram punidos. Outros seis foram parcial ou totalmente esclarecidos e seus culpados, punidos. O Brasil foi classificado pelo comitê em 11.º lugar entre os países onde há mais impunidade contra profissionais da imprensa. "Os crimes contra jornalistas continuam sendo um dos principais problemas que a imprensa enfrenta nas Américas", afirmou em nota Gustavo Mohme, da Sociedade Interamericana de Imprensa, após a morte de Sá.

Segundo a pesquisa do CPJ, a maior parte das vítimas são jornalistas que denunciaram casos de corrupção. Em segundo lugar vêm os repórteres policiais e, em terceiro, aqueles que escrevem sobre temas políticos. Porém, mais comuns que os assassinatos são os casos de intimidação e ameaças.

Após escrever reportagens sobre assassinatos cometidos por maus policiais em 2003, o repórter especial paulistano J., de 54 anos, começou a receber ameaças e teve de "desaparecer" por 40 dias. Depois trabalhou por mais de quatro meses protegido por uma escolta armada. "Muda tudo na sua vida. Você se dá conta que é extremamente vulnerável", afirmou J. "A minha família ficou desesperada, se eu atrasasse cinco minutos era motivo para muita preocupação. Quase entrei em depressão", disse.

29 ABR 2012

GAZETA DO POVO

VÍRUS

Ministério Público alerta sobre e-mails falsos

■ O Ministério Público do Paraná e o Ministério Público Federal alertam sobre a circulação de um falso e-mail em nome das instituições, com suposta intimação para comparecimento em audiência. O conteúdo da mensagem induz o usuário a clicar em um link. Ao clicar, um programa, que invade o computador e captura informações pessoais, como senhas de contas bancárias e de cartões de crédito, é automaticamente instalado na máquina. Os órgãos esclarecem que não utilizam mensagens eletrônicas para fazer qualquer tipo de intimação ou notificação.

30 ABR 2012

GAZETA DO POVO

» SISTEMA PRISIONAL

Sem vagas em cadeias, carceragem da PF lota

Falta de vagas nas cadeias públicas e descumprimento de convênios seriam os fatos geradores do problema

A falta de vagas nas cadeias públicas e o descumprimento de convênios firmados com a União têm superlotado as carceragens das delegacias da Polícia Federal (PF) no Paraná. A situação mais grave é a da carceragem da delegacia da PF em Foz do Iguaçu. Uma ação civil pública movida na Justiça Federal prevê a suspensão dos repasses federais para a manutenção e ampliação do sistema carcerário do estado, caso o impasse não seja resolvido. A previsão é de que o problema possa ser amenizado a partir do segundo semestre com a inauguração de novas penitenciárias.

De acordo com o relatório de vistoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) produzido no mês passado, a situação da carceragem da PF na fronteira piorou desde a última visita. Ocorrida em fevereiro de 2011, a primeira inspeção foi motivada por denúncias de superlotação. Na

época, a carceragem, com capacidade para 14 presos, estava com 69. Pouco mais de um ano depois, foram contabilizados 89 detentos, entre eles uma mulher. A maior parte dos presos tinha envolvimento com o narcotráfico. No último dia 13 de abril, o número de detentos já chegava a 100.

“Os presos são da Justiça, não da polícia. No mundo ideal, eles deveriam ficar na delegacia apenas o tempo suficiente para a lavratura do flagrante e em seguida seriam transferidos para uma cadeia pública, ainda no mesmo dia”, destaca o delegado-chefe da PF em Foz, Guilherme Biagi. O delegado lembra que já houve casos de presos que permaneceram sob custódia por um ano e outros que chegaram a cumprir na delegacia toda a pena a que foram condenados. Dos 84 presos no ano passado e que não conseguiram alvará de soltura, apenas 20 foram transferidos.

A alternativa legal para desafogar a carceragem da PF seria a transferência dos presos para a Cadeia Pública Laudemir Neves, atualmente interdita para reforma e ampliação da estrutura. Quando o crime é de competência da Justiça estadual, a transferência costuma ser mais rápida. Mas, quando se

trata de um preso federal, os trâmites burocráticos acabam aumentando o tempo de espera. A agilidade depende em primeiro lugar das vagas disponíveis no sistema carcerário e dos convênios firmados entre a União e os estados.

O problema se repete em outras delegacias da PF no Paraná. Em Curitiba, às quatro celas, com capacidade para 16 presos no total, abrigavam esta semana cerca de 30 detentos, lotação que passa de 50 em determinados períodos. Na carceragem de Maringá, o espaço reservado para sete estava com mais de 20. “Estamos conversando com a Secretaria de Estado da Justiça e com o Departamento Penitenciário Federal. Mas, sem a construção de novas unidades prisionais, não há como resolver”, observa o superintendente da PF no Paraná, delegado José Alberto legas.

No ano passado, o governo federal repassou R\$ 32 milhões para o governo do Paraná investir nas obras de ampliação e construção de novas unidades prisionais. Em contrapartida, o estado deveria abrigar os presos federais, o que acaba não sendo cumprido. Somente a delegacia de Foz do Iguaçu utilizou R\$ 400 mil do orçamento reservado à manutenção de viaturas e do próprio prédio para cobrir os custos da custódia.

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

30 ABR 2012

Plantão

A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba funcionará normalmente nesse feriado de 1º de maio, Dia do Trabalho. Essa é mais uma oportunidade para o eleitor que ainda não fez o cadastramento biométrico e para aqueles que desejam transferir o título ou tirar o documento pela primeira vez. O prazo termina no dia 9 de maio. A Central de Atendimento ao Eleitor fica na Rua João Parolin, nº 55, no Prado Velho e funciona das 9 às 18 horas.

Ajufe

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) elegeu na última semana o seu novo presidente. Nino Oliveira Toldo, titular da 10ª Vara Federal Criminal de São Paulo, foi eleito com 48% dos votos válidos (equivalente a 660 votos). Toldo, o novo corpo diretivo da Ajufe e os integrantes do Conselho Fiscal tomam posse em Brasília na primeira quinzena de junho.

INDENIZAÇÃO

Justiça condena noivo que cancelou casamento

Um noivo que cancelou o casamento apenas três dias antes da cerimônia perdeu recurso em segunda instância e deverá pagar indenização de R\$ 26,750, por danos materiais, e de R\$ 10 mil, por danos morais à ex-noiva. Ele já tinha sido condenado na 4ª Vara Cível de Ribeirão Preto (no Interior do estado de São Paulo) anteriormente. O homem morava com a ex-noiva, com quem tem dois filhos, havia nove anos.

COLUNA DOS LEITORES

Benefícios do TJ

Vale-alimentação retroativo, carros novos com motorista e outros benefícios para o Judiciário paranaense são pagos pela sociedade, que acaba ficando à mercê da própria sorte. São casos assim que fazem com que a população não creia mais na Justiça.

Alceu Carlesso

Código Penal

Certamente a sociedade concorda com o empenho dos juristas em punir os abusos de autoridade. Mas eles não devem esquecer outros crimes, principalmente os contra o patrimônio público. Além de reformar o Código Penal, é preciso haver empenho do STJ em julgar processos como os do mensalão e punir com rigor os políticos corruptos.

Walter Sidnei Miquelão

30 ABR 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Desembargador recebe cidadania curitibana

"Nesta noite de quinta-feira (26), a Câmara de Curitiba escreve em sua história uma importante página de justiça, ao conceder o título de cidadão honorário ao desembargador Celso Rotoli de Macedo, que sempre honrou seus compromissos com a sociedade", afirmou o vereador Tito Zeglin (PDT), ao saudar o homenageado. A cerimônia, no plenário do Legislativo municipal, foi conduzida pelo presidente da Casa, vereador João Luiz Cordeiro (PSDB), e contou com a presença de inúmeras autoridades, familiares e amigos do magistrado.

Ao destacar o currículo de Macedo, Zeglin lembrou que o desembargador nasceu em Antonina, no litoral paranaense, e que possui sólida formação familiar. "Sem dúvida isso foi determinante para forjar os alicerces de sua trajetória", disse. Prosseguindo, afirmou que o desembargador é filho do procurador de Justiça Nahor Ribeiro de Macedo e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba em 1966, aos 25 anos de idade. É casado com Antônia Marlene de Macedo e pai de três filhos.



Desembargador Celso Rotoli de Macedo recebeu o título

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

JUROS DE EMPRÉSTIMOS

30 ABR 2012

Julgamento sobre uso de juros compostos em empréstimos é suspense no STJ

Incluído, na pauta da 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o julgamento de dois recursos especiais repetitivos que tratam da cobrança de juros compostos por parte dos bancos foi suspenso após um breve e intenso debate entre os ministros. Depois do relator, ministro Luís Felipe Salomão, proferir seu voto pela admissibilidade da cobrança, e ser acompanhado pela ministra Nancy Andrighi, a ministra Maria Isabel Gallotti pediu vista do processo.

O julgamento interrompido na tarde desta quarta se refere aos Recursos Especiais 973.927-RS e 1.003.530-RS, votados sob o rito dos recursos repetitivos, que envolvem o chamado anatocismo, isto é, a capitalização de juros, ou a cobrança de juros sobre juros. Como os dois recursos tratavam de casos idênticos, o relator optou por julgar sob o rito apenas o de número 973.927, do banco Sudameris, cuja decisão se aplicará a todos os demais. O REsp 1.003.530-RS é do banco ABN Amro Bank, antigo banco Real, comprado pelo banco Santander.

Nos dois processos, os recorridos são clientes bancários de ambas as instituições. A Justiça de segundo grau havia decidido pela impossibilidade de se capitalizar via juros compostos.

Já os requerentes contaram com a ajuda do Banco Central (Bacen) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), admitidos como amicus

curiae no julgamento. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) entrou como amicus curiae em favor dos clientes dos bancos. Apenas o Banco Central teve representante que usou da palavra para fazer sustentação oral. Ao pedir vista, a ministra Maria Isabel Gallotti prometeu trazer seu voto já na próxima sessão. Segundo o ministro Luís Felipe Salomão, são incomuns pedidos de vista em julgamentos sob o rito dos recursos repetitivos, justamente por tratarem de entendimentos já consagrados pela jurisprudência da corte. A jurisprudência reiterada do STJ reconhece que o anatocismo é permitido para contratos feitos após a edição da Medida Provisória 2.170 e se expressamente pactuados entre as partes.

30 ABR 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Advogado pode usar escuta para provar direito violado

Sem crime, não há inquérito. A premissa básica foi aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região em uma liminar concedida. Mas, mais do que a opção pela medida, chama atenção no caso o entendimento de que o advogado não precisa pedir autorização judicial para usar escuta telefônica como prova de que teve um direito violado. No caso em questão, um advogado que atua em Pernambuco teve diversas conversas gravadas com um cliente, que era investigado. Quando descobriu o fato, ele pediu que os trechos fossem suprimidos do processo, o que foi acontecer 90 dias depois. Por isso, ele entrou então com uma representação na Ordem dos Advogados de Pernambuco contra o atentado ao sigilo de suas conversas. Na representação, ele anexou os trechos das conversas. O Departamento de Polícia Federal pernambucano não gostou da atitude. Submeteu o advogado a um inquérito, na tentativa de indiciá-lo. Coube ao procurador da República Marcos Antonio da Silva Costa pedir a instauração de inquérito — segundo os autores do Habeas Corpus, os advogados Alberto Zacharias Toron, Maurício Bezerra Alves Filho e Emerson Davis Leônidas Gomes.

30 ABR 2012

METRO

TJ abre concurso para juiz substituto

O TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) abre inscrições hoje, exclusivamente pela internet, ao concurso para o cargo de juiz substituto.

O concurso terá cinco etapas, sendo a primeira no dia 1º de julho, às 14h, em Curitiba. As informações quanto às datas, horários e local das provas serão publicadas no Diário da Justiça Eletrônico e divulgados no site do TJ-PR. ● METRO CURITIBA

30 ABR 2012

METRO

TRE-PR faz plantão durante o feriado

● Prazo para se alistar, transferir e regularizar situação vai até o dia 9

Os eleitores de Curitiba que não realizaram o recadastramento biométrico no prazo estipulado pelo TRE têm hoje e amanhã, feriado do Dia do Trabalho, para regularizar a situação.

Aqueles que quiserem fazer o alistamento, transferência e revisão eleitoral também serão atendidos. Para todos, o prazo final para quitar as pendências com o TRE-PR vai até o dia 9 de maio. A multa para quem não realizou o recadastramento varia de R\$ 3,51 a R\$ 35,10.

Para regularizar a situação, os eleitores devem levar documento de identificação oficial, com foto e filiação, comprovante recente de residência em Curitiba em nome do eleitor ou de familiar.

A central de atendimento fica na Rua João Parolin, 55, no Prado Velho. O horário de atendimento é das 9h às 18h.

9 de maio é o último prazo para os eleitores regularizarem a situação no TRE.

O ESTADO DE S. PAULO

ALDÍSIO DE TOLEDO CÉSAR

Baixa o nível na Suprema

28 ABR 2012

Corte

Talvez Lula não tenha sido feliz na escolha de Peluso e Barbosa para cargo de tanto destaque

Duas expressões culturais completamente diversas, e quase antagônicas, entraram em choque no Supremo Tribunal Federal (STF), na semana passada, com acusações pessoais que vazaram para a opinião pública e provocaram compreensível indignação. O presidente em retirada, ministro Cezar Peluso, com mais de 40 anos de exercício na magistratura, ou seja, bastante experiente em julgamentos, acabou entrando em choque com o ministro Joaquim Barbosa, detentor de linda carreira acadêmica, mas que nunca ocupara anteriormente nenhum cargo diretamente ligado à tarefa de julgar.

Não se pode dizer que o ministro Cezar Peluso tenha sido um diplomata no trabalho de presidir a Suprema Corte. Sempre se observou em sua conduta, desde os tempos de juiz singular, juiz do Tribunal de Alçada, juiz corregedor e desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), uma certa intransigência na defesa de suas convicções.

O Direito não é uma ciência exata e sempre envolve na aplicação da lei um raciocínio lógico que não é o mesmo entre os juízes, por força das diferentes formações culturais e das convicções pessoais de cada um. As divergências, assim, são extremamente corriqueiras, mas acabam superadas, em geral com educação, até porque isso é necessário para a elaboração dos acordãos.

O próprio termo *acórdão* deriva da circunstância de resultar de um entendimento que exprime a vontade da maioria. As divergências entre os julgadores, portanto, é bom que se ressalte, não são pessoais, mas de entendimento, de convicções, e por isso mesmo devem ser toleradas com respeito.

Com alguma frequência, porém, há juízes que se mostram muito enfáticos na manifestação de seu entendimento, e isso causa a impressão de que se trata de uma divergência de ordem pessoal. O ministro Cezar Peluso, sempre admirado no TJSP por sua atuação como juiz, tem a característica de não aceitar muito serenamente as convicções contrárias. Em razão dessa característica unicamente pessoal, algumas vezes causou no Supremo Tribunal a impressão de que investia contra o ministro de quem divergia. Em verdade, na presidência do STF ele se mostrava indignado e tendia até mesmo a dar "um puxão de orelhas" em algum colega, em determinadas circunstâncias.

Isso aconteceu, por exemplo, certa vez em que um ministro determinou de ofício o arquivamento de processo-crime, ou seja, iniciativa que é privativa do Ministério Público. Peluso presidia a sessão e foi bastante caustico, praticamente exigindo uma retratação, quando o ideal, no interesse das boas relações na Corte, seria contornar o incidente com diplomacia, para não ferir suscetibilidades e também para evitar que o assunto ganhasse maior dimensão.

Por força dessa conduta, marca de sua carreira como magistrado ao longo de mais de quatro décadas, em certas oportunidades ele chegou a "cutucar" ministros, colegas do dia a dia. É bastante provável que não o tenha feito com o propósito de ofender, humilhar, mas porque esse é o seu estilo - o que não o ajuda nem um pouco.

No seu relacionamento profissional com o ministro Joaquim Barbosa, tendo ambos a característica de "pavio curto", sucederam-se incidentes que os separaram, quando o ideal exigido pela atividade na Corte e pelo interesse público seria exatamente o contrário. Ou seja, era de esperar que a grandeza do cargo por eles ocupado levasse ao respeito mútuo ou, no mínimo, a uma convivência educada.

Embora na raiz de tudo estivesse o estilo de cada um deles na forma de julgar, as trocas de acusações entre ambos, feitas recentemente, caíram a um nível que não se pode, em absoluto, admitir, por envolverem ocupantes do mais alto posto na carreira jurídica do País. É uma honra ser ministro do Supremo Tribunal Federal e, por isso mesmo, os seus integrantes não devem jamais baixar o nível das discussões do terreno unicamente jurídico para o pessoal.

O episódio serve para demonstrar que talvez o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tenha sido muito feliz na escolha de ambos para ocuparem cargo de tanto destaque. Emerge também a ideia de que pode ter chegado a hora de o Congresso Nacional debater o critério da escolha de novos ministros do Supremo.

Nos últimos tempos vem prevalecendo o critério de escolha de pessoas com identidade cultural e política próxima do governante. Amizades familiares, pressões da Igreja Católica e serviços prestados ao Partido dos Trabalhadores foram decisivos na escolha de alguns ministros.

CONTINUA

28 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A circunstância de o ministro indicado ficar devendo o favor da indicação a quem o indicou leva à presunção de que estará a serviço desse relacionamento. A demora no julgamento do processo do mensalão deixou claro que essa grave conduta poderá estar ocorrendo, porque o infeliz retardamento contém em si a ameaça de prescrição de alguns dos delitos ali tipificados.

Certos processos judiciais, por serem emblemáticos e estarem no aguardo de milhões de pessoas, devem, sem nenhuma dúvida, merecer prioridade tanto na instrução como na inclusão na pauta para o desejado julgamento. No caso da "ficha suja", a omissão do Supremo, retardando o julgamento, concorreu seriamente para deixar em descrédito a instituição.

Nos dias atuais, com o mensalão, pior ainda, porque o seu desfecho poderá ter influência muito forte na vida política e partidária do País. Os principais acusados de crimes tão graves continuam impunes e talvez estejam dando risadas da morosidade da Justiça. A despeito de toda a sua falta de diplomacia, Cezar Peluso sempre cobrava do ministro relator atuação mais rápida, chegando a fazê-lo de público e com isso abrindo a "troca de chumbo" profundamente lamentável a que se assistiu na semana passada.

●
DESEMBARGADOR APOSENTADO
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE SÃO PAULO. E-MAIL:
ALOISIO.PARANA@GMAIL.COM

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça 28 ABR 2012

com lentes coloridas

A discriminação racial no Brasil é constitucional, segundo decidiram por unanimidade os ministros do Supremo Tribunal (STF), num julgamento sobre a adoção de cotas para negros e pardos nas universidades públicas. Com base numa notável mistura de argumentos verdadeiros e falsos, eles aprovaram a reserva de vagas para estudantes selecionados com base na cor da pele ou, mais precisamente, na cor ou origem étnica declarada pelo interessado. Mesmo enfeitada com rótulos politicamente corretos e apresentada como "correção de desigualdades sociais", essa decisão é obviamente discriminatória e converte a raça em critério de ação governamental. Para os juízes, a desigualdade mais importante é a racial, não a econômica, embora eles mal distingam uma da outra.

O ministro Cezar Peluso mencionou as diferenças de oportunidades oferecidas a diferentes grupos de estudantes. Com isso, chamou a atenção para um dos maiores obstáculos à concretização dos ideais de justiça. Todos os juízes, de alguma forma, tocaram nesse ponto ou dele se aproximaram. Estabeleceram, portanto, uma premissa relevante para o debate sobre a formação de uma sociedade justa e compatível com os valores da democracia liberal, mas perderam-se ao formular as conclusões.

O ministro Joaquim Barbosa referiu-se à política de cotas como forma de combater "a discriminação de fato", "absolutamente enraizada", segundo ele, na sociedade. Mas como se manifesta a discriminação? Candidatos são reprovados no vestibular por causa da cor? E os barrados em etapas escolares anteriores? Também foram vítimas de racismo?

A ministra Rosa Weber foi além. "A disparidade racial", disse ela, "é flagrante na sociedade brasileira." "A pobreza tem cor no Brasil: negra, mestiça, amarela", acrescentou. A intrigante referência à cor amarela poderia valer uma discussão, mas o ponto essencial é outro. Só essas cores identificam a pobreza no Brasil? Não há pobres de coloração diferente? Ou a ministra tem dificuldades com a correspondência de conjuntos ou ela considera desimportante a pobreza não-negra, não-mestiça e não-amarela.

Mas seus problemas lógicos são mais amplos. Depois de estabelecer uma correspondência entre cor e pobreza, ela mesma desqualificou a diferença econômica como fator relevante. "Se os negros não chegam à universidade, por óbvio não compartilham com igualdade das mesmas chances dos brancos." E concluiu: "Não parece razoável reduzir a desigualdade social brasileira ao critério econômico". A afirmação seria mais digna de consideração se fosse acompanhada de algum argumento. Mas não é. O fator não econômico e estritamente racial nunca foi esclarecido na exposição da ministra nem nos votos de seus colegas.

Nenhum deles mostrou com suficiente clareza como se manifesta a discriminação no acesso à universidade ou, mais geralmente, no acesso à educação. O ministro Celso de Mello citou sua experiência numa escola pública americana sujeita à segregação. Lembrou também a separação racial nos ônibus escolares nos Estados Unidos. Seria um argumento esclarecedor se esse tipo de segregação — especificamente racial — fosse no Brasil tão normal e decisivo quanto o foi nos Estados Unidos.

Talvez haja bons argumentos a favor da discriminação politicamente correta defendida pelos juízes

do STF, mas nenhum desses foi apresentado. Brancos pobres também têm dificuldade de acesso à universidade, mas seu problema foi menosprezado.

Se um negro ou pardo com nota insuficiente é considerado capaz de cursar com proveito uma escola superior, a mesma hipótese deveria valer para qualquer outro estudante. Mas não vale. Talvez esse branco pobre também deva pagar pelos "danos pretéritos perpetrados por nossos antepassados". Justíssimo?

Como suas excelências poderão ser envolvidas em outras questões de política educacional, talvez devam dar uma espiada nos censos. Os funis mais importantes e socialmente mais danosos não estão na universidade, mas nos níveis fundamental e médio. Países emergentes bem-sucedidos na redução de desigualdades deram atenção prioritária a esse problema. O resto é demagogia.

28 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Ofensiva. Em conversa com contraventor, parlamentar diz ser importante atacar procurador-geral, que arquivou representações da oposição contra Palocci; diálogo foi gravado um dia após pronunciamento no Senado com críticas ao chefe do Ministério Público.

Com Cachoeira, Demóstenes combina 'bater' em Gurgel, um 'sem vergonha'

Investigado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) chamou o procurador-geral, Roberto Gurgel, de "sem vergonha" durante o escândalo do caso Palocci, em 2011. Áudios obtidos pelo Estado mostram que, em conversa com o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, o parlamentar afirmou que tinha de "bater" em Gurgel para ele não se animar a investigá-lo.

Segundo a Polícia Federal, a interceptação foi feita na manhã seguinte a um pronunciamento no Senado em que Demóstenes criticava a atuação do procurador-geral, que arquivou a investigação contra o ex-ministro da Casa Civil do governo Dilma Rousseff, Antonio Palocci, por enriquecimento ilícito a partir de consultorias supostamente prestadas por sua empresa, a Projeto. A representação foi feita pelos partidos de oposição. Na ocasião, o senador foi um dos maiores críticos à postura de Gurgel.

"Se não der nele, ele (Gurgel) começa a pegar a gente também, você entendeu? Agora, se ele está cumprindo obrigação do governo, agora ele inocenta o governo e depois pega um da oposição. Isso é sem vergonha. Se não bater nele, ele anima", disse Demóstenes, em conversa às 10h06

do dia 7 de junho de 2011. Cachoeira elogiou o discurso do parlamentar e ressaltou que o procurador ficou "desmoralizado" depois da fala do senador.

Na época em que Demóstenes criticava Gurgel, a PF já havia remetido ao procurador peças do inquérito da Operação Vegas, que demonstravam a proximidade entre o senador e Cachoeira. Nos grampos, o parlamentar pede dinheiro ao contraventor para pagar suas despesas. Contudo, mesmo de posse do material desde 2009, o procurador só pediu autorização ao STF para investigá-lo em 2012, após a crise provocada pela Operação Monte Carlo.

Na quarta-feira, dia da primeira sessão da CPI do Cachoeira no Congresso, o senador Fernando Collor (PTB-AL) propôs a convocação de Gurgel, mas o requerimento foi rejeitado. Questionado pela imprensa sobre por que não pediu autorização para investigar Demóstenes em 2009, Gurgel afirmou que o inquérito daquele ano dependia de informações que só viriam a ser obtidas na Monte Carlo, deflagrada há dois meses.

'Fumaça'. As interceptações mostram que o senador e Cachoeira cogitavam representar ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) contra a recondução de Gurgel ao cargo.

O procurador teria, segundo Demóstenes, deixado de cumprir sua obrigação funcional. "Seria uma ótima representação contra ele no Conselho," diz o senador, animado com a proposta de Cachoeira de fazer um ato contra a recondução de Gurgel ao cargo.

Em 3 de agosto, durante a sabatina para a recondução, Demóstenes voltou a questionar o procurador sobre o arquivamento no caso Palocci. "Causou estranheza porque, para se iniciar uma investigação, bastam indícios, que são fumaças, e o que nós imaginávamos é que (ele) iria abrir um processo de investigação. Vossa excelência teve documentos a que nós não tivemos acesso, que são sigilosos, e há algumas situações muito estranhas. O Supremo já admitiu investigação a partir de matérias de jornal", afirmou o senador.

Na época, Gurgel afirmou que não via indícios de crime e, por isso, decidiu arquivar as representações. "Não é possível concluir pela presença de indício idôneo de que a renda havida pelo representado (Palocci) como parlamentar ou por intermédio da Projeto adveio da prática de delitos, nem que tenha usado do mandato de deputado federal para beneficiar eventuais clientes de sua empresa perante a administração pública."

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

28 ABR 2012

Ontem, a Procuradoria-Geral da República não comentou as críticas de Demóstenes relacionadas à atuação de Gurgel. Por meio de seu advogado, o senador informou que não comentaria os áudios da Monte Carlo.

DIÁLOGO

07 de junho de 2011 - 10h06

Cachoeira: Você deu uma caçetada no Gurgel aí?

Demóstenes: Pô mas ele foi demais, né? E se não der, ele começa a pegar a gente também, você entendeu? Agora se ele está cumprindo obrigação do governo, agora ele inocenta o governo e depois pega um da oposição. Isso é um sem vergonha. Se não bater nele ele anima.

Cachoeira: Mas você desmoralizou ele. Tinha que fazer um ato contra ele, a recondução dele, arrumar alguém para fazer um ato contra a recondução dele, porque aí a Dilma vai reconduzir e fica até mal pra ele, né?

Demóstenes: É... talvez até representar contra ele no Conselho Nacional. Para você ter uma ideia o Pedro Taques não ia assinar a representação e agora cedo vai assinar. Os procuradores da República estão pressionando ele.

Cachoeira: Excelente. Representa contra ele no Conselho, uai. Você encabeçando e esse Pedro Taques, vai os dois.

Demóstenes: É. Boa ideia. Vamos ver. Seria uma ótima representar contra ele no Conselho, deixando de cumprir a obrigação funcional.

Cachoeira: É. Isso aí é uma mídia, né? É excelente para você.

Demóstenes: Vou ver aqui a coragem da turma, tenho uma reunião uma da tarde.

● **Cachoeira**
liga para Demóstenes para comentar o discurso do senador sobre Gurgel.

Na conversa, Perillo vira 'excomungado'

● A Polícia Federal também grampeou o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) criticando o governador de seu Estado e aliado na política, Marconi Perillo (PSDB). Em 12 julho do ano passado, o parlamentar conversou com Carlos Cachoeira sobre a Delta Construções, cujos interesses, em alguns negócios, estariam sendo contrariados no governo. A empreiteira estaria tendo dificuldades na condução de um contrato, pois o Estado teria dado preferência à Queiroz Galvão e à Odebrecht. "Avisa eles que eu larguei de mão, vou largar de mão desse governo", reclama Cachoeira. "Tem de largar mesmo, isso aí (Marconi) é um excomungado", reage Demóstenes.

28 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO Supremo autoriza CPI a receber cópia do caso Demóstenes

O ministro Lewandowski deixou claro em seu despacho que Congresso deve preservar segredo das informações

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Cachoeira a ter cópia integral do inquérito que apura a suposta ligação do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) com o contraventor.

Em despacho assinado ontem à tarde, Lewandowski também permitiu que o Conselho de Ética do Senado e a Comissão de Sindicância da Câmara recebam as mesmas cópias. O Conselho instaurou procedimento contra Demóstenes e a Comissão investiga os deputados (PSDB-GO) e Sandes Júnior (PP-GO).

Lewandowski deixou claro que a CPI, o Conselho do Senado e a Comissão da Câmara devem preservar o segredo das informações do inquérito, em especial as interceptações telefônicas.

O ministro lembrou, neste caso, uma lei de 1996 que regulamentou as interceptações telefônicas, pela qual é crime quebrar segredo de Justiça sem autorização judicial. A pena inclui multa e reclusão de dois a quatro anos.

Para autorizar a liberação de cópias do inquérito, Lewandowski baseou-se em decisões anteriores do STF. Além do comparti-

lhamento de dados com órgãos da Câmara e do Senado, Lewandowski decidiu nesta semana abrir três inquéritos - contra os deputados Carlos Leróia, Sandes Júnior e Stepan Nercessian (PPS-RJ), para apurar suspeitas de ligação com Cachoeira.

O ministro autorizou ainda o desmembramento do inquérito aberto contra Demóstenes Torres para separar partes relacionadas ao governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pretende pedir ao Superior Tribunal de Justiça que abra um inquérito contra ele.

28 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz do STJ adverte para insegurança jurídica no Código

Ao criar regra para rios de até 10 metros, nova lei mantém norma antiga sobre recuperação de rios mais largos, diz Benjamin. Ao tentar garantir a estabilidade aos desmatadores na reforma do Código Florestal, a Câmara obrigou os produtores rurais a recuperar integralmente a vegetação à beira dos rios, numa faixa de até 500 metros, no caso dos rios mais largos. A interpretação é do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, especialista em direito ambiental, e complica o cenário de insegurança jurídica criado pela votação na Câmara, na quarta-feira.

"Só há uma interpretação para o fato de o texto final do Código Florestal trazer um regime especial de recuperação apenas para os rios de até 10 metros: tudo o que não se encaixar nessa hipótese deverá ser recuperado conforme as metragens estabelecidas nas regras permanentes", afirmou o ministro.

O novo Código Florestal, que vai à sanção da presidente Dilma Rousseff, determina que rios mais estreitos, com largura de até 10 metros, devem ter 15 metros de vegetação recuperados às suas margens. Essa é uma condição para a manutenção de atividades econômicas em propriedades que desmataram as margens de rios até 2008. A regra é atenuada para pequenos proprietários, com imóveis entre 20 e 400 hectares, dependendo da região do País.

Segundo informações que basearam os debates do Código Florestal, 75% dos rios do País têm até 10 metros de largura. E os imóveis rurais localizados às suas margens serão obrigados a recuperar essa faixa mínima, de acordo com o dispositivo aprovado pela Câmara contra a vontade do relator, deputado Paulo Piau (PMDB-MG) e da bancada ruralista.

A proposta de reforma do Código Florestal aprovada em dezembro no Senado, com aval do Palácio do Planalto, também pre-

• Interpretação da lei

HERMAN BENJAMIN
MINISTRO DO STJ

"Se o Código Florestal estabeleceu um benefício para o proprietário rural no caso de rios de até 10 metros de largura, o Judiciário não pode ampliar esse benefício para os rios mais caudalosos."

via margens mínimas de recuperação - até 100 metros - para os rios com mais de 10 metros de largura. Mas esse dispositivo foi derrubado pela Câmara. O texto final ficou sem regra clara para a recuperação dos rios mais largos. A intenção do relator era evitar a exigência de uma faixa mínima de recuperação da vegetação às margens de rios pelos produtores rurais. Mas, por limitações regimentais, foi impedido de fazer o serviço completo.

"Na interpretação das leis, a chamada hermenêutica jurídica, as exceções são normalmente entendidas de forma restritiva: se o Código estabeleceu um benefício para o proprietário rural no caso de rios até 10 metros, o Judiciário não pode ampliar esse benefício para os rios mais caudalosos", insistiu Benjamin.

Segundo ele, a regra para a recuperação dos rios mais largos será a mesma para a proteção das Áreas de Preservação Permanentes, que estabelece faixas até 500 metros de vegetação nativa.

As regras do Código Florestal em vigor já são objeto de "milhares" de processos na Justiça. E o número de processos pode crescer com o novo Código, prevê Benjamin. Questionada sobre a interpretação jurídica do resultado da votação do Código Florestal, a Casa Civil da presidência, informou que aguarda a apresentação do texto final aprovado pela Câmara. Depois do envio da redação final, Dilma Rousseff terá 15 dias para sancionar ou vetar o texto. A assessoria da Casa Civil diz que é "prematureo fazer qualquer tipo de avaliação sem conhecer a íntegra do texto".

Nova votação. O relator Paulo Piau reconhece que o resultado na Câmara dá margem a interpretações conflitantes. E defende a votação de uma nova lei para corrigir o texto apresentado por ele e aprovado por 274 votos contra 184 na quarta-feira. Piau acha inevitável o veto de Dilma.

28 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça decreta prisão de dois suspeitos de participar do assassinato de jornalista

A juíza Alice de Souza Rocha decretou a prisão temporária de Fábio Roberto Calvancati Lima e de Valdênio José da Silva. Os dois são suspeitos de participar do assassinato do jornalista Décio Sá, ao dar fuga ao executor do homicídio. A Justiça maranhense também autorizou a polícia a fazer uma operação de busca e apreensão nos endereços residenciais dos dois suspeitos. Ontem, o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Aluzio Mendes, decretou sigilo nas investigações e avisou que só vai divulgar informações quando "tiver algo concreto".

Petrobrás terá de pagar R\$ 102 milhões

A Petrobrás, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual do Paraná e o Instituto Ambiental do Paraná assinaram acordo judicial que encerra duas ações por danos ambientais que se arrastavam desde 2002. O motivo era o vazamento de 57 mil litros de óleo diesel de um poliduto que liga a Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária, ao Terminal de Paranaguá, em fevereiro de 2001. A Petrobrás se comprometeu a pagar R\$ 102 milhões como indenização - um valor 97% menor que o pedido inicialmente.

SÔNIA RACY

Livro novo?

Longe das polêmicas, o ministro aposentado do STF Eros Grau foi visto, terça, comprando materiais na Relma - loja centenária de encadernação artesanal de livros, em Paris.

Justiça manda bancos reinstalar biombos

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) julgou improcedente ação movida pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) contra lei municipal de 2007, que obriga as 86 agências de Sorocaba, no interior paulista, a instalar divisórias para a privacidade dos clientes. A decisão revoga liminar de 2010, a favor da Febraban, que alega dificuldade na vigilância. Os bancos terão de reinstalar os biombos.

FÓRUM DO LEITOR

Apropriação indébita

Como se desprende do editorial sobre a caixa-preta do TJSP (23/4, A3), além do informado temos de levar em conta que o governo do Estado repassa mensalmente verbas para pagamento de precatórios, principalmente os alimentares, e o tribunal aplica e usa os dividendos em benefício próprio (não deveria pagar aos credores de imediato?). Considerando que o dinheiro não é do tribunal, e sim dos credores, fica assim caracterizado o delito previsto no Código Penal de apropriação indébita. Os srs. desembargadores usam as prerrogativas do cargo para receberem valores que, mesmo devidos, deveriam seguir os trâmites legais. E o atual presidente fala que não vê indícios de prática delituosa e ele mesmo presidirá o Órgão Especial, que analisará e decidirá o destino dos que cometeram a impropriedade administrativa. Então, já sabemos que não acontecerá nada. Será que não está na hora de uma intervenção nessa Corte? Se sim, por quem?

JOSÉ RENATO NASCIMENTO

jrnsco@gmail.com

São Paulo

FÓRUM DO LEITOR

PODER JUDICIÁRIO Caixa-preta

Finalmente abriram a caixa-preta do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP): desembargadores integrantes da Comissão de Orçamento são alvo de investigação. Foram contemplados em suas próprias gestões com contracheques milionários, transgredindo os princípios da moralidade e da impessoalidade previstos na Constituição. Só temos é que lamentar e aguardar...

ANTONIO R. KORTZ ABUJAMRA

abujamra@uol.com.br

Itu

O ESTADO DE S. PAULO Uma proposta de

estorrecer 29 ABR 2012

Está em curso na Câmara dos Deputados uma tentativa de golpe contra o Judiciário. Na quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça

(CCJ) da Casa acolheu por unanimidade um projeto de emenda constitucional que autoriza o Congresso a "sustar os atos normativos dos outros Poderes que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa". A Constituição já lhe assegura esse direito em relação a atos do gênero praticados pelo Executivo.

A iniciativa invoca o artigo 49 da Carta que inclui, entre as atribuições exclusivas do Parlamento, a de "zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes". Poderia parecer, portanto, que a proposta pretende apenas afirmar a plenitude de uma prerrogativa legítima do Congresso, adequada ao princípio republicano do equilíbrio entre os Três Poderes, uma das bases do regime democrático. Antes fosse.

O alvo do projeto apresentado em fevereiro do ano passado pelo deputado Nazareno Fonteles, do PT piauiense, é o Supremo Tribunal Federal (STF), ao qual compete se pronunciar sobre a constitucionalidade das leis e a eventual infringência dos direitos constitucionais da pessoa. Alega o relator da proposta na CCJ, Nelson Marchezan, do PSDB gaúcho, que ela não alcança as decisões de natureza "estritamente jurisdicional" da Corte, mas o que ele considera a sua "atividade atípica".

O termo impróprio se refere às decisões judiciais que, por sua própria natureza, adquirem força de lei, como devem ser efetivamente aquelas que dirimem em última instância dúvidas sobre a constitucionalidade dos textos legais ou eliminam omissões que, ao persistir, representam

uma distorção ou supressão de direitos. O Judiciário não ultrapassa as suas funções ao estabelecer novos marcos normativos, seja porque os existentes são inconstitucionais, seja para suprir lacunas resultantes da inoperância do Congresso.

De mais a mais, a Justiça não toma tais iniciativas, ou outras. Ela só se manifesta quando provocada por terceiros – no caso do Supremo, sob a forma de ações diretas de inconstitucionalidade e arguições de descumprimento de preceito fundamental. Pica claro assim que a emenda Nazareno carrega dois intentos. No geral, bloquear a vigência de normas que o estamento político possa considerar contrárias aos seus interesses, a exemplo de determinadas regras do jogo eleitoral.

No particular – e muito mais importante –, o que se quer é mudar decisões do STF coerentes com o caráter laico do Estado brasileiro. Em maio do ano passado, julgando ações impetradas pela Procuradoria-Geral da República e pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, a Corte reconheceu a união estável de casais do mesmo sexo. Há duas semanas, diante de ação movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde, autorizou o aborto de fetos anencéfalos.

À época da primeira decisão, as bancadas religiosas da Câmara, notadamente a Frente Parlamentar Evangélica, presidida pelo deputado João Campos, do PSDB goiano, não conseguiram incluir na pauta da CCJ o projeto de Nazareno. Agora, a pressão funcionou. Em tempo recorde, a proposta entrou na agenda, foi votada e aprovada. Tem um longo caminho pela frente: precisa passar por uma comissão especial e por dois turnos de votação na Câmara e no Senado, dependendo, a cada vez, do apoio de 3/5 dos parlamentares.

Mas a vitória na CCJ – uma desforra contra o Supremo – chama a atenção para a influência dos representantes políticos daqueles setores que gostariam que todos os brasileiros fossem submetidos a normas que espelhassem as suas crenças particulares, como nos países islâmicos regidos pelas leis da sharia, baseada no Corão. Não é uma peculiaridade brasileira. Pelo menos desde 1973, quando a Corte Suprema dos Estados Unidos legalizou o aborto, a direita religiosa do país deplora o seu "ativismo".

A diferença é que, ali, nenhum parlamentar, por mais fundamentalista que seja, ousaria propor a enormidade de dar ao Congresso o direito de invalidar uma decisão da mais alta instância do Judiciário. Seria um escândalo nacional.

O ESTADO DE S. PAULO

DORA KRAMER

A revolta dos inativos

Judiciário só se mostra tão ativo porque Legislativo não enfrenta temas difíceis

29 ABR 2012

Com todos os olhos e ouvidos voltados para a CPI que promete abalar Brasília, não se deu a devida atenção a uma decisão tomada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara na última quarta-feira.

Revoltados com o "ativismo" do Supremo Tribunal Federal, os deputados resolveram exorbitar; autorizaram a tramitação de proposta de emenda constitucional que dá ao Congresso a prerrogativa de suspender atos do Poder Judiciário.

Ou seja, em reação a uma presunção de interferência da Justiça nas atividades do Legislativo dá-se um peteleco na Constituição com a sem cerimônia de quem vai ao bar da esquina.

Como bem observa o ministro Luiz Fux, do STF, "não é assim tão fácil". A independência dos Poderes é cláusula pétrea da Constituição, o que significa que para mudá-la de forma ao Legislativo ter o direito de desfazer atos do Judiciário seria necessário convocar uma nova Assembleia Nacional Constituinte.

E por que, então, discorrer sobre isso se o absurdo é assim tão evidente e a chance de prosperar aparentemente nula?

Justamente porque a nulidade é aparente. Existe chance de a proposta prosperar na Câmara se não se atentar para a completa falta de juízo da dita Comissão de Justiça.

Um dos poucos, talvez o único, parlamentar a se posicionar contra, o deputado Chico Alencar previu: "Vai virar discurso de valorização do Legislativo." Na opinião dele a proposta "é tão irracional e ilógica quanto popular aqui dentro".

Precisa previsão. O autor da emenda, deputado Nazareno Fonteles, faz exatamente esse discurso alegando que o Judiciário não tem legitimidade para legislar e defendendo a tese de que o Legislativo "precisa ser o Poder mais forte da República" por seu caráter representativo da sociedade.

O leitor ouviu direito, ele propõe a instituição do conceito de desequilíbrio entre Poderes.

Voltemos ao ministro Fux, que entende do riscado e explica o que se passa. Primeiro há o pressuposto da cláusula pétrea. "Em segundo lugar, se o Congresso está insatisfeito com o que chama de judicialização da política é preciso que seja informado sobre a impossibilidade de o Judiciário não se manifestar sobre os temas postos à sua consulta."

Portanto, estamos bem entendidos até aqui: o Supremo não inventa debates nem levanta questões por iniciativa própria, apenas examina e se pronuncia sobre a constitucionalidade desse ou daquele assunto quando provocado a fazê-lo.

E por que há tantas consultas ao tribunal? Aqui entra o terceiro ponto a ser esclarecido pelo ministro Luiz Fux: "Porque por sua própria estratégia política os parlamentares não enfrentam questões difíceis por receio de assumir eventual impopularidade decorrente dos conflitos que os temas encerram".

Quer dizer, justamente por serem dependentes de votos de deputados e senadores se esquivam das polêmicas. E aí, o que ocorre?

Criam-se os vácuos que o Judiciário, quando instado, é obrigado a preencher. O ministro Fux lembra que o Supremo não precisaria ter-se pronunciado a respeito, por exemplo, da interrupção da gravidez de feto anencéfalo, da união homoafetiva, das cotas para negros nas universidades, se o Congresso tivesse legislado sobre essas matérias.

Conclusão, suas excelências não precisam agredir a Constituição nem desconstruir a República para defender as prerrogativas do Poder Legislativo: basta que não se acovardem diante de potenciais controvérsias e salam da inatividade no lugar de reclamar do ativismo alheio propondo soluções fáceis e equivocadas.

O ESTADO DE S. PAULO

FÓRUM DOS LEITORES 29 ABR 2012

Decisão política

Mais uma decisão política do STF, e por unanimidade. Se a Constituição diz que todos são iguais perante a lei, o STF está nos dizendo que uns são mais iguais que os outros. O problema central do País não é o racismo, mas a situação social. A base de tudo é o ensino básico, a formação. Se o governo, por conveniência, não investir na base, como fizeram Coreia do Sul, China e outros, nunca chegaremos à condição de igualdade. Mas como agora tudo neste país visa à manutenção do poder, investir num conflito de classes dá muito voto. Apenas uma pergunta: para ingressar numa universidade pública branco pobre *não pode* e negro rico *pode*? É esse o entendimento.

ANIBAL FILLIP

aniverofil@uol.com.br
Santos

Incompetência

Diante da decisão unânime do STF de tornar o Brasil um país racista, sugiro que o sistema seja estendido à saúde, obrigando os hospitais a reservar 20% das vagas para negros e pardos. A questão de cotas só serve para acobertar a secular incompetência do governo em cumprir o seu dever e oferecer saúde e educação de qualidade a *todas* os brasileiros.

MÁRIO BARILÁ FILHO

mariobarila@yahoo.com.br
São Paulo

Prejuízo inevitável

Sou amplamente favorável ao regime de cotas aprovado pelo STF. Entretanto, entendo que tal regime deveria ser implementado no início da vida estudantil (ensino básico), e não em cursos superiores. A condição de igualdade deve ser aprovada desde o início da vida das pessoas. Caso contrário, os professores universitários terão de reduzir a qualidade de seus ensinamentos, pois as diferenças no nível de preparo dos estudantes, em razão dos seus diferentes níveis de formação, serão claras, óbvias e indiscutíveis. E isso terá negativa repercussão tanto nos alunos de classes menos preparadas como nos oriundos de classes mais elevadas, com inevitável prejuízo da qualidade geral da educação superior no País.

PAULO DE ALBUQUERQUE

pjalbuquerque@uol.com.br
São Paulo

SÔNIA RACY

Vai longe

O cenário é o STF. De um lado, Tribunal de Justiça de SP e Marcelo Gatti Reis Lobo, advogado defensor do pagamento de precatórios; do outro, CNJ e Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

A questão? O TJ não concorda em descontar, do dinheiro destinado aos credores, parcela previdenciária de 11% - que seria de responsabilidade dos devedores.

JUSTIÇA

Acusados de tráfico vão trocar cela por curso

Uma juíza de Três Corações, no sul de Minas, concedeu liberdade a cem presos acusados de tráfico de drogas. Segundo a magistrada, o comércio de entorpecentes na cidade continuou a crescer mesmo com os suspeitos atrás das grades. Em vez de ficar na prisão, eles vão ter de frequentar um curso sobre prevenção ao uso de drogas ministrado pela Polícia Militar em maio. Segundo o Tribunal de Justiça de Minas (TJ-MG), todos os suspeitos estavam atrás das grades com base em mandados de prisão temporária, cujo período varia entre 5 e 30 dias. Ainda segundo a Corte, nenhum deles tem antecedentes criminais.

O ESTADO DE S. PAULO

FÓRUM DOS LEITORES 29 ABR 2012

Ação afirmativa

A repercussão da decisão histórica do STF de que as cotas raciais em universidades são constitucionais evidencia, mais uma vez, as visões contrárias e as favoráveis à questão. Ao considerar que o debate é o melhor produto da ação afirmativa até o momento, destaco que, aos poucos, a sociedade brasileira está sendo desafiada a tomar parte nessa discussão e buscar alternativas para a superação das desigualdades sociais. E tendo em vista que o objetivo da ação afirmativa é superar as desvantagens que atingem os grupos historicamente discriminados e promover a igualdade entre os diferentes, meus parabéns ao Movimento Negro, que soube fazer valer o "princípio da igualdade", garantido pela Constituição, para consolidar na agenda política o tema das ações afirmativas em favor dos afrodescendentes.

PAULO F. CAMPBELL FRANCO
pfcfranco@uol.com.br
Santos

LEGISLATIVO X JUDICIÁRIO Ideia 'brilhante'...

Deputados querem mudar decisões do STF... Quando a gente pensa que já viu de tudo vindo do Congresso Nacional, aparece essa. Inacreditável! A novidade é suprimir o Poder Judiciário, aos poucos, por meio de emenda constitucional. E quem precisar recorrer a algum órgão jurisdicional que se dirija à Corte Internacional de Haja. Nem a Cristina Kirchner teria uma ideia tão brilhante. Só mesmo o PT.

GLADYS CASTANHO
glad-is@ig.com.br
São Paulo

Corrupção legal

Agora, quando parecia que algo iria mudar, até com a capitulação como crime do enriquecimento ilícito (normalíssimo no Brasil desde 1940), eis que alguém "lá de cima" teve uma excelente ideia: projetou uma nova lei para poder controlar definitivamente o Judiciário caso os do Legislativo, do Executivo e companhia ilimitada sejam de alguma forma prejudicados por decisões dos juízes. Sem ninguém mais para atrapalhar e com a permanência definitiva no comando, eles levarão sempre vantagem, à custa de um novo modelo de corrupção bem disfarçadinho. Sorte para eles. Mais e mais problemas e despesas para nós, que os custeamos a peso de diamante. Começo a duvidar que Deus seja realmente brasileiro, como sempre acreditei.

PLÍNIO ZABEU
pzabeu@uol.com.br
Americana

Desfaçatez

A que ponto chega a desfaçatez dos nossos nobres congressistas! O STF existe justamente para julgar a constitucionalidade das causas e a decisão se torna jurisprudência até virar lei. Se o Congresso tomar para si essa autoridade, para que servirá o STF? Se assim for, vamos extingui-lo, economizar milhões dos cofres públicos, e o Legislativo assume o Judiciário. Que país é este? O que realmente pensam os nossos políticos? Até onde eles, de fato, querem defender o interesse da população? Dias sombrios se avizinham.

JOÃO MENON
joamenon42@gmail.com
São Paulo

Cláusula pétrea

Não é incomum os legislativos brasileiros das diversas unidades federativas desfilarem com elefantes brancos de seis presas, privados de nossas digressões oníricas. É a única classificação possível para a proposta de revisão parlamentar das decisões do STF. Uma insólita lei que assim dispusesse – e certamente não passaria do crivo presidencial –, se viesse a lume, seria declarada inconstitucional pelo próprio STF. A divisão dos Poderes é cláusula pétrea, portanto não pode ser alterada, nem mesmo por emenda constitucional. Ao ilustre parlamentar que disse que, afinal, foram eles que fizeram a Constituição, não seria demais lembrar que as normas não têm proprietários: feitas, voam soberanas.

AMADEU R. GARRIDO DE PAULA
amadeugarridoadv@uol.com.br
São Paulo

COTAS RACIAIS Na universidade

"O racismo é proibido pela Constituição", declarou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto. Como tal, o estabelecimento de cotas, bem como ações afirmativas similares, deve ser caracterizado como uma forma de racismo.

FLÁVIO J. RODRIGUES DE AGUIAR
flavio.daguiar@gmail.com
Resende (RJ)

"O STF aprovou um novo tipo de racismo, em que as vítimas são os não negros"

LUIGI VERCESI / BOTUCATU, SOBRE AS COTAS NA UNIVERSIDADE
lulglapvercesi@r7.com

"Que os ilustres ministros do STF nos digam a partir de quando e como funcionarão os futuros 'tribunais raciais' que vão decidir quem é o quê"

RÊNATO GENTILE ROCHA / SÃO PAULO, IDEM
rerocha65@gmail.com

O ESTADO DE S. PAULO

Daniela Sollberger Cembranelli, defensora pública geral do Estado

'A situação na cracolândia melhorou'

Reeleita defensora geral do Estado, Daniela Cembranelli diz que ação policial se beneficiou com abordagem social

Reeleita nesta semana para mais dois anos no cargo de defensora pública geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli, de 44 anos, já impôs para si mesma o desafio do novo mandato: aumentar o número de atendimentos no serviço oficial de assistência jurídica para pessoas carentes. Para isso, prevê a contratação de mais servidores e a ampliação do serviço para todas as regiões paulistas.

Segunda mulher a ocupar o cargo desde a criação da Defensoria, em 2006, Daniela defende a atuação do órgão em temas polêmicos. Na última segunda-feira, com a ajuda da Instituição, um dependente químico obteve permissão judicial para circular pela cracolândia, no centro de São Paulo, sem ser abordado pela PM.

Mesmo assim, ela acredita que a operação policial iniciada em janeiro na área acertou o rumo, com a ampliação dos serviços sociais e do número de vagas para tratamento médico.

● **A Defensoria Pública do Estado foi contra a presença policial na cracolândia. Hoje, quase quatro meses depois, o que mudou?**
A Defensoria não foi contrária à operação, mas à forma como ela acontecia no início. Nossa análise era que a medida não resolveria a questão sem uma abordagem maior, com a participação da área de saúde. E ela apareceu um pouco depois. Nisso, a situação melhorou.

● **Mas a Defensoria ajudou um dependente a obter na Justiça o direito de circular livremente pela cracolândia.**

Sim, porque temos por atribuição legal a tutela dos Direitos Humanos. Quando eles são feridos, o defensor deve agir. Nesse caso, a decisão garante que para ter uma abordagem policial deve haver um indício de que a pessoa abordada está fazendo algo ilícito.

● **Outras ações do tipo serão apresentadas pelo órgão?**

Sim. Temos outras reclamações em andamento que podem levar a decisões como essa.

● **Há outros temas, também polêmicos, que têm sido abordados pela Defensoria, como a remoção de famílias em áreas de risco e questões relativas ao Direito do Consumidor. Aos poucos, o órgão tem assumido funções do Ministério Público?**

Cada um tem o seu papel, e é preciso que haja uma comunidade de esforços para defender os mais pobres. Nosso olhar é sempre para o mais carente, o mais vulnerável, em qualquer área, mesmo a do consumidor. Não entramos com ações em favor de compradores de carros importados, por exemplo.

● **Qual é o seu maior desafio nesse segundo mandato?**

Ampliar a área de atuação da Defensoria. Hoje, somos 500 defensores e, por isso, não podemos atender todos que precisam. Estamos só em 29 cidades.

● **Existe um número ideal?**

Cerca de 2 mil. Esse seria o número ideal, já que temos aproximadamente 1,8 mil promotores de Justiça e 2 mil juizes.

QUEM É

● Daniela Sollberger Cembranelli é formada em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Antes da criação da Defensoria Pública (em 2006), era procuradora de Assistência Judiciária. É casada com o promotor Francisco Cembranelli e tem dois filhos.

● **Está previsto algum concurso público?**

O edital já foi lançado. Aguardamos agora que o governo envie o projeto para a Assembleia. Nosso pleito é de cem cargos por ano. Acredito que tudo esteja resolvido até outubro.

● **Ao criar cem cargos por ano, o ideal será atingido só daqui a 15 anos. Não é possível acelerar essa contratação?**

É natural que uma instituição nova cresça dessa maneira, mais lenta.

● **Quais são as outras demandas do órgão?**

Investir na conciliação, para evitar processos judiciais, e ampliar a oferta de efetiva defesa aos detentos e menores infratores. No ano passado, por exemplo, fizemos 12.966 acordos que evitaram uma ação judicial. Isso contribui para desobstruir o Judiciário e estimular uma cultura de paz.

● **Essa possibilidade acelera uma solução?**

Claro. Um processo às vezes leva dois anos para ser julgado e, na Defensoria, demora meses.

● **E quais são as causas mais comuns?**

As mais comuns são na área da família, como pensão, reconhecimento de paternidade, guarda de filhos. Cerca de 50%.

CONTINUA

29 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● **Quantos atendimentos são registrados por ano na Defensoria?**

Em 2011, foram 1,1 milhão atendimentos e 144 mil audiências. E, com 500 defensores, conseguimos impetrar 18,5 mil habeas corpus. Somos poucos defensores, mas atuantes.

● **Qual área requer mais ações?**

Precisamos investir forte na área de execução penal, para ampliar a oferta de efetiva defesa. Se a Defensoria conseguir ter acesso às pessoas presas por crimes menos graves, e que esperam muito por um julgamento, ela pode propor penas alternativas. Em 31 de dezembro de 2011, havia 180.383 detentos no Estado. Nos primeiros quatro meses deste ano, o número já pulou para 189.146. O sistema não dá conta mais.

● **E os moradores de rua, também são prioridade?**

Estamos fazendo um trabalho com eles. Já abrimos um posto no centro para adiantar a solução de questões relacionadas à documentação e encaminhamento social.

O ESTADO DE S. PAULO

Juízes querem 'investigação geral' no TJ 30 ABR 2012

Grupo de desembargadores paulistas sob inspeção por causa de recebimentos milionários quer que apurações sejam estendidas a todos

Desembargadores sob inspeção da presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo não aceitam ser os únicos nessa condição. Eles avaliam que os créditos concedidos antecipadamente a todos os magistrados, não importando os valores a eles destinados, também devem ser apurados. Os desembargadores invocam o princípio da isonomia.

O TJ dividiu em três os grupos de beneficiários. Um bloco de cinco magistrados que receberam acima de R\$ 600 mil. Outro, de 41 juízes e desembargadores, que ganharam mais de R\$ 100 mil. É uma terceira ala, de quase 200 magistrados, contemplados com quantias que oscilam entre R\$ 10 mil e R\$ 50 mil - estes não foram incluídos na investigação.

"Causa espécie a redução, no atinente aos esclarecimentos requisitados, ao conjunto dos beneficiários de adiantamentos superiores a R\$ 100 mil", adverte o desembargador Tarcísio Ferreira Vianna Cotrim, que integrou a Comissão de Orçamento e Finanças da corte e recebeu R\$ 631,6 mil de créditos antecipadamente, por férias e licença prêmio acumuladas.

Ao balçar a portaria 01/2012, em 5 de janeiro, o presidente do TJ, desembargador Ivan Sartori, alegou "necessidade de se apurar se os pagamentos dessas indenizações observaram os princípios constitucionais da isonomia e da impessoalidade".

"Diante da adoção, por essa presidência, do piso de R\$ 100 mil referente ao valor do eventual adiantamento para, apenas a partir dele serem instaurados os procedimentos apuratórios, o signatário não contém a sua estranheza", protesta Vianna Cotrim, em sua defesa preliminar.

O desembargador é contundente. "Se a preocupação dessa douta presidência é prestigiar os princípios da isonomia, da moralidade e da impessoalidade, por qual motivo tão só infringiriam esses princípios as antecipações superiores a determinada quantia, sendo portanto isonômicos e impessoais os adiantamentos que não chegassem aos R\$ 100 mil?"

Catégorico, Vianna Cotrim afirma que "é credor de verbas estatais que lhes são devidas". Em sua defesa, ele diz que não se oporá à compensação das antecipações que recebeu, "conquanto observado que referidos descontos se estendam a todos quantos, independentemente das cifras recebidas, hajam sido destinatários finais dos mencionados adiantamentos".

Legalidade. Um ponto em comum marca a defesa dos magistrados cujos pagamentos estão sob inspeção: eles consideram inquestionável a legalidade dos pagamentos de que foram merecedores. "Tais desembolsos antecipados jamais tiveram normatização escrita", afirma Alceu Penteado Navarro, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que dirigiu a Comissão de Orçamento do TJ e recebeu R\$ 640,3 mil.

Navarro pondera que "jamais postulou, escrita ou verbalmente, as antecipações que recebeu". "Esses adiantamentos decorreram de ordens explícitas da presidência, ainda que o critério determinante não tivesse sido sugerido ou instituído pelo signatário, ou por qualquer membro da Comissão de Orçamento, voltando-se principalmente a satisfazer necessidades

inadiáveis e urgentes do beneficiado, inclusive de natureza médica, física e psíquica, do magistrado então favorecido, ou de seus familiares próximos."

Tribunal exclui cinco magistrados de inspeção

● O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, informou que "diante de comprovada justificativa" determinou a exclusão liminar de cinco magistrados do procedimento de apuração sobre pagamentos antecipados: os desembargadores Alfredo Fanucchi Neto (já falecido), Jarbas João Coimbra Mazzoni e Luiz Carlos Ribeiro dos Santos e os juízes Alexandre Augusto Pinto Moreira Marcondes e Arthur Alegretti Joly.

Em nota, ao citar reportagem do Estado sobre pagamentos superiores a R\$ 100 mil concedidos a 41 magistrados, Sartori alerta sobre "juízes e desembargadores cuja situação concreta nem sequer foi avaliada pelo Órgão Especial, dentre os quais magistrados que comprovadamente padeceram de gravíssimas enfermidades e necessitaram de verbas que lhes eram devidas para intervenções cirúrgicas e tratamento médico, um deles já falecido".

Sartori destaca que a presidência, "sem abdicar do rigor na apuração das circunstâncias em que foram feitas antecipações extraordinárias de créditos devidos a magistrados, sempre buscou preservar o direito constitucional à intimidade, a fim de se evitar a exposição dos interessados a julgamentos precipitados e o conseqüente dano à sua imagem".

MARCO ANTONIO VILLA

30 ABR 2012

Meu Brasil brasileiro

Cassado em 1992, o ex-presidente Collor é membro de uma CPI para apurar... corrupção!

O Brasil é um país, no mínimo, estranho. Em 1992, depois de grande mobilização nacional e de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) acompanhada diariamente pela população, o então presidente Fernando Collor de Mello teve o seu mandato cassado. Foi o primeiro presidente da República que teve aprovado um processo de impeachment no País. De acordo com os congressistas, o presidente foi deposto por ter cometido crimes de responsabilidade. Collor foi acusado de ter articulado com o seu antigo tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, um grande esquema de corrupção que teria arrecado mais de US\$ 1 bilhão. Acabou absolvido pelo Supremo Tribunal Federal por falta de provas. Passados 20 anos, o mesmo Fernando Collor, agora como senador por Alagoas, foi indicado por seu partido, o PTB, para compor a CPMI que se propõe a investigar as ações de Carlinhos Cachoeira. Deixou a posição de caça e passou a ser um dos caçadores.

Quem mudou: Collor ou o Brasil? Provavelmente nenhum dos dois. Algo está profundamente errado quando um país não consegue, depois de duas décadas, enfrentara corrupção. Hoje, diferentemente de 1992, as denúncias de corrupção são muito mais graves. Estão nas entranhas do Estado, em todos os níveis, e em todos os Poderes. Não se trata - o que já era grave - simplesmente de um esquema de corrupção organizado por um grupo marginal do poder, recém-chegado ao primeiro plano da política nacional.

Ao longo dos anos a corrupção foi sendo aperfeiçoada. Até adquiriu status de algo natural, quase que indispensável para governar. Como cabe tudo na definição de presidencialismo de coalizão, não deve causar admiração considerar que a corrupção é indispensável para a governabilidade, garante estabilidade, permite até que o País possa crescer - poderia dizer algum analista de ocasião, da turma das Polianas que infestam o Brasil.

Parodiando Karl Marx, corruptos de todo o Brasil, uni-vos! Essa poderia ser a consigna de algum partido já existente ou a ser fundado. Afinal, a nossa democracia está em crise, mas não é por falta de partidos. É uma constatação óbvia de que o Brasil não tem memória. O jornalista Ivan Lessa escreveu que a cada 15 anos o Brasil esquecia o que tinha acontecido nos últimos 15. Lessa é um otimista incorrigível. O esquecimento é muito - mas muito - mais rápido. É a cada 15 dias. Caso contrário não seria possível imaginar que Fernando Collor estivesse no Senado, presidisse comissões e até indicasse diretores de empresas estatais, como no caso da BR Distribuidora. É mais: que fosse indicado como membro permanente de uma CPMI que visa a apurar atos de corrupção. Indo por esse caminho, não vai causar nenhuma estranheza se o Congresso Nacional revogar o impeachment de 1992 e até fizer uma sessão de desagravo ao ex-presidente. Como estamos no Brasil, é bom não duvidar dessa possibilidade.

Em 1992 muitos imaginavam que o Brasil poderia ser passado a limpo. Ocorreram inúmeros atos públicos, passeatas; manifestos foram redigidos exigindo ética na política. Até surgiu uma "geração de caras-pintadas". Parecia - só parecia - que, após a promulgação da Constituição de 1988 e a primeira eleição direta presidencial - depois de 29 anos -, a triade estava completa com a queda do presidente acusado de sérios desvios antirrepublicanos. O novo Brasil estaria nascendo e a corrupção, vista como intrínseca à política brasileira, seria considerada algo do passado.

Não é necessário fazer nenhum balanço exaustivo para constatar o óbvio. A derrota - de goleada - dos valores éticos e morais republicanos foi acachapante. Nos últimos 20 anos tivemos inúmeras CPIs. Ficamos indignados ouvindo depoimentos em Brasília com confissões públicas de corrupção. Um publicitário, Duda Mendonça, chegou mesmo a confessar - sem que lhe tivesse sido perguntado - na CPMI do Mensalão que havia recebido numa conta no exterior o pagamento pelos serviços prestados à campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. A bombástica revelação foi recebida por alguns até com naturalidade. O que configurava um crime de responsabilidade, de acordo com a Constituição, além de outros delitos, não gerou, por consequência, nenhum efeito. E, vale recordar, com a concordância bovina - para lembrar Nelson Rodrigues - da oposição.

A aceitação de que política é assim mesmo foi levando à desmoralização da democracia e de seus fundamentos. Hoje vivemos um simulacro de democracia. Ninguém quer falar que o rei está nu. Democracia virou simplesmente sinônimo de realização de eleições, despolitizadas, desinteressadas e com um considerável índice de abstenção (mesmo com o voto obrigatório). Aqui, até as eleições acabaram possibilitando expandir a corrupção.

Na política tradicional, a bandeira da ética é empunhada de forma oportunista, de um grupo contra o outro. Na próxima CPI os papéis podem estar invertidos, sem nenhum problema. É um querendo "pegar" o outro. E muitas vezes o feitiço pode virar contra o feiticheiro.

CONTINUA

30 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

E as condenações? Quem está cumprindo pena? Quem teve os bens, obtidos ilegalmente, confiscados? Nada. O que vale é o espetáculo, e não o resultado.

O Brasil conseguiu um verdadeiro milagre: descolou a política da economia. O País continua caminhando, com velocidade reduzida, por causa da má gestão política. Mas vai avançando. E por iniciativa dos simples cidadãos que desenvolvem seus negócios e constroem dignamente sua vida. Depois, muito depois, vão chegar o Estado e sua burocracia. Aparentemente para ajudar, mas, como de hábito, para tirar "alguma casquinha", para dizer o mínimo. E a vida segue.

Não vai causar admiração se, em 2012, Demóstenes Torres for indicado pelo seu partido para fazer parte de uma CPI para apurar denúncias de corrupção. É o meu Brasil brasileiro, terra de samba e pandeiro.

HISTORIADOR, É PROFESSOR
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SÃO CARLOS (UFSCAR)

30 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Jovens já podem ter visita íntima na Fundação Casa

Benefício foi liberado no dia 18, mas instituição paulista não achou ninguém que atenda aos requisitos legais. E também falta estrutura

Desde o dia 18, está liberada a visita íntima para adolescentes apreendidos em instituições como a Fundação Casa (antiga Febem), em São Paulo. A Lei 12.594 concede esse benefício aos jovens entre 14 e 18 anos que estão sob a responsabilidade do Estado. Mas até agora a instituição não encontrou ninguém que pudesse ser beneficiado pela medida.

Para ter direito à visita íntima, o adolescente deve comprovar que é casado ou que vivia em união estável até o momento em que foi flagrado cometendo algum delito. No caso da união, deverá registrá-la judicialmente ou em cartório.

Em São Paulo, a Fundação Casa está terminando de analisar a situação de 8.200 internos e, até o momento, não encontrou quem tenha direito à visita. Mas a situação pode mudar. "Não terminamos a pesquisa, mas a partir de agora devem começar a surgir casos de união estável, por causa da lei", afirma a presidente da instituição, Berenice Maria Glanella.

Ela vê o benefício de maneira positiva. "É um direito à convivência familiar. A visita íntima está nesse contexto", diz. "A lei foi restritiva. Não é todo mundo recebendo todo mundo. (A Fundação Casa) Não vai virar um motel a céu aberto." Segundo a presidente, alguns adolescentes têm a família desestruturada e o companheiro ou companheira são os únicos pontos de referência. "As vezes, é a única pessoa com quem se tem um contato afetivo."

Segundo ela, a visita íntima não será concedida a qualquer interno porque existe a possibilidade de o companheiro ou companheira ser uma má influência no processo de recuperação. Em alguns casos, estão envolvidos com o crime.

Críticos também apontam a possibilidade de conflitos entre aqueles que são beneficiados e os que têm o pedido de visita íntima negado. "É possível que surja inveja, mas a equipe tem de estar preparada. No fundo, tudo pode causar um problema", afirma Berenice, citando, por exemplo, a insatisfação entre aqueles que hoje, por algum motivo, não têm acesso às aulas de música.

As unidades atualmente não têm estrutura adequada para que o interno receba a visita de companheiros. Por isso, salas serão adaptadas para essa finalidade. Antes das visitas, porém, os pais serão informados e participarão de palestras, assim como os internos.

Também serão intensificadas as orientações sobre sexo seguro e saúde em geral.

Berenice diz que não há o medo de que ocorra um "baby boom" nas unidades. "Isso pode haver aqui dentro ou lá fora. O que temos de fazer é reforçar as informações sobre os riscos de uma gravidez indesejada."

Revolta. O advogado Ari Friedenbach, que teve a filha Liana, de 16 anos, assassinada em 2003 por Roberto Aparecido Alves Cardoso, o Champinha, então com 16 anos, crítica a nova lei.

Ele a considera uma "concessão absurda" e um "lazer descabido" para os internos. "Estão tratando os adolescentes como adultos na visita íntima e não quando cometem um crime grave. Se é assim, deveriam cumprir pena como maiores também."

Para ele, a medida não traz pontos positivos para as questões afetivas. "Seria muito mais eficaz se nossas instituições fizessem um trabalho efetivo com as famílias dos internos, objetivando a melhora dessas relações, em vez de patrocinar a gravidez entre jovens adolescentes", afirmou, em artigo.

• O que diz a legislação

Lei Federal 12.594

ARTIGO 6º

"É assegurado ao adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável o direito à visita íntima"

• Dados unificados

A mesma lei instituiu o chamado Sipla-Sinase, um banco de dados online com informações sobre a situação legal dos adolescentes infratores em todos os Estados brasileiros.

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

30 ABR 2012

Você é favorável à visita íntima para adolescentes?

ANTONIO CARLOS MALHEIROS

Sim

Em primeiro lugar, a visita íntima é uma indicação de afeto e amor aos adolescentes. Quando se fala nela, se lembra apenas e tão somente de sexo. Isso pode ser muito pouco para nossos adolescentes. Pode ser importante, mas não é o mais importante. Serão necessárias palestras de psicólogos, assistentes sociais e médicos, além de educadores, falando sobre relacionamentos, amor, afeto e, obviamente, também de sexo. Esses encontros podem ser totalmente proveitosos. Vão trazer para os meninos e meninas internados uma carga de doçura que eles não experimentam em regime de internação, ainda que aqui em São Paulo a Fundação Casa esteja caminhando muito bem. Mesmo assim, isso é algo que vem para integrar, para o bom desenvolvimento dos adolescentes. Agora, cuidados devem ser tomados. Os encontros devem ser com adolescentes maiores de 14 anos. Sem permitir, evidentemente, promiscuidade. Nunca a cada semana uma menina ou menino diferente. Muitos já têm um relacionamento firme, por que não permanecer assim em prol da recuperação desse adolescente?

DESEMBARGADOR E COORDENADOR DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO TRIBUNAL DE SÃO PAULO

THALES CEZAR DE OLIVEIRA

Não

Sou contrário por várias razões. Por óbvio, as visitas não podem ser monitoradas e não se sabe o que acontece dentro do quarto. A visitante pode levar algo para o rapaz, por exemplo. Você pode ter alguma gravidez de risco, não há uma forma de controle. O adolescente fica em média seis meses dentro da Fundação. Acredito que ele pode ficar esse período sem atividade sexual. Ele tem de entender que está privado de sua liberdade, de seus direitos, por infração penal. Daqui a pouco, vou ter de franquear também a entrada da mãe e do pai todos os dias. No processo de reeducação, a privação de alguns direitos é importante para que dê valor ao que perdeu. É como um castigo para o filho, quando se deixa sem jogar videogame, por exemplo. Faz parte do processo pedagógico, para que ele faça um juízo de "desvalor" da conduta dele, que coloque na balança o que ganhou ou perdeu. Além disso, como se comprovará o concubinato? Ou não se autoriza ninguém, por falta de formas para comprovar, ou se cria uma flexibilização tão grande que vão entrar meninas ou meninos que não tenham nenhuma relação de estabilidade com o interno.

PROMOTOR DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

30 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça condena noivo que cancelou casamento

Um noivo que cancelou o casamento três dias antes da cerimônia perdeu recurso em segunda instância e deverá pagar indenização de R\$ 26.750 por danos materiais e de R\$ 10 mil por danos morais à ex-noiva. Ele já tinha sido condenado na 4.ª Vara Cível de Ribeirão Preto anteriormente.

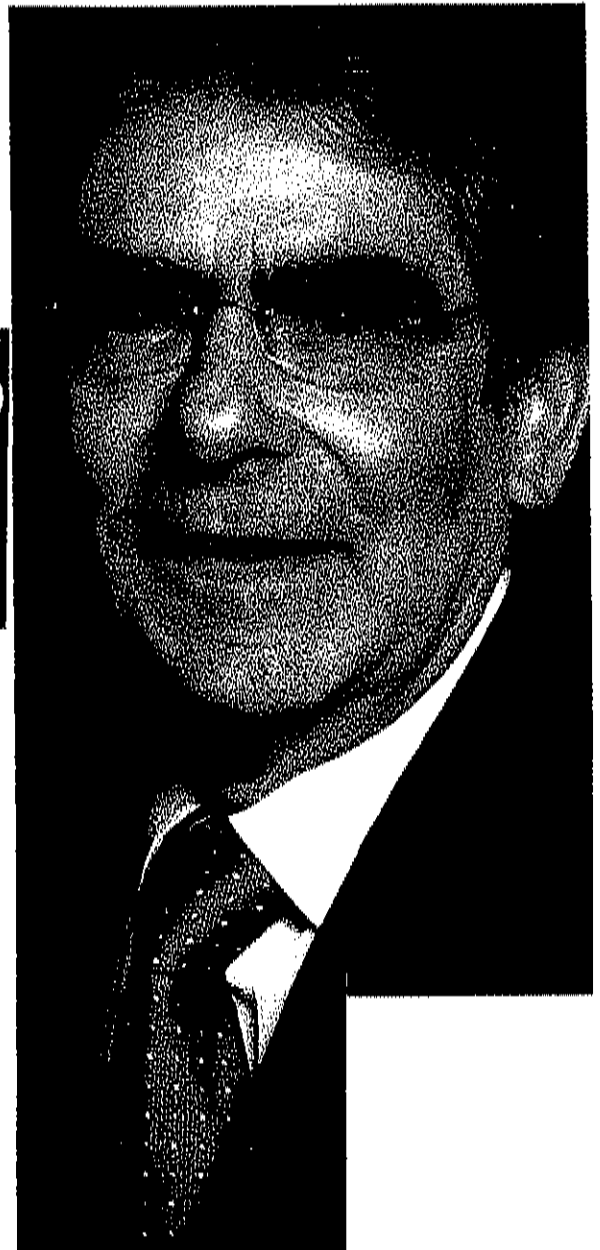
O homem morava com a ex-noiva, com quem tem dois filhos, havia nove anos.

28 ABR 2012

CARTA CAPITAL

**“Não
podemos
ceder à
pressão”**

Ayres Britto, novo presidente do Supremo, defende um julgamento técnico do mensalão. “Senão é linchamento”



28 ABR 2012

CARTA CAPITAL

Um poeta na alta corte

PROTAGONISTA | Apesar de sensível às ruas, Ayres Britto, novo presidente do STF, não pretende ceder à “cólera coletiva”

POR CYNARA MENEZES

QUANDO ENTRAMOS no amplo gabinete no prédio principal que agora ocupa como presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Carlos Ayres Britto aproxima-se de um dos janelões para comentar sobre a vista. “Eu gosto muito, porque embora seja bonito, é simples, não tem luxo”, diz e aponta para a Praça dos Três Poderes desenhada por Oscar Niemeyer. Na praça, um grupo reconhece o ministro à janela e acena. Ayres Britto retribui, e acha graça.

Aos 69 anos, o sergipano de Propriá é seguramente o mais popular ministro dos solenes tribunais superiores, abrigo de vetustos magistrados que, geralmente, têm irticária ao contato com o cidadão comum. A princípio visto com reservas, classificado como mais um jurista “afinado” ao ex-presidente Lula, que o indicou ao cargo em 2003, Ayres Britto revelou-se ao longo dos anos um grande frasista e um progressista de argumentos bem fundamentados. Destacou-se como relator de causas polêmicas, como a que liberou a pesquisa com células-tronco embrionárias no País, em 2008. No ano passado, virou ídolo dos gays com seu voto em favor da união civil homossexual.

Com a frase “o grau de civilidade de uma sociedade se mede pelo grau de liberdade da mulher”, dita há duas semanas durante a decisão sobre o aborto de anencéfalos, ganhou as feministas e “bombou”, para usar um termo da moda, nas redes sociais. Tanta notoriedade começou a atrair detratores. No dia em que o encontramos em seu gabinete, na terça-feira 24, estava extrovertido como sempre, mas deixava transparecer certo incômodo com o artigo de um historiador que o chamara de “provinciano” e fizera chacota de seu estilo descontraído.

Talvez um dos poucos juizes do Supremo a ter semelhante aproximação com cidadãos comuns, fora das muralhas do Direito, tenha sido Sepúlveda Pertence (1989-2007), mas a comparação deixa os admiradores do mineiro de cabelos em pé. Nos bastidores do serpentário jurídico da capital, Ayres Britto é mais admirado pelas posições políticas e habilidade com a língua do que por ser um profundo constitucionalista.

“Não quero ser popular em termos de cortejar a opinião pública, ser vassalo da imprensa. Nem populista”

De olho na rua. Ayres Britto não descuidou da “vida vivida”

Ministro, outro dia vi uma crítica sobre os riscos de o senhor tornar-se populista em vez de popular. Como se equilibrar entre esses dois conceitos? Não quero ser popular, muito menos populista. O populista joga para a plateia, é um ator, só tem compromisso com a própria imagem, quer sair bem na fita. Abomino isso, acho anticientífico e antitético. Também não quero ser popular em termos de cortejar a opinião pública, ser vassalo da imprensa. O que entendo é que quando você se interessa pela vida vivida, aguçá a sensibilidade na busca da Justiça. Se você não buscar inspiração na vida vivida para saber dos anseios mais legítimos das pessoas, sua sensibilidade fica opaca. Não abre os poros da inteligência racional para ver mais claramente, com mais profundidade, largueza. A realidade tira a viseira dos olhos. Isso eu chamo de humanismo.

Até o senhor aparecer, um juiz do Supremo era para nós um supremo juiz, inalcançável...

Esse é um tema que se tornou muito complicado, pessoalmente tenho recebido algumas bordoadas, passo a ser identificado como um juiz que ouve a voz das ruas. Cada qual é como é. Sou um estudioso do Direito, nunca deixo de votar equacionando a causa juridicamente a partir da Constituição. Posso pecar até por excesso, votos alongados, mas todos são rigorosamente fundamentados. Estou convencido de que essa postura humanista não briga com a ciência do Direito. Antigamente se trabalhava muito no Direito sem geminação de conceito. Hoje minha área é outra, é de buscar conceitos geminados. Antigamente se dizia: a liberdade de imprensa não é incompatível com a democracia. Não é mais assim, é; não há democracia sem liberdade de imprensa. Antes era: a ciência do Direito não é incompatível com o humanismo. Hoje é: não há ciência do Direito sem humanismo.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

A aprovação da união civil gay foi seu melhor momento na Corte?

Um dos melhores. Logo depois da decisão, foram muitas as demonstrações que recebi. Uma noite, estava tomando cafézinho numa livraria quando um senhor de uns 75 anos me disse: "Sou médico, assisti o julgamento e venho lhe dar um abraço de agradecimento, porque tenho um filho de 40 e poucos anos que é médico e gay. Estávamos assistindo e rezando para a aprovação. Ele ficou tão feliz, a família toda ficou". Isso é conciliar o Direito com a vida.

Tanto a decisão sobre os gays quanto o aborto de anencéfalos aconteceram apesar da pressão religiosa. O senhor pessoalmente crê em Deus?

Creio. Sou deísta, criacionista. Acredito numa instância criadora de tudo. Mas o Supremo tem de ser laico, porque é órgão do Estado e o Estado é laico. Não faz sentido dizer que o Estado é laico e o Supremo não. É uma contradição nos termos. Todos temos uma dimensão individual e uma dimensão universal. Nosso ego é forte e soterramos o lado universal, infinito, eterno. O julgador tem que, de alguma forma, conciliar as coisas. Não pode deixar de ser individual, mas tem de abrir o espaço para o universal aflorar. Quando aflora, produz esse tipo de decisão, laica. Individualmente você pode ser católico, muçulmano, tem o direito de ser confessional. Mas naquele momento tem de se desvencilhar da sua particularizada religião e produzir uma decisão laica porque a Constituição é laica.

O pai do ministro, João Fernandes de Brito, sua maior influência intelectual, era juiz de carreira e toda a infância de Ayres Brito se passou no interior de Sergipe, em várias cidades, até a família de 11 filhos se fixar em Propriá, a 102 quilômetros da capital. Até os 16 anos, o menino Carlinhos não pensava em envergar toga e sim chuteiras de jogador de futebol profissional. O "doutor Brito" se opôs às ambições ludo-pédicas do filho e o convenceu a jogar futebol de salão e seguir a carreira de advogado. Ayres Brito é, a propósito, vascaíno.

Por pouco também a política não roubaria para si o destino do futuro ministro do Supremo: em 1985, lançou sua candidatura a prefeito de Aracaju pelo PDT, impugnada por problemas na formação do diretório

"Sempre fui alegre, otimista, de bem com a vida. Nunca tive fígado azedo"

Troca. Brito assume um STF em conflito, muito por causa da gestão de Peluso

municipal. Em 1990, sairia candidato a deputado federal pelo PT. Recebeu 22,9 mil votos, número expressivo, mas insuficiente para elegê-lo. Ainda tentaria se candidatar mais uma vez, ao Senado, em 2002, mas perdeu a convenção do partido. E deu adeus à política, felizmente para a Justiça.

No meio de uma conversa com Ayres Brito, pode surgir de repente um poema ou o papo fluir para a física quântica, que ele afirma aplicar aos dispositivos jurídicos e que tornam sua prosa peculiar e envolvente. Pouco típica de um juiz do Supremo, é verdade, mas se não fosse assim não seria ele mesmo, como gosta de salientar. O ministro interrompe a entrevista para ir ao prédio ao lado tomar posse como presidente do Conselho Nacional de Justiça, onde, como sempre, ponteia o discurso com frases saborosas, para deleite da plateia de jovens advogados.

Quer dizer que ser advogado não foi um desejo de infância?

Não, o grande xodó da minha vida foi o futebol. Eu queria ser jogador profissional. Tinha muita habilidade para jogar, sou ambidestro, tenho facilidade para jogar com as duas pernas. E fora do futebol, das quatro linhas do gramado, me lembro lendo donadamente. Era um leitor, como se dizia antigamente, um viciado em leitura. Minhas lembranças de infância são do campo de futebol para os livros.

Chegou a fazer teste em algum time?

Eu jogava nas divisões de base de um time profissional, o América, que até foi campeão do estado. Mas meu pai me desestimulou, não tinha uma boa imagem do jogador de futebol. Dizia: "Você dá é para ler, é um estudioso, um intelectual, não tem nada que cuidar de futebol". Aos 12 anos, me introduzi na filosofia com Schopenhauer, Dores do Mundo. E nunca mais deixei de ler filosofia, literatura em geral e poesia em particular.

Como ler filosofia tão cedo não arruinou seu temperamento?

Sempre fui alegre, otimista, de bem com a vida. Nunca tive fígado azedo.

Seu pai era um liberal, um progressista?

Não. Meu pai era o clássico juiz de carreira. Uma pessoa contida. Um homem simples, bom, honestíssimo, estudiosíssimo, preparado, escrevia bem. Tinha respeito pelo vernáculo. Minha mãe gostava de dançar, cantar, tocava piano, violão. Meu pai fazia poesia, mas não cantava nada, niente. Era um juiz clássico, voltado para os autos, meio recluso.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

O senhor de certa forma é o oposto dele como juiz, não fala só nos autos...

Abro as janelas do Direito para o mundo circundante. Não para fugir do fundamento técnico, científico. Mas meu olhar sobre o dispositivo jurídico é influenciado pela vida vivida. O Direito é vida pensada pelo legislador, mas a decisão tem de ser vida vivida. Sou julgador, quero saber como vive aquele que vou julgar. Sou convencido pelos físicos quânticos. Em 1905, Einstein, que era físico quântico, cunhou uma expressão que ficou famosa: efeito do observador. Ele dizia que as partículas em que o átomo se decompõe, não só uma partícula influencia a outra, como também o observador desencadeia reação no objeto observado. Entendo que essa teoria quântica serve como teoria jurídica.

Como o senhor seria se tivesse virado político?

Republicano, como seria um juiz republicano. Mas desisti para todo o sempre. Acho a atividade política a mais importante das atividades humanas, mas não quis mais porque percebi que minha vocação mesmo era para a literatura, a filosofia, o Direito. Sentia vontade de servir à coletividade, mas vi que tinha outras vias de me realizar civicamente.

Mal tomou posse como presidente do Supremo, na quinta-feira 19, e Ayres Britto se viu envolto em polêmica. Ou melhor, num típico barraco. Seu antecessor, Cezar Peluso, deixou o cargo furibundo. Disparou contra vários alvos. Um dos principais foi um colega do tribunal, Joaquim Barbosa. Em entrevista, Peluso disse que os alegados problemas na coluna de Barbosa não existem, chamou-o de "inseguro" e, como se não bastasse, apelou para a questão racial. "Ele tem receio de ser qualificado como alguém que foi para o Supremo não pelos méritos, que ele tem, mas pela cor."

Barbosa contra-atacou em outra entrevista, que concedeu por e-mail para evitar se exaltar ainda mais. Chamou o colega de "brega", "caipira", "imperial" e "tirânico", entre outros qualificativos nada elogiosos. Para piorar, ainda acusou o ex-presidente do STF de manipular resultados. "Não hesitava em violar as normas quando se tratava de impor à força sua vontade."

Ayres Britto negou tanto o racismo na instituição quanto a manipulação de julgamentos, mas é fato que o Supremo não é conhecido exatamente por ser um grupo unido. O que se diz é justamente o contrário: os 11 ministros se encontram apenas em um lugar além do plenário, no cafezinho contíguo à sala.

São as vaidades que fazem com que os ministros às vezes briguem entre si?

Todos nós temos uma dimensão particular, individual, egoíca, vaidosa. A vaidade não é um mal se ela se contém nos limites da necessidade de preservação de sua identidade. Se a vaidade vai até esse ponto, é boa. Mas se descamba para o narcisismo é ruim, é um fator de desagregação.

Como o senhor acompanhou as discussões entre os ministros Peluso e Barbosa?

Os dissensos, as rusgas, os desentendimentos pessoais são inevitáveis em qualquer espaço da convivência humana. Ninguém vive, todo mundo convive. E conviver é atritar-se. A possibilidade de atrito, fricção, é inerente à condição humana. Só é preocupante o dissenso entre julgadores quando leva de roldão a instituição, quando afeta a isenção, a tecnicidade, a segurança do julgamento.

Houve ali uma acusação de que Peluso manipularia resultados.

Sim, e me cabia dar a resposta pela instituição. A lógica interna do processo judicante, colegiado, pré-exclui a manipulação. É impossível manipular, alterar o conteúdo da decisão. Quem tentar manipular encontra reação imediata.

Não é ruim para a imagem do Supremo como instituição que ministros batam boca?

Não é desejável esse tipo de desentendimento, mas ninguém pode ser crucificado por se desentender no plano pessoal.

A acusação de racismo procede?

Isso está fora de cogitação. Não procede de maneira alguma, não tem sentido. Até porque um guardião da Constituição racista é um traidor da sua função. A Constituição abomina o racismo, repudia e manda criminalizar o racismo. Como é que nós, aplicadores da Constituição, podemos ser racistas?

**Sobre o mensalão:
"Não podemos surfar na onda da pressão social. Julgamento não é linchamento"**

Pé direito. *No primeiro caso à frente do STF, 10 a 0 a favor das cotas raciais nas universidades*

CONTINUA

O mandato de Ayres Britto à frente do Supremo é curto: durará apenas sete meses. Em novembro, quando completa 70 anos, será atingido pela aposentaria compulsória. Seu substituto na presidência do tribunal será justamente Joaquim Barbosa. Mas, antes disso, o ministro ambiciona colocar no calendário da Corte o julgamento do chamado "mensalão", que quer ver na pauta do tribunal em julho, antes das eleições municipais de outubro.

Seu colega de corte Marco Aurélio Mello já se pronunciou "terminantemente contra" a convocação do tribunal durante o recesso de julho para o julgamento do caso, que espera por um desfecho jurídico há cinco anos. Segundo Ayres Britto, acelerar o processo não impedirá que o julgamento seja eminentemente técnico, sem influência política ou da chamada opinião pública.

O julgamento do chamado "mensalão" é o maior da história do STF?

Desde que estou aqui é o mais incomum, o mais insólito. É o que mais chama a atenção por características dele mesmo, não por avaliação política de minha parte. Tem 38 réus, a acorretar 38 sustentações orais, 600 testemunhas, um mundo de provas documentais, laudos técnicos, mais de 300 volumes, mais de 300 apensos. É gigantesco e vai demandar de nossa parte um script também diferenciado, é evidente. Entretanto, do ponto de vista de todos nós, magistrados, é um processo como outro qualquer, é igual aos outros. Temos o dever de julgar os réus com isenção, a partir da prova dos autos, com fundamentação técnica da nossa decisão. Se não for assim, vai haver prejulgamento, seja no sentido da absolvição, seja no da condenação.

Há quem diga que pela opinião pública os réus já foram condenados.

Pois é. É nesses instantes nos quais a opinião pública julga antes que os ministros o façam que a serenidade, a impessoalidade, a neutralidade têm de funcionar. Juízes e partes processuais são como óleo e água, não se misturam. É um dever ser imparcial.

É difícil não ceder à pressão popular?

Os juízes do Supremo se colocam diante da pressão popular com toda sobranceira, eles tiram de letra. Já são curtidos, vacinados contra isso, pela idade, pela experiência, pelo dever de ofício. Vai ser um julgamento técnico, justo, fundamentado, sem nenhum ingrediente político. Senão, é justicamento, é linchamento. Não podemos surfar nessa onda da cólera coletiva, da pressão social. Quanto ao timing, é de toda conveniência que seja julgado por brevidade, porque a razoável duração do processo é uma

norma constitucional. Se pudermos terminar antes do processo eleitoral, melhor, porque o processo eleitoral é o climax da democracia representativa. Como três juízes daqui são titulares do Tribunal Superior Eleitoral e outros três, suplentes, e como a Justiça Eleitoral funciona quase full time, evidente que ficarão divididos, esfalfados. Sem falar do risco da prescrição. Tudo isso recomenda o julgamento com brevidade sem prejuízo da segurança jurídica.

Mas existem ministros a se manifestar contra essa celeridade.

É ponderável. Eles pensam que não há que se conferir prioridade ao processo eleitoral nem ao julgamento do chamado "mensalão" em relação a outros processos penais. Mas é uma prioridade porque, segundo o Ministério Público, vem envolto numa ambiência de corrupção ativa e passiva, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro com, em parte, dinheiro público. Combater a corrupção administrativa é uma prioridade constitucional.

Depois de pendurar a toga, Ayres Britto pretende se dedicar, diz, apenas à vida acadêmica, à leitura e aos poemas. Antes de ser juiz, considera-se, sobretudo, um poeta. Não se habilita a escrever memórias por não gostar de olhar para trás. "Tenho 69 e ainda muita infância pela frente", brinca. E fala a sério.

O que o senhor aconselharia a um jovem juiz para que tenha uma formação humanista como a sua?

A abertura para a arte. Muito teatro, cinema, música, poesia, canto, dança... Que ele entenda que só a arte salva o mundo das garras da mesmice. A arte é sinônimo de estética, e os gregos colocavam a estética ao lado, com a mesma importância, da justiça, da bondade e da verdade. A arte é o caminho para o humanismo, que é o lado direito do cérebro, não por acaso chamado de lado feminino. Tampouco é à toa que a palavra Direito seja masculina e a palavra justiça seja feminina. Sentença vem do verbo sentir. Como você pode sentir estando trancado ali, encastelado ali?

Se fosse citar um poeta para terminar este papo, quem seria?

Citaria Fernando Pessoa, que sempre nos convidava para arrumar as malas rumo ao infinito.

CARTA CAPITAL

Vox Populi Marcos Coimbra 28 ABR 2012

O julgamento do mensalão

QUANDO OS HISTORIADORES do futuro fizerem o balanço da época em que vivemos, é bem provável que sobressaiam coisas às quais hoje não damos nenhuma importância.

É quase impossível dizer quais serão. Alguém perceberia, em 1960, nos trabalhos de um obscuro engenheiro da Rand Corporation, a semente da internet?

O que, do presente, entrará para a história? De tudo que achamos importante hoje, o que, no futuro, permanecerá significativo?

Ninguém sabe.

Mas há um consolo: é fácil perceber o que se provará irrelevante. Em tudo – na vida social, nas artes, na ciência, na tecnologia – não é complicado enxergar o desimportante.

Também na política. E se há um candidato ao troféu de maior não evento deste período de nossa vida política, seu nome é “o julgamento do mensalão”.

Quem lê a dita grande mídia brasileira tem a impressão oposta. Fica com a sensação de que se trata de uma coisa fundamental. Que é a mais transcendental de todas as que temos em nossa agenda.

Isso só se acentuou depois que a CPI do Cachoeira se tornou inevitável. A partir daí, os principais veículos de nossa indústria de comunicação, seus editorialistas, colunistas e comentaristas, decretaram que o “julgamento do mensalão” seria a prioridade.

Exigem que seja logo, que conclua pela culpa dos acusados e reclamam punições exemplares. Têm consciência de que, juridicamente, o caso é frágil, mas não se importam: afirmam que a “opinião pública” clama por uma “resposta firme”. E que o STF tem a obrigação de atendê-la. E que o ministro que titubear na condenação é fraco – para dizer o mínimo.

O que querem do julgamento?

Simples – e errado – seria dizer justiça. Na democracia, essa só aparece ao final, depois que o rito judiciário é integralmente cumprido. Nunca antes.

Admitamos, por hipótese, que o STF resolva pela absolvição de todos ou alguns dos acusados – o que, pelas provas coletadas contra eles, não seria surpresa. Estará nossa mídia disposta a aceitar o julgamento como justo?

Ou, como já condenaram todos por antecipação, a decisão será questionada e ridicularizada?

É possível que ela se sinta “representante” e “guardiã do povo”, em seu nome exigindo justiça. O problema é que nada sustenta a tese. A sociedade não dá qualquer mostra de que deseja que ela exerça tal papel.

O “julgamento do mensalão” não quer dizer nada para a vastíssima maioria do País. Ela nem sequer sabe que está por acontecer.

É claro que existe uma militância oposicionista na sociedade, que se agita e reivindica rigor no julgamento. Só que é pequena. Quando, por exemplo, tentaram encher as ruas de “indignados”, ficou claro que são poucos.



Seja qual for o resultado, ele não vai reescrever o passado ou modificar o futuro da política brasileira. Seu significado no longo prazo é limitado

Que vitória política terão os adversários do governo e do “lulopetismo” se os acusados forem condenados?

Isso alteraria a avaliação largamente favorável dos oito anos de Lula e dos quatro de Dilma, que começaram bem, aos olhos da população? Isso mudaria o favoritismo de ambos – pois Lula e Dilma lideraram com imensa vantagem as pesquisas – para vencer as eleições de 2014?

O “julgamento do mensalão” não vai reescrever o passado ou modificar o futuro da política brasileira.

A campanha para que aconteça já e para que redunde na condenação de todos os acusados nada tem a ver com a ideia de justiça. Não responde a anseios reais da vasta maioria da sociedade. Nada altera de concreto em nossa política.

É por isso que seu significado no longo prazo é tão limitado.

Mesmo que, nos próximos meses, tenhamos de ouvir falar do assunto até não poder mais ●

28 ABR 2012

CARTA CAPITAL

A pobreza tem cor

JUSTIÇA | O STF decide por unanimidade que o sistema de cotas é constitucional

APÓS A ACALORADA votação que legalizou o aborto em caso de anencefalia, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou outro caso polêmico e se posicionou unanimemente a favor das cotas raciais no Brasil. Por 10 votos a 0, a Corte julgou, na quinta 26, constitucional o sistema de cotas adotados pela Universidade de Brasília (UnB), que reserva 20% de suas vagas para alunos que se declaram negros ou pardos. A decisão contraria a ação, ajuizada pelo DEM em 2009, segundo a qual o sistema de cotas violaria preceitos fundamentais da Constituição de 1988, como a dignidade da pessoa humana, o preconceito de cor e a discriminação e que prejudicaria o combate ao racismo. A advogada do partido falou, durante a sessão, que os ministros decidiriam se queriam ou não um Brasil "racializado". Com a decisão, o tribunal considerou que as cotas não ferem a Constitui-



Relator. *As cotas devem durar até corrigir as distorções,* afirmou Lewandowski

ção e podem ser um antídoto para alcançar a igualdade racial. "A pobreza tem cor no Brasil. Negra, mestiça, amarela, mas tem cor", afirmou a ministra Rosa Weber. "A política de ação afirmativa deve durar o tempo necessário para corrigir as distorções", disse Ricardo Lewandowski, relator do processo. A decisão deverá servir de base para outras ações. ●

to de cor e a discriminação e que prejudicaria o combate ao racismo. A advogada do partido falou, durante a sessão, que os ministros decidiriam se queriam ou não um Brasil "racializado". Com a decisão, o tribunal considerou que as cotas não fe-

28 ABR 2012

DOTTI EXPLICA



Sobre aquela PEC da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa que altera a forma de escolha do comando do Judiciário, ela é inconstitucional e deverá ser arquivada. Foi o que avaliou o festejado jurista paranaense René Dotti e o disse nessa semana aos deputados no plenário da Casa. Ele foi convidado para se manifestar da tribuna sobre a PEC. Outro convidado antes dele, o jurista Romeu Baccelar Filho já havia apontado a inconstitucionalidade da emenda.

A PROPOSTA

Pela PEC, os 120 desembargadores poderiam disputar a eleição para o comando do Judiciário e não apenas os 25 mais antigos como é atualmente. Dotti mostrou por aí que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem orientação clara, através da Constituição Federal, que a eleição dos cargos diretivos dos Tribunais de Justiça dos Estados e da Justiça Federal deve ser feita respeitando a Lei Orgânica da Magistratura, de 1979, ainda em vigor e que adota o critério de antiguidade.

POIS É

Curioso nisso tudo é a iniciativa da Assembleia ter sido a pedido de pelo menos 90 dos 120 desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná, segundo afirmou o presidente do Legislativo, deputado Valdir Rossoni (PSDB). Esse povo todo, por dever de ofício, não teria que saber que a tal PEC seria inconstitucional e conhecer a própria Lei Orgânica? Quem vai pagar esse mico? Oficialmente a Assembleia.

IMPACTO PARANÁ

René Dotti fala aos deputados sobre a PEC

Dentro de política adotada por sua Comissão Executiva, a Assembleia Legislativa ouviu na terça-feira (24) o jurista, professor de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná e ex-secretário estadual de Cultura René Ariel Dotti, sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) apresentada pela própria comissão, ampliando o universo atual dos 25 membros do Órgão Especial na disputa pelos cinco cargos dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado. De acordo com o texto proposto, todos os 120 desembargadores poderiam participar do processo eletivo.

28 ABR 2012

IMPACTO PARANÁ

Mais varas

Foram instaladas as 3ª e 4ª Varas da Fazenda Pública na comarca de Londrina. A cerimônia de instalação foi comandada pelo vice-presidente do TJ do Paraná, desembargador Onésimo Mondonça de Anuniação. Ficarão responsáveis exclusivamente por julgamento de processos às execuções fiscais.

Semana de intensa movimentação no Tribunal de Justiça do Paraná, que realizou mutirão para julgar homicídios dolosos em nosso Estado. Uma meta que se cumpre até esta sexta-feira com esforço geral de todos, de juízes a funcionários no sentido de tirar de cima das mesas e das prateleiras casos que há alguns anos vinham se arrastando.

Parece mentira, mas tem certas coisas que não dá pra acreditar. É o caso, por exemplo, da ação penal 605 do STF, que viu sumir gravações reveladoras e substituídas por dois DVDs vazios, inexplicavelmente. O processo tramitava há cinco anos investigando um esquema do governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, em banditismo denunciado contra seu filho e o secretário Edson Giroto, que virou deputado federal. Se não encontrarem cópias das gravações comprometedoras o governador dorme tranquilo e a imagem do Poder Judiciário se mancha de vez.

Durante o governo FHC o então Procurador Geral da República, Geraldo Brindeiro, ficou conhecido como "engavetador de processos". Agora é o Procurador Roberto Gurgel que enfrenta este tipo de acusação por causa de mais de quatro mil ações penais que estavam paralisadas em seu gabinete, em Brasília. A maioria destas ações envolvendo políticos e seus problemas com a corrupção.

DA VÉIA - Polêmico por abrigar através de aluguel o Tribunal de Alçada e mais 4 Varas da Fazenda, além do Distribuidor, o prédio do Centro Comercial Essenfelder, na Rua Mauá, 920, esquina com Campos Sales, foi alvo nestes dias de uma ação de despejo. O protocolo de recebimento da notificação com o número 2012.00143019, ocorreu às 15h20min do último dia 17. Um escritório de advocacia de Brasília foi quem propôs a ação de despejo por falta de pagamento por parte do Poder Judiciário do Paraná. A empresa proprietária do imóvel, a Concorde, é de propriedade de Seme e Faissal Raad, também sócios da Importadora La Violetera. O contrato entre a Concorde e o Poder Judiciário vem desde 2002. Uma situação polêmica, pois o Poder Judiciário sofrer ação de despejo é um fato, no mínimo, bastante constrangedor para quem deve dar o exemplo.

A DELAÇÃO DO BIBINHO

Na última semana a notícia que levou Abib Miguel a um estágio de depressão a que qualquer um estaria sujeito diante das circunstâncias que cercam o processo em que foi envolvido.

Depositando esperanças em recurso que desembarcou no plano federal, dito como última instância, Bibinho, como ficou mais conhecido depois que explodiu o escândalo da Assembleia Legislativa, devidamente orquestrado e que preservou os maiores culpados, apostava através de seu advogado todas as fichas neste último recurso.

Sentindo que por aqui as apelações se faziam em vão, dado ao eco alcançado junto à sociedade pela massa de manobra em que a mesma se transformou, gerando a condenação ampla, total e irrestrita de um único culpado, buscaram-se recursos a nível federal.

Inicialmente as coisas caminharam bem, conforme aconteceu em apelações anteriores quando o mesmo saiu da prisão provisória em que se encontrava, leia-se Quartel da Polícia Militar, voltando para casa por algumas vezes até que, finalmente, o Ministério Público conseguiu na Justiça transferi-lo para o Centro de Triagem em Piraquara.

Os argumentos, embora fossem praticamente os mesmos de vezes anteriores, paulavam na alegação de que vinha prejudicando o andamento dos processos de investigação que desenvolviam, circulando como cidadão que se considerando livre vagava por restaurantes, recebia amigos e tinha um procedimento que consideravam normal demais para quem fora acusado e condenado pela sociedade como único responsável por um escândalo de uns R\$ 200 milhões de reais roubados dos cofres públicos.

Quero deixar bem claro que estou me atendo apenas a situação verdadeira criada em torno do personagem Bibinho, um preso que mesmo sem ter prestado depoimento está prestes a ser condenado por tudo que de mau aconteceu na Assembleia Legislativa nos últimos vinte anos, pelo menos.

Para sua defesa Abib Miguel conta com advogado constituído que certa-

mente continua buscando no âmbito jurídico os argumentos capazes de ainda conquistar sua liberdade também provisória antes que se consuma um julgamento que tem tudo para transformá-lo no único réu de um processo onde os interesses políticos, e quem sabe outros, se misturam.

Meu comentário nesta oportunidade objetiva, apenas, manifestar minha estranha percepção diante de uma situação que não consigo encajar como única e capaz de condenar alguém enquanto outros continuam desfrutando da mais ampla liberdade como se inocentes fossem por uma situação cujo poder mandante sempre foi de quem tem ou tinha mandato popular exercendo um cargo relevante da vida democrática, qual seja, a função de deputado estadual.

Por isso, a minha indagação diante deste quadro.

Abib Miguel, o Bibinho, é o único culpado que deve permanecer preso até que todas as investigações tenham sido concluídas?

Cidadão com mais de 70 anos, e naturalmente com um espaço de vida limitado a menos anos do que se poderia admitir como capaz de responder até o fim por tudo que lhe vem sendo imputado, poderá levar tal processo ao inevitável caminho da "gaveta do esquecimento", tão logo venha a ser dado como falecido, situação difícil, mas cuja realidade atual não deixa outra impressão para quem observar friamente o que vem ocorrendo.

Não foram poucas às vezes com que conversei com Abib Miguel, depois de preso nas primeiras oportunidades, ouvindo-o e sempre relutando em contar tudo que sabe, pois realmente sabe muitas e muitas coisas, testemunha viva de uma situação na qual se envolvem poderosos interesses.

Cheguei até a sugerir-lhe uma delação premiada, aliviando como tantos outros, e tenho a impressão até Valdir Rossi consumou esta atitude, o ônus de uma situação que vem se arrastando e o transformou na única pessoa pagando por tantos crimes os quais nem todos, certamente, cometeu como

diretor geral da Assembleia Legislativa, e não a última pessoa com poder de decidir naquela casa de leis.

Conferir-lhe o poder de ter dominado, durante estes últimos vinte anos, pelo menos, dezenas e dezenas de deputados que, em última análise, aprovaram direta ou indiretamente todos os seus atos, convenhamos, é dose prá elefante.

Ainda mais que, se conseguiu este domínio é porque tenha oferecido em contrapartida, naturalmente, alguma vantagem para quem dela se aproveitou para transformá-lo no culpado de plantão.

Mas, porque não interessa, principalmente aos paladinos da moral e dos costumes entrar neste mérito?

Justamente porque é mais fácil condenar apenas um como responsável por tudo, do que ficar procurando como agulha no palheiro todos os envolvidos direta ou indiretamente em situações ainda não totalmente esclarecidas.

Abib Miguel, o Bibinho, certamente continua teimoso, como sempre foi do seu feitio, como dizem.

Mas, até quando?

A idade avançada e o processo de depressão para quem se vê afastado do convívio da sociedade como é o seu caso, sofrendo até para conviver com alguns familiares que o buscam entre quatro paredes de um centro de triagem em plena Prisão do Piraquara, convenhamos, é situação clara para mihar de voz a saúde de quem não deve estar em privilegiada situação física melhor do que àqueles que são também culpados, mas estão aqui fora.

Diante deste quadro foi que resolvi escrever a respeito, sem intenção nenhuma de defendê-lo já que, repito, tem advogado constituído para tal, mas por conta de uma situação que fique a imaginar.

E se Abib Miguel, o Bibinho, decidir por uma delação premiada?

Pelo muito que consta deste rumoroso processo, titulado como dos diários secretos, várias e nebulosas situações precisam ser muito bem esclarecidas, punindo se for o caso, todos, repito, todos os culpados.

CONTINUA

IMPACTO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Arquivo vivo de situações pelas quais passou a Assembleia Legislativa pelo menos nos últimos vinte anos, Abib Miguel certamente tem muito, ainda, para deixar registrado nos anais de nossa história legislativa.

28 ABR 2012

Diante deste quadro foi que fiquei a imaginar nesta última semana uma nova situação.

E se, de repente, Bibinho optar por uma delação premiada, contando tudo e mais um pouco do que viveu durante todo este tempo em que dizem ter exercido o poder total, inclusive sobre os deputados que verdadeiramente foram donos do poder assinando por último e avalizando seus atos?

Deixo no ar esta hipótese pois, se me fosse possível mais uma vez recomendá-lo estaria neste momento o fazendo pessoalmente.

Final, depois dos 70 anos, afastado do convívio familiar, tomando sol apenas em determinados horários, e sendo impedido até pela distância de conviver com amigos que fez ao longo de sua existência, de que adianta se manter como culpado de plantão enquanto aqui fora tantos outros que poderiam estar respondendo pelos mesmos crimes se acham hoje respirando o ar da liberdade.

Será que vale a pena em tais circunstâncias, manter-se com a imagem de quem vai morrer, preso como acontece na atualidade, pagando sozinho por situações que não dá para acreditar seja o único responsável?

Dúvidas e mais dúvidas que se somam a cada dia sabendo do drama da família e da tranquilidade daqueles que de braços cruzados assistem de longe Abib Miguel, o Bibinho, pagar por todos os erros e crimes que possam ter sido cometidos ao longo dos últimos vinte anos na Assembleia Legislativa do Paraná.

Luiz Fernando Fedeger

28 ABR 2012

IMPACTO PARANÁ

ADVOGADO INCONFORMADO

Eurofino Sechinel dos Reis, advogado e curador de Abib Miguel, o Bibinho, continua mantendo as esperanças de que se faça Justiça nos termos de seu procedimento de defesa em relação ao cliente hoje preso no Centro de Triagem, em Piraquara.

Sem um pedido de habeas corpus tenha conquistado o direito à liberdade por parte do seu cliente, foi apontado por um procedimento que a juíza da 9ª Vara Criminal do Foro Central de Curitiba, considerou ilegal e em prejuízo do andamento do processo de que é alvo como denunciado e único responsável por tudo quanto de mal se revelou em rumoroso processo que orquestrou devidamente a opinião pública para causar a cominação conveniente a uma condenação antecipada.

O principal motivo do inconformismo, no entanto, está baseado no Parecer nº 4728, da Procuradoria Geral de Justiça e Segunda Procuradoria Criminal, que dá base a este posicionamento bastante constrangedor em relação ao cidadão preso, segundo Eurofino Sechinel dos Reis, indevidamente.

O parecer da Colenda Se-

gunda Câmara Criminal, assinado por Luiz Renato Skroch Andretta, Procurador de Justiça, em 09 de Abril de 2012, não deixa a menor dúvida de que existiam argumentos suficientes para a concessão do citado habeas corpus para o seu cliente, Abib Miguel.

Neste parecer, depois de apreciar os diversos apontamentos feitos na tentativa de convencer sobre a legalidade da prisão provisória do mesmo, disse textualmente o Procurador de Justiça: "Por tais motivos, entendemos que a decretação da prisão preventiva do paciente não foi, no caso, a medida mais adequada para garantir a realização da instrução criminal e a prolação da sentença. Está afastada da interpretação feita pela doutrina e jurisprudência sobre o fundamento cautelar da conveniência da instrução criminal, e desconsidera que, em casos como o versado nos autos, cumpre ao juiz, na função de presidente do processo, impedir atos protelatórios. Nesse passo a fundamentação utilizada em primeiro grau importa em constrangimento ilegal ao direito de liberdade, que merece ser desfeito com a concessão da presente ordem de habeas corpus. Em síntese: somos pelo conhecimento e deferimento da ordem impetrada, nos

termos antes alinhavados, para o efeito de que seja relaxada a prisão preventiva decretada em desfavor de Abib Miguel. É o parecer. Curitiba, 09 de Abril de 2012. Luiz Renato Skroch Andretta, Procurador de Justiça".

Mesmo diante de tal manifestação a prisão preventiva foi mantida e agora restam novos recursos antes que, no passo apurado se chegue a um julgamento que pretende, o mais breve possível, condenar um réu que ainda não esgotou totalmente sua defesa.

Isto teria levado, segundo seu advogado e curador Eurofino Sechinel dos Reis, a conclusão de que se aguarda apenas aquilo que deram como suas as palavras contidas nas acusações de que "eu morro e vocês nunca vão conseguir me condenar", as quais teriam sido ditas, sem qualquer prova nesse sentido, por ocasião de uma das prisões do seu cliente.

Será que estariam apenas esperando que Abib Miguel morra para acabar de vez com este processo todo que certamente incomoda muita gente?

Afinal, como diz velho ditado: "arquivo morto não fala mais nada".

IMPACTO PARANÁ

Justiça 28 ABR 2012

Incorporador responde solidariamente por danos em construção defeituosa

O incorporador, como impulsor do empreendimento imobiliário em condomínio, atrai para si a responsabilidade pelos danos que possam resultar da inexecução ou da má execução do contrato de incorporação, incluindo-se aí os danos advindos de construção defeituosa. A decisão é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que rejeitou recurso de um incorporador contra o condomínio de um edifício de Brasília.

O incorporador do edifício recorreu ao STJ após o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) entender que respondem pelos defeitos de construção surgidos no prédio tanto o construtor quanto o incorporador, em regime de solidariedade.

Segundo o TJDF, ainda que não tenha participado da construção, o incorporador é aquele que aparece na relação contratual ante os compradores das unidades autônomas integrantes do empreendimento como o responsável pela entrega do imóvel com garantia de solidez e segurança. Para o tribunal, a responsabilidade solidária está consagrada no artigo 942 do Código Civil vigente e nos artigos 29, 30 e 31 da Lei 4.591/64.

Garantidor

No recurso especial dirigido ao STJ, o incorporador sustentou que não pode responder solidariamente com o construtor pelos vícios que surgiram na construção do edifício, pois cum-

pru todas as incumbências determinadas na Lei 4.591. Afirmou ainda que o artigo 618 do Código Civil imputa a responsabilidade nos contratos de empreitada de edifícios e outras construções ao empreiteiro/construtor, pelo prazo irredutível de cinco anos, respondendo ele pela solidez e segurança, assim como em razão dos materiais e do solo.

O condomínio, por sua vez, alegou que o recorrente era o proprietário do terreno, o instituidor do condomínio, o construtor e o vendedor das unidades autônomas. Para o condomínio, a decisão de segunda instância seria justa e irrepreensível.

Em seu voto, o relator, ministro Raul Araújo, concluiu que é o incorporador o principal garantidor do empreendimento no seu todo, solidariamente responsável com outros envolvidos nas diversas etapas da incorporação. Segundo ele, essa solidariedade decorre tanto da natureza da relação jurídica estabelecida entre o incorporador e o adquirente de unidades autônomas, quanto de previsão legal, já que a solidariedade não pode ser presumida.

"Mesmo quando o incorporador não é o executor direto da construção do empreendimento imobiliário, mas contrata construtor, fica, juntamente com este, responsável pela solidez e segurança da edificação. Trata-se de obrigação de garantia assumida solidariamente com o construtor", acrescentou.

IMPACTO PARANÁ

MARINGÁ

Justiça manda Prefeitura exonerar comissionados

A 4ª Vara Cível de Maringá determinou à Prefeitura Municipal que exonere cerca de 150 cargos em comissão (aqueles preenchidos sem concurso público). As funções do Poder Executivo incluem assessores comunitários, gerentes, diretores de escolas e subprocuradores de várias áreas da administração.

O juiz Alberto Marques dos Santos decidiu pela exoneração com base em uma ação civil pública do Ministério Público do Paraná, que contesta as nomeações para cargos de provimento em comissão no executivo maringense. O inquérito civil público que deu origem à ação foi instaurado em 2009.

O promotor de Justiça José Aparecido da Cruz requereu a exoneração desses funcionários e o pedido foi concedido pela Justiça no último dia 17 de abril. Caso o Executivo não exonere os comissionados em 48 horas, terá de pagar multa diária de dois mil reais, por cargo. A Justiça também proíbe o poder público de fazer novas nomeações para esses cargos.

A Promotória de Justiça sustenta na ação que, devido à posição hierárquica, algumas funções não se enquadram como cargo de confiança política e, portanto, deveriam ser exercidas por servidores selecionados por concurso público. Com relação aos cargos de subprocurador, por exemplo, o promotor de Justiça argumenta que é inconstitucional a criação de cargos em comissão de assessor jurídico para exercer funções de procuradores do Estado.

Na sentença, o juiz aponta que os servidores não exercem qualquer função que pressuponha confiança política, mas, ao revés, algumas exercem atribuições técnicas, idênticas às de servidores efetivos, razão pela qual tais cargos não poderiam ser previstos como de provimento em comissão, violando assim a norma constitucional que exige prévia aprovação em concurso público como requisito de investidura nos postos do serviço público.

28 ABR 2012

IMPACTO PARANÁ

KEIKO OTA 28 ABR 2012

Justiça e direitos humanos já!

O brutal assassinato do jornalista Tim Lopes completa dez anos agora em junho. Já faz uma década dessa terrível morte provocada pelo Comando Vermelho. O que se percebe é que, ao longo desse período, a violência permanece fazendo novas e inúmeras vítimas.

O Brasil, que mudou muito nos últimos anos, precisa dar um basta a essa situação de medo. O sempre proclamado país do futuro tem de ser, de fato, o país do presente. Um presente em que a justiça realmente prevaleça, dando um fim a tanta impunidade.

Em maio, a comissão de 16 juristas que analisa a revisão do Código Penal, instituída pelo Senado no final de 2011, apresenta um anteprojeto que visa ajustar essa legislação aos novos tempos. Trata-se de uma importante iniciativa, já que a sociedade brasileira tem o direito de viver em harmonia, paz e fraternidade, o que não tem acontecido atualmente.

O Código Penal em vigor é de 1940. Ele está bastante defasado em relação à caótica situação de violência que, infelizmente, vivenciamos no nosso dia a dia. Por isso, é preciso corrigir as distorções existentes na legislação urgentemente.

Como mãe, que tive o meu filho Ives Ota covardemente assassinado aos oito anos, sei o que significa a dor da perda e a sensação de desamparo ocasionados pela

violência. Assim como eu, milhares de outras vítimas, famílias, ONGs e movimentos de paz têm se dedicado a lutar por justiça e contra toda forma de impunidade.

Daí a importância de acompanhar de perto os trabalhos desenvolvidos pela comissão que avalla o Código Penal. Na condição de presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Vítimas de Violência, tenho participado das reuniões periódicas realizadas pelos juristas. Nessas ocasiões, procuro levar as sugestões passadas a mim pelas mais diversas pessoas e instituições.

Uma das propostas que defendo, e que está em avaliação pela comissão, é o aumento da pena máxima de 30 para 40 anos. Se tomarmos como exemplo um homicídio, em que o juiz aplica pena de seis anos; na prática, o criminoso ficará somente um ano na cadeia, já que ele conta com o benefício da progressão penal, que é o direito pelo qual o condenado pode diminuir o tempo e alterar o regime de reclusão imposto.

Da mesma forma, precisamos assegurar a elevação da pena mínima ao menos para dez anos. Em 1940, quando o Código Penal foi criado, o limite mínimo era de seis anos, o que faz sentido se pensarmos que naquela época a expectativa de vida do brasileiro era de 45,5 anos. Agora, face aos novos tem-

pos e ao fato de que vivemos mais – a expectativa subiu para 71,1 anos –, faz-se coerente acrescer período mais longo a esse tipo de reclusão, até porque um ato violento "leve", muitas vezes é tão cruel que pode ser considerado um crime hediondo. Temos de adequar essa situação urgentemente, pois crimes contra o meio ambiente, por exemplo, já contam com penas maiores.

Outra questão que merece atenção é a necessidade de se estabelecer critérios mais rigorosos para a concessão de benefícios como o indulto de Natal, a saída temporária da prisão e até mesmo a liberdade condicional. Para tanto, proponho a volta do exame criminológico para se dispor de um diagnóstico efetivo do preso, que demonstre se ele reúne condições seguras para usufruir desses direitos. Dessa maneira, a sociedade estará protegida de eventuais criminosos que não tenham comportamento compatível à obtenção desses benefícios.

Somente com a mobilização e o apoio maciço da sociedade é que conseguiremos garantir justiça a quem realmente precisa de justiça. É importante que se diga que nós, vítimas de violência, não queremos vingança pelo ocorrido conosco. O que queremos é, isso sim, justiça, paz e direitos humanos já e que sirvam para todos. Essa é a nossa luta, esse é o nosso objetivo.

* A autora é deputada federal (PSB-SP), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Vítimas de Violência e coordenadora da União em Defesa das Vítimas de Violência. Contatos: www.keikoota.com.br / contato@keikoota.com.br

30 ABR 2012

JORNAL DO ESTADO

PAINEL JURÍDICO

Ponto

O advogado trabalhista Leonardo Zacharias, do escritório Becker, Pizzatto & Advogados Associados, lembra que, embora a lei determine que as empresas com mais de dez empregados devem utilizar o Registro Eletrônico de Ponto (REP), é possível o emprego de sistemas alternativos, com custos menores, desde que as empresa procure o sindicato da categoria e firme um Acordo Coletivo de Trabalho.

Direitos

O Governo do Rio Grande do Sul inaugurou, em um prédio de Porto Alegre, celas para receber lésbicas, gays, bissexuais e travestis e transexuais.

Proteção

O bem de família, utilizado pela mãe do devedor com usufruto vitalício, não pode ser penhorado. O entendimento é da 4ª Turma do STJ.

Autonomia

Os conselhos de fiscalização de exercício profissional têm autonomia administrativa e não são obrigados a contratar seus empregados por meio de concurso público. O entendimento é da 5ª Turma do TST.

Congresso

O Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) promove, de 09 a 11 de maio, o III Congresso Brasileiro de Estudos Tributários, em Santa Catarina, cujo tema é Os Desafios do Direito Tributário Intertemporal na Atualidade. Estudantes de graduação, pós-graduação e IBET têm descontos especiais. Informações pelo telefone (48) 3381-6789, e-mail secretaria@ibet-sc.com.br ou no site www.ibet-sc.com.br.

Risco

Um bancário que transportava valores de uma agência para outra, em seu próprio carro, vai receber R\$ 40 mil de indenização a título de danos morais por ter sido exposto a situação de risco. A decisão é do ministro Pedro Paulo Mansur, do TST.

Vacinação

Começou na segunda-feira (23), e segue até o dia 11 de maio, a campanha de vacinação da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná (CAA/PR). Os advogados da OAB Paraná, em dia com o pagamento da anuidade, têm 50% do custo subsidiado pela Caixa. Com o benefício, advogados pagam R\$ 20,00 e seus dependentes estatutários R\$ 40,00 por dose. A vacina triplice dá imunidade contra a influenza A e B (gripes sazonais) e contra o vírus H1N1 (gripe suína). Na capital, os interessados devem solicitar liberação para atendimento pelo fone 0800-645 2005.

DIREITO SUMULAR

Súmula n. 728 do STF

– É de três dias o prazo para a interposição de Recurso Extraordinário contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral, contado, quando for o caso, a partir da publicação do acórdão, na própria sessão de julgamento, nos termos do art. 12 da Lei 6055/1974, que não foi revogada pela Lei 8950/1994.

Colônia Penal (I)

Amanhã, quando é comemorado o Dia do Trabalho, a Colônia Penal Agroindustrial do Paraná (CPAI), unidade da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), localizada no Complexo de Piraquara, vai realizar atividades esportivas com os presos dos setores de trabalho. O objetivo é promover confraternização e bem estar físico e mental à população carcerária do estabelecimento.

Colônia Penal (II)

O evento é organizado pelo professor Orlando Gomes, responsável pelo setor de Cultura Esporte e Lazer da CPAI, com apoio dos canteiros de esporte, capoeira e musculação da Unidade. Durante o dia, haverá caminhada, torneio de futebol e jogos de mesa, como xadrez e dominó. Os vencedores de cada categoria serão premiados com troféus e medalhas.

30 ABR 2012

JORNAL DO ESTADO

Uma dívida impagável

**Carlos Augusto
Vieira da Costa**

Após quase dez anos de intensa discussão, muitas vezes pautada por argumentos rebarbativos, o Supremo Tribunal Federal finalmente bateu o martelo a favor do sistema de cotas raciais implantado nas Universidades Públicas. Foi um julgamento cercado de grande expectativa, especialmente pela extensão dos seus efeitos sobre a sociedade, e que acabou nos reservando algumas curiosidades dignas de destaque.

A primeira delas, e certamente a mais surpreendente, foi a unanimidade da corte, que por 10 votos decidiu pela afirmação das cotas como instrumento de justiça social. Faltou apenas o voto do Ministro Dias Toffoli, que se absteve em razão de ter defendido o sistema quando atuava à frente da Advocacia-Geral da União. E este consenso representa um detalhe marcante, que serve para nos fazer pensar, pois julgamentos unânimes não são comuns na

Corte Suprema, sobretudo em questões tão polêmicas.

Outro aspecto curioso foi o fato da Ação Direta de Inconstitucionalidade ter sido oferecida pelo Partido dos Democratas, justamente ele que, noutros tempos, quando respondia pelos nomes de Arena ou PFL, avalizou um sistema de cotas semelhante, com vagas preferenciais nos cursos de agronomia e veterinária para os filhos de proprietários de terras rurais.

Por fim, também merece destaque o fato de todos os Ministros terem justificado seus votos na necessidade de se resgatar uma dívida moral com o povo negro.

É você, caro leitor, o que acha? Certamente muitas coisas, até porque, diferentemente do STF, a sociedade está dividida sobre o assunto. Há os que defendem a meritocracia pura e simples. Os que não são negros, mas sofreram historicamente a mesma segregação social. E também há os negros que não aceitam o reconhecimento oficial da "capitis diminutio".

Na verdade, o julgamento das

cotas não se pautou pelo cotejo de argumentos práticos ou mesmo posições ideológicas, tanto assim que o resultado foi unânime, mesmo com a presença de Ministros reconhecidamente conservadores. Da mesma forma, o seu objetivo não foi resolver o problema social, cuja dimensão transcende em muito a questão racial.

O grande mérito do STF, no caso, foi avalizar a opção do Estado brasileiro pelas políticas afirmativas com foco na promoção da dignidade humana, tal como esculpido no artigo 1º da Constituição Federal.

É por mais que alguns críticos possam argumentar que a mesma Constituição, em seu artigo 5º, estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, não dá para esquecer que isonomia significa tratar igualmente os iguais, e desigualmente os desiguais, na exata medida das suas desigualdades. O resto é conveniência.

Carlos Augusto Vieira da Costa
Procurador do Município de Curitiba

Direito Administrativo

***Roberto Victor
Pereira Ribeiro**

O objetivo precípua deste artigo é historiografar um pouco da evolução do Direito Administrativo, um dos braços importantes das ciências jurídicas.

Os historiadores costumam asseverar que o Direito Administrativo surgiu em meados do século XVIII, sendo, portanto, um ramo relativamente novo no estudo jurídico. Entretanto, apenas no início do século XIX, é que o Direito Administrativo tomou corpo e passou a ser matéria obrigatória nos cursos jurídicos.

Antes, o estudo a que hoje se volta o Direito Administrativo era efetuado pela Ciência Política que possuía como espécie a Teoria De Estado. Porém, o Direito Administrativo se tornou tão importante e ganhou uma autonomia tal, que acabou sendo o genitor de outras matérias jurídicas atuais, tais como: Direito Tributário, Previdenciário, Político-Estatal etc.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, um dos melhores

administrativistas do Brasil, a feição do Direito Administrativo como vislumbramos hoje, na hodiernidade, é fruto da criação e dos estudos de franceses durante a Revolução Francesa. Toma-se, portanto, como exemplo os "contratos sociais" de Rousseau, as pesquisas jurídico-científicas de Montesquieu, entre outros baluartes.

Hoje, o Direito Administrativo, pelo menos em plagas brasileiras, tem uma estreita ligação com o Direito Civil, tendo até importantes institutos e bases de estudos administrativos expostos no Código Civil brasileiro, mormente, no que pertine a bens e situações do Estado.

Antes havia um Conselho de Estado que servia como juiz de causas relativas aos temas administrativos, entretanto, atualmente, deve-se respeito e zelo ao Princípio Constitucional da Inafastabilidade do Judiciário, isto é, o Poder Judiciário pode e deve ser acionado sempre que for para jurisdicionar (dizer o direito).

Em 1851, com o advento do Decreto Imperial nº. 608, o Direito Administrativo passou a ser con-

siderado disciplina autônoma e indispensável nos fluxogramas das Faculdades de Direito. A primeira obra brasileira que comentou e doutrinou o Direito Administrativo é de lavra do jurista e professor Vicente Pereira do Régio e se chamava "Elementos do Direito Administrativo comparado com o Direito Administrativo Francês".

Nesta obra encontra-se a primeira e a mais perfeita conceituação do Direito Administrativo: "ciência da ação e competência do poder central, das administrações locais, e dos tribunais em suas relações com os direitos e interesses dos administrados, e com o interesse geral do Estado".

Hoje temos ilustres professores desta seara acadêmico-jurídica, onde posso citar: Hely Lopes Mello, José Carvalho dos Santos Filho, Zanella di Pietro e o grande cearense Carlos Roberto Martins Rodrigues, todos epígonos do inolvidável Vicente Pereira do Régio.

* O autor é advogado do Ribeiro Advocacia & Advogados Associados e escritor da Academia Brasileira de Direito

28 ABR 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Governo lança pacote pra mudar presídios

O governador Beto Richa sancionou ontem um pacote de leis, que deve trazer mudanças dentro dos presídios em todo o Paraná. O objetivo é reduzir a superlotação nas unidades e ampliar o acesso dos detentos à escolarização, profissionalização e cidadania, necessárias para diminuir reincidência no crime e baixar os índices de violência.

Entre as leis sancionadas, está a que autoriza o Governo a firmar convênios com as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs), entidades civis sem fins lucrativos, que poderão administrar unidades penais de pequeno porte, destinadas a presos considerados de menor periculosidade, especialmente os condenados a cumprimento de penas em regime semiaberto. A mesma lei autoriza convênios com as Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas (Apads), que atuarão em espaços construídos pelo poder público para atendimento a usuários de drogas.

Richa também sancionou a lei que altera o Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen). O dinheiro de multa aplicadas pela Justiça, que antes ia para um fundo nacional, passam a ser depositados no Fundo Penitenciário Estadual. O orçamento mais "gordo" permite, por exemplo, remunerar os presos que trabalham.

Programas

O pacote também reforça dois programas da secretaria da Justiça já em andamento, o de ampliação, reforma e construção dos estabelecimentos penais, para solucionar o déficit carcerário no Paraná, e o Programa de Desenvolvimento Integrado, cuja meta é

transformar as unidades penais em escolas e estimulando a leitura como forma de remição de pena; e em oficinas de trabalho que promovam a capacitação profissional e estimulem a criação de cooperativas de serviço. Já a Defensoria Pública do Paraná deverá instalar Centros de Atendimento ao Preso nos estabelecimentos penais de todo o estado.

Vagas

Outra resolução criaram a Central de Alvarás de Soltura e Mandados de Prisão, uma Vara de Execuções Penais em Piraquara e a Central de Vagas do Sistema Penal do Estado, que permitirá organizar a lista de espera e selecionar os presos para inclusão no sistema por critérios como região, faixa etária, natureza do crime e escolarização. A central deve entrar em funcionamento em 30 dias. A medida deve ajudar a diminuir a superlotação em delegacias.

TRIBUNA DO PARANÁ

Câmara

Jornalista, comissionado no gabinete do presidente, é dono de jornal e recebeu R\$ 75 mil por publicações

Contrato

amigo

28 ABR 2012

Nem o atual presidente da Câmara de Curitiba e ex-líder do prefeito Luciano Ducci (PSB), vereador João Luiz Cordeiro (PSDB), mais conhecido como João do Suco, escapa das denúncias de irregularidades no gasto da verba de propaganda da Casa. Suco assumiu o comando em meados de março, após a renúncia de João Cláudio Derosso (PSDB), investigado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Ministério Público do Paraná (MP-PR) e alvo de ações judiciais por causa do uso ilegal do dinheiro de publicidade.

Segundo documentos obtidos com exclusividade pela reportagem do jornal Gazeta do Povo e da RPC TV, Suco contratou como funcionário comissionado o jornalista Humberto Schwabe, sócio proprietário do jornal Gazeta do Bairro. A publicação recebeu pelo menos R\$ 75 mil do Legislativo nos últimos cinco anos, inclusive após a eleição de Suco para a presidência. A lei de licitações proíbe servidor público de prestar serviços extras ao poder público.

Contrato

Schwabe trabalhou na Câmara por quase um ano e três meses. Inicialmente, no período em que Suco foi líder do PSDB, entre março e dezembro de 2010. Depois, no gabinete do vereador, de dezembro de 2011 até o dia 1.º deste mês, quando foi exonerado. Enquanto Schwabe esteve na liderança do PSDB, a empresa da família dele continuou recebendo dinheiro público, revelam notas fiscais de junho e julho de 2010.

O atual presidente admite a ligação com o jornal: "Se você pegar todos os jornais Gazeta do Bairro, desde lá o início da publicação, temos atividades nossas lá prestando serviço à comunidade". A verba era justificada por notas fiscais emitidas pela microempresa Neide Ferreira Seco Schwabe, esposa de Humberto Schwabe e proprietária do jornal.

Defesa

João do Suco desligou Humberto Schwabe 13 dias depois de assumir a presidência e disse não ver problema no fato de o amigo ter trabalhado, ao mesmo tempo, para a Câmara e para o jornal que recebeu dinheiro público. "Eu não vejo o porquê, se ele cumpriu o papel, de fazer o trabalho solicitado, fez a nota, fez o documento, recebeu, eu acho que aí não tem problema", declarou. No dia em que exonerou Humberto, Suco contratou a filha de Schwabe, Fabiele Seco Schwabe Slompo.

OAB quer punição

O presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), José Lúcio Glomb, defendeu a cobrança dos valores apropriados indevidamente por vereadores e funcionários da Câmara de Curitiba citados na série de denúncias "Negócio Fechado", da RPC TV e do jornal Gazeta do Povo, além de punições para os envolvidos.

"A curto prazo penso que uma das medidas importante é cobrar os valores apropriados indevidamente, e, além disso, outras punições para que essas pessoas não exerçam atividade pública", declarou Glomb. Ele atribui as irregularidades constatadas no levantamento da RPC TV e da Gazeta do Povo à falta de transparência. "O que está sendo desviado de um lado está faltando de outro lado, em situações fundamentais como da educação, da saúde, da segurança pública", apontou.